

## ATA N.º 4/2013

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE JUNHO DE 2013**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e treze, no Salão Paroquial de Azoia, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

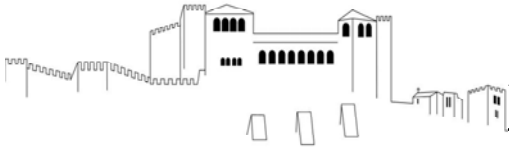
Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os senhores deputados Adelino Paulo Fernandes, Amílcar Henriques Gaspar, Jorge Manuel Vieira Crespo e Maria Luísa dos Santos.

Foram substituídos os seguintes deputados:

Maria Manuela Miranda Marques dos Santos Góis Graça, substituída por António Fernandes; António José de Almeida Sequeira, substituído por Mário Rui da Conceição Canário; Ana Paula Ribeiro da Silva, substituída por João Curado e Silva; Maria Clara Barros Guilherme Monteiro, substituída por Carlos Joaquim Domingues Duarte; Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Ventura José Rolo Tomaz, substituído por Lucília Letra, secretária da mesma junta; Presidente da Junta de freguesia de Memória, José Rodrigues, substituído por Manuel da Silva Pardal, secretário da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains Oliveira, substituído por Armando Reis, secretário da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, José Carlos Morgado Lopes Gomes, substituído por Eulália Rodrigues Crespo Duarte, tesoureira da mesma junta.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor vice-Presidente Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Lino Pereira, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Batista Martinho Gomes e Gastão de Oliveira Neves.

A sessão foi presidida pelo senhor José da Silva Alves, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelas senhoras deputadas Sílvia Isabel Francisco Lopes, 2.<sup>a</sup> secretária da Mesa, e por Maria Paula Oliveira Nunes dos Santos Gonçalves de



Oliveira, em substituição de Maria Manuela Miranda Marques dos Santos Góis Graça, 1.<sup>a</sup> secretária da Mesa.

Havendo “*quórum*”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.18 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2. X MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS OPÇÕES DO PLANO. I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA** – Apreciação, discussão e votação;
- 3. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA (SMASL) - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, ÀS REGRAS E CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009). RETIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E CENTRO POPULAR E RECREATIVO DA POCARIÇA, APROVADO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 09/06/2009, CONSEQUENTE DEVOLUÇÃO DE VERBAS JÁ PAGAS E RETENÇÃO DE CRÉDITOS. DECISÃO FINAL** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. DESIGNAÇÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DO JÚRI DE RECRUTAMENTO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE SANT’ANA** - Apreciação, discussão e votação;



- 7. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO SISTEMA ADUTOR DA MATA DO URSO – SETOR SUL – TROÇO I, EM LEIRIA** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. O AMBIENTE EM LEIRIA. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**
- 9. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E A FREGUESIA DE BAROSA** - Apreciação, discussão e votação;
- 10. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO – CONSELHO DA COMUNIDADE DOS ACES (AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE) – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Apreciação e votação.



#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhoras e senhores deputados.

Muito boa noite a todos.

Por ser a primeira vez que exerço estas funções quero apresentar uma saudação especial, esperando a vossa compreensão para qualquer coisa que corra menos bem e - sendo certo que a intenção é sempre boa - esperemos que os atos também o sejam.

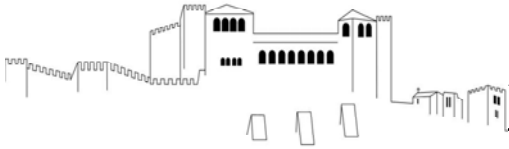
Quero, em primeiro lugar, saudar o senhor Vice-Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara não pode estar hoje aqui presente. Tinha-se prontificado em realizar esta sessão da Assembleia amanhã (sábado) mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia preferiu que se realizasse hoje e por essa razão o senhor Presidente da Câmara não conseguiu compatibilizar a agenda.

Saúdo ainda as senhoras e senhores vereadores, público e habitantes de Azoia presentes.

Muito obrigado à Junta de Freguesia, aos seus autarcas e a todos por nos receberem aqui - na vossa *casa* - para realizar uma sessão da Assembleia Municipal descentralizada, o que já é tradição de há alguns anos a esta parte e acontece sempre que possível, de modo a que as freguesias possam também usufruir deste ambiente municipal, que se pretende alargado a toda a comunidade.

Obrigado à Autarquia - pelo seu convite - que muito nos honra e parabéns à Freguesia pelos trezentos anos que comemora este ano.



Ainda antes de iniciar a sessão, solicito à senhora deputada Maria Célia Gordo que tome posse pois que tem que ser empossada antes do início dos trabalhos.

Posto isto, e como é costume neste tipo de sessões, dou a palavra (se ninguém se opuser) ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, na qualidade de anfitrião, antes do período antes da ordem do dia.

Senhor Presidente, faça favor de usar da palavra.

**DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)**

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhoras secretárias da Mesa, senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados municipais e senhores presidentes de junta, senhores membros da Assembleia de Freguesia de Azoia, senhores jornalistas, senhores representantes do associativismo local, senhor pároco da freguesia de Azoia, caros azoienses.

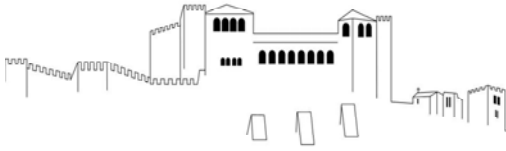
Boa noite a todos.

Este é o ano em que se comemora o terceiro centenário do concelho da paróquia e Freguesia de Azoia e é para nós uma grande honra que aqui se realize esta sessão da Assembleia Municipal. Agradeço ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia cessante e ao atual o terem, desde o primeiro momento, aceite o nosso convite para a realização desta sessão descentralizada, na linha do que nos dois últimos mandatos tem acontecido noutras freguesias.

Esta iniciativa teve um objetivo profundamente democrático pois facilita e permite que a democracia não se consubstancie no momento eleitoral e no voto.

Os que exercem cargos políticos, os comentadores e os dirigentes dos Partidos têm – no nosso entender – uma perceção de que os cidadãos, no geral, têm mais conhecimentos, mais informação e maior participação da e na política do que o que na realidade se passa. Aliás, a própria democracia não pode impor nem exigir pois se o fizer será a ditadura da informação. As pessoas devem poder escolher se querem estar mais ou menos informadas e a democracia tem que criar condições para os que querem e o possam fazer.

Assim, a realização de sessões da Assembleia Municipal em locais que reúnam condições para os que desejarem possam assistir é – primeiro que tudo – praticar a democracia. Gostaríamos muito que estivesse entre nós o senhor Presidente da Câmara – Doutor Raul Castro -, que não está presente por motivos familiares



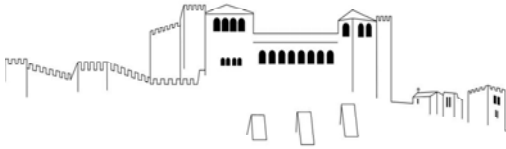
inadiáveis. Devo dizer que quando me colocaram, em alternativa, a realização desta sessão sem a presença do senhor Presidente, hoje - mas com certeza que o público de Azoia viria - ou amanhã de manhã, com a sua presença mas certamente sem a possibilidade de muitos cidadãos estarem presentes, entendi que numa freguesia os cidadãos devem participar e decidi ser preferível a realização da sessão hoje.

É justo recordar que o mentor desta descentralização das sessões da Assembleia Municipal e a sua realização em Leiria - em locais com espaços para o público poder assistir - que não permitia o salão nobre da Câmara Municipal, o Presidente da Mesa do mandato anterior aqui presente - senhor Professor Manuel Antunes – que para além do seu reconhecimento internacional como cirurgião, é um verdadeiro democrata, embora por vezes as suas fortes convicções e elevado sentido cívico possam a alguns não o parecer.

É uma honra para a Freguesia de Azoia tê-los presença aqui, hoje. Tal como é uma honra a presença de outros ilustres democratas e membros desta Assembleia das diversas bancadas partidárias e independentes, empenhados no desenvolvimento humano e sustentável do concelho.

Permitam-me ainda uma palavra de muito apreço aos presidentes, membros das juntas e das assembleias de freguesia. Um presidente de junta tem que possuir muitas qualidades, sendo que uma delas é fundamental: a capacidade de fazer da sua nobre missão uma atividade lúdica ou a capacidade de resistir incondicionalmente ao sofrimento.

Quis o destino, mas sobretudo uma má decisão política, que no ano em que esta freguesia comemora trezentos anos de criação, deixe de existir enquanto autarquia local. As gentes da atual freguesia de Azoia não deixarão de se empenhar no seu desenvolvimento, sobretudo no desenvolvimento humano e sustentável. Saberão encontrar alternativas para esta dificuldade que nos impõem, do exterior e contra a nossa vontade. Esta freguesia não possui infraestruturas (pedidas pelos autarcas locais) desnecessárias e sorvedoras de dinheiros públicos. Se algumas infraestruturas aqui foram construídas e que são sorvedoras dos dinheiros públicos, como – por exemplo – a A19, ela também nos foi imposta. Estamos numa freguesia onde é agradável viver, onde a nível ambiental há uma ótima qualidade de vida, onde a paisagem não cansa o olhar, onde não há nada de extravagante e megalómano mas sim o essencial e básico à vida de hoje e onde as pessoas são



hospitaleiras e acolhedoras, onde há um espírito de colaboração entre o sagrado e o profano. O que importa é o serviço público de melhor qualidade, com custos mais baixos. Se existe este salão paroquial, porque haveria de haver um salão idêntico da freguesia quando este basta para servir a população, nas suas várias atividades? Afinal, é importante darmos as mãos.

Quando pensei na realização desta sessão na freguesia, consultei dois ilustres médicos sobre o que deveria servir no seu final, para que usufríssemos de uns momentos agradáveis. Eles responderam: caldo verde! Um deles foi o Doutor Manuel de Jesus e outro foi o Doutor Manuel Carvalho.

Assim, eu - Manuel de Jesus Carvalho – convido todos os membros da Assembleia aqui presentes e todo o público para, no final desta sessão, um convívio com caldinho verde e comer uma filhós, acompanhado de um bom vinho (fresquinho!).

A vossa presença muito nos honra e da história das comemorações dos trezentos anos da freguesia de Azoia irá certamente constar a realização desta sessão da Assembleia Municipal de Leiria.

Muito obrigado!

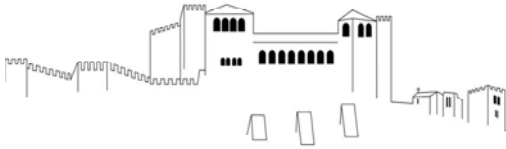
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor Presidente. Pelas suas palavras e pelo convite.

Vou passar a anunciar as substituições na sessão de hoje.

Maria Manuela Miranda Marques dos Santos Góis Graça, primeira secretária da Mesa da Assembleia, é substituída por António Fernandes; António José de Almeida Sequeira é substituído por Mário Rui da Conceição Canário; Ana Paula Ribeiro da Silva é substituída por João Curado e Silva; Maria Clara Barros Guilherme Monteiro é substituída por Carlos Joaquim Domingues Duarte; Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Ventura José Rolo Tomaz, é substituído por Lucília Letra, secretária da mesma junta; Presidente da Junta de freguesia de Memória, José Rodrigues, é substituído por Manuel da Silva Pardal, secretário da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, Joaquim Pinheiro Lains Oliveira, é substituído por Armando Reis, secretário da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, José Carlos Morgado Lopes Gomes, é substituído por Eulália Rodrigues Crespo Duarte, tesoureira da mesma junta.

Atento o facto de a primeira secretária da Mesa não estar presente, sendo certo que temos quórum e que a lei não prevê substituições nestes casos, solicito, no



entanto, à senhora deputada Maria Paula Oliveira se não se importa de auxiliar a Mesa na inscrição dos senhores deputados e na contagem dos votos, quando necessário.

Muito obrigado por aceder ao meu pedido. A senhora deputada irá, a partir de agora e durante esta sessão, ocupar o seu lugar na Mesa.

Antes do período antes da ordem do dia, passamos à apreciação das atas. Presente a ata n.º 2/2013, relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Leiria, de 27 de abril.

Alguém pretende usar da palavra? Não.

Vou colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por maioria, com quatro abstencões, aprovar a ata da sessão ordinária de vinte e sete de abril de 2013.**

Passamos à votação da ata n.º 3/2013, relativa à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Leiria, de 27 de abril.

Alguém pretende intervir? Não.

Vou colocá-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por maioria, com quatro abstencões, aprovar a ata da sessão extraordinária de vinte e sete de abril de 2013.**

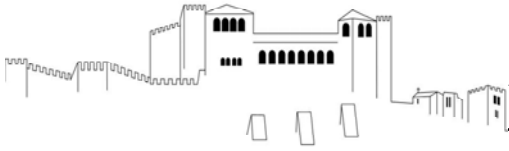
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ainda antes de entrarmos no período antes da ordem do dia, a Mesa pretende apresentar um voto de pesar e este pode ser acrescentado por quem o queira fazer.

E passo a ler.

*“José Damasceno Campos faleceu a 29 de maio de 2013, com 85 anos.*

*Natural de Frechas, concelho de Mirandela, desempenhou um vasto conjunto de cargos públicos e políticos.*



*O seu percurso em Leiria inicia-se em 1958, onde começa por exercer o cargo de 1.º secretário de Governador Civil; regressa a Bragança como Governador Civil e volta a Leiria nessa condição, de 1969 a 1974.*

*Por duas vezes foi Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, em 1983 e 1986.*

*Pai do médico urologista Dr. José Carlos Damasceno Campos e da ex-presidente da Câmara Municipal de Leiria – Dra. Isabel Damasceno Campos – era, na opinião da filha, «Uma pessoa com projeção do futuro e muito realista, com uma vida dedicada à causa pública».*

*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária, a 28 de junho de 2013, manifesta o seu pesar pelo falecimento de José Damasceno Campos e endereça à família sentidas condolências”.*

Alguém pretende intervir?

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor Vice-Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, membros da comunicação social e os cidadãos de Leiria, com uma saudação muito especial aos habitantes da freguesia de Azoia.

Um cumprimento muito especial e um agradecimento pelas amáveis palavras que me dirigiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Solicitei agora a palavra pois tencionava aqui apresentar este voto de pesar. Resta-me, em nome da minha bancada, secundá-lo.

De facto, no passado dia 29 de maio faleceu o Dr. José Damasceno Campos.

Foi um insígnio cidadão de Leiria, como já foi dito. Ao longo da sua vida, desempenhou vários cargos políticos; foi Governador Civil de Leiria e já tinha ocupado um cargo semelhante no distrito de Bragança; foi ainda provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e diretor da Casa Pia.

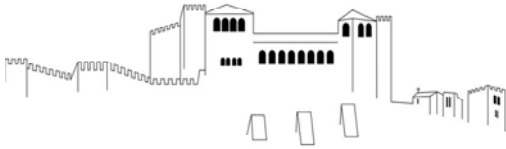
No que nos diz respeito, como foi salientado e ainda mais importante, foi Presidente da Assembleia Municipal de Leiria.

Teve uma vida dedicada à causa pública e a sua carreira fala por si.

Partiu com o dever cumprido.

Queremos também recordar que durante este período - entre as duas sessões da Assembleia Municipal -, faleceu o Dr. Ruy Moura Ramos, deputado da Assembleia





Nacional e diretor da Prisão-Escola de Leiria, exemplo de estabelecimentos congéneres no país; e ainda o Dr. Osvaldo Castro, ilustre deputado da Assembleia da República, onde se destacou pela defesa dos interesses do nosso distrito e sobretudo do nosso concelho.

Leiria perdeu três dos seus mais ilustres cidadãos.

Por isso propomos que esta Assembleia manifeste o seu pesar (com o voto que já foi feito) e, em respeito, se observe um minuto de silêncio, se o senhor Presidente concordar.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém pretende intervir? Não.

Vou submeter à votação o voto de pesar, acrescido da proposta do senhor deputado Manuel Antunes para abranger também o Dr. Osvaldo Castro e o Dr. Ruy Moura Ramos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por unanimidade, manifestar o seu pesar pelo falecimento dos senhores Drs. José Damasceno Campos, Osvaldo Castro e Ruy Moura Ramos.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Proponho então que guardemos um minuto de silêncio, em homenagem a estes três ilustres cidadãos.



A Assembleia Municipal de Leiria guardou, de pé, um minuto de silêncio.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhores deputados.

Entramos no período antes da ordem do dia.

Agradeço que se inscrevam.

Vou ler as inscrições, a qual respeitará o regimento quanto ao intercalar das intervenções: senhor deputado Pedro Faria, senhor deputado João Cunha, senhor deputado Vitor Lourenço, senhora presidente da junta de Leiria, senhor presidente da junta de Santa Eufémia, senhor presidente da junta de Bajouca, senhor



deputado Vitorino Vieira Pereira, senhor deputado Carlos Guerra, senhor deputado José Francisco, senhor deputado Domingos Carvalho, senhor presidente da junta de Barreira, senhor deputado Pedro Biscaia, senhora secretária da junta de Coimbrão, senhora deputada Odete João, senhor deputado José Manuel Silva e senhor deputado António Fernandes.

Lembro que até esgotarem o tempo de que cada grupo dispõe, podem os senhores deputados inscreverem-se novamente.

Senhor deputado Pedro Faria, faça favor.

### **DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)**

Muito boa noite.

Cumprimento a Mesa e, nomeadamente, o novo Presidente da Assembleia; o senhor presidente da junta de Azoia e, nele, todos os habitantes da freguesia.

Pelo insólito e peripécias relacionadas com os concursos de empreitada de remodelação e ampliação do posto territorial da GNR de Monte Real e de Monte Redondo, gostaríamos de ouvir explicações quanto a estes casos.

Assim, e tanto quanto nos é dado saber, a remodelação e ampliação dos postos em causa deveriam ter (supostamente) custos repartidos pelo MAI – Ministério da Administração Interna (mais ou menos com 10 %), pela Câmara Municipal de Leiria (5 %), e recurso a fundos comunitários (85 %).

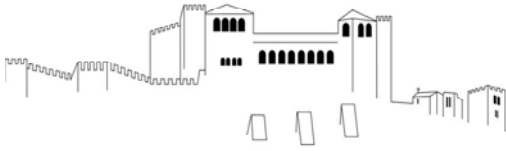
A proposta de adjudicação vai a uma primeira reunião de Câmara em que o Presidente não está, pois havia pressa na sua concretização por causa dos fundos comunitários.

É, no entanto, retirada quando se percebe que esta levanta grandes dúvidas em vários vereadores, relacionadas com o facto de a empresa classificada em primeiro lugar, em ambos os casos, apresentar o oitavo e o sétimo preço mais baixo do concurso.

A proposta volta a reunião de Câmara mais duas vezes e é outras tantas vezes retirada. Sabe-se, entretanto, que afinal não haverá apoios comunitários para estas obras, pois Bruxelas não permite que os seus fundos sejam aplicados em Forças de Segurança.

Fica a dúvida de quem é que vai agora pagar as obras e em que percentagem.

Por último, o assunto volta a nova reunião de Câmara, acabando por serem chumbadas ambas as propostas por dúvidas levantadas por sete vereadores, sendo



que aparentemente só os vereadores do núcleo duro do Partido Socialista estão confortáveis com esta situação.

Pessoalmente não me choca nada que um concurso possa ser ganho por empresa que apresente um valor superior de adjudicação, desde que os motivos que levam a essa decisão sejam claros, o que não parece nada ser aqui o caso.

Agradecemos pois explicações que ajudem a clarificar todo este insólito tema.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

**DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA)**

José Cunha, Presidente da ainda Junta de Freguesia da Barreira.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e em si todos os presentes, com uma saudação especial aos azoienses (fiquei agora a saber que é assim que se tratam os habitantes de Azoia), com uma saudação de especial carinho ao senhor Presidente Manuel Carvalho e restante executivo.

Aproveito também para agradecer as lembranças com que nos agraciaram.

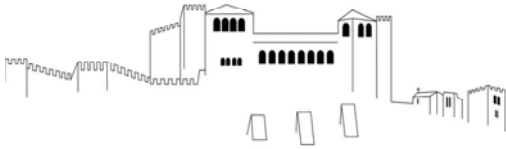
Unem-me à Azoia laços familiares e também profissionais. É com alegria que revi/revejo colegas de há mais de vinte e cinco anos, do grupo Movicortes. Desde então que tenho observado o desenvolvimento que esta terra (Azoia) tem merecido.

Não posso deixar de testemunhar o excelente relacionamento institucional e pessoal entre a freguesia de Azoia e a de Barreira e os seus representantes. Em conjunto, temos partilhado recursos materiais, equipamentos e meios humanos que – não tenho dúvidas – se traduzem em poupança para ambas as freguesias.

Testemunho também os aspetos positivos que resultaram da constituição da comissão inter-freguesias de Azoia, Barreira e Cortes.

A Junta de Freguesia de Azoia deve ser a única no concelho no concelho que não funcionários no serviço administrativo. São os membros do executivo que dia após dia vão fazendo todo esse trabalho. Um bom exemplo de cidadania e de voluntariado.

Reconheço o trabalho que o presidente Manuel Carvalho tem desenvolvido, sempre com muita disponibilidade; o apreço que tenho pela Isabel, nas reuniões havidas,



pela sua energia e pelos dotes de poetisa envergonhada, que merece e precisa de um *empurrão* para publicar alguns dos seus escritos.

Quero, e solicitei a palavra com esse objetivo, retribuir o gesto solidário do presidente Manuel Carvalho, que honrou – a mim, em particular – quando na sessão da Assembleia Municipal que se realizou na Barreira, ofereceu a sua compensação monetária a uma instituição da Barreira. Hoje venho aqui com o mesmo objetivo. O que irei receber desta sessão será entregue (à Junta ou a quem o presidente Manuel Carvalho indicar) a uma instituição de solidariedade.

Caros amigos de Azoia... em tempos foi o rio Lena que nos afastou.

Hoje é a reforma administrativa que nos irá separar.

Resta-nos a amizade e essa, tenho a certeza, irá perdurar.

Obrigado e boa noite.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor presidente.

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

**DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)**

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todas e todos.

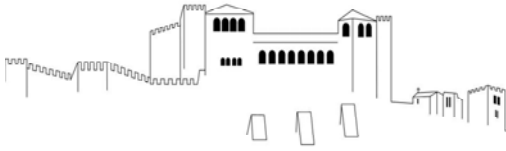
Autonomia Local é uma expressão fundamental da democracia e um património político inalienável das populações. Nesse sentido, as autarquias locais - em particular as freguesias e municípios portugueses - são realidades centenárias cuja alteração de limites, criação e extinção deve respeitar a vontade das populações, expressa através de referendo.

Infelizmente, hoje estamos reunidos num salão paroquial, já não (como devia ser) pertencente à freguesia de Azóia, como todos decerto desejaríamos, mas por expressa vontade do governo PSD/CDS, pertencente à por eles denominada "União das Freguesias de Parceiros e Azóia".

As populações não foram ouvidas em tão importante alteração.

Continuaremos, como até aqui, a defender a revogação da Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e a promoção de referendos locais nas freguesias de Leiria que foram extintas, na sequência da aplicação da chamada lei da R.A.T.A.

E se houve partido que desde o início se opôs a esta lei, foi - sem dúvida - o Bloco de Esquerda, que através de propostas de projeto lei, recursos ao Tribunal



constitucional, aprovações nesta Assembleia Municipal da necessidade de as populações deverem ser ouvidas sobre a extinção ou ajuntamento das suas freguesias, aprovação da proposta da Câmara Municipal sobre a manutenção das freguesias como estavam, e finalmente na Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2012, ainda tentamos a aprovação de *“um projeto de deliberação para a realização do referendo relativamente á reorganização administrativa do território”*, que a maioria dos deputados, infelizmente, rejeitou.

Não podemos deixar de notar que grande parte das freguesias, a nível nacional, sejam simpatizantes do governo, e que pelo menos os autarcas não tenham conseguido demovê-lo de avançar com a lei que exterior e publicamente atacavam e tão fortemente recusavam, conseguindo - julgam eles - *“ Sol na eira e chuva no nabal”*, mas esquecendo-se que o povo percebeu muito bem o que se passou.

As próximas eleições nos dirão se temos razão ou não no nosso raciocínio.

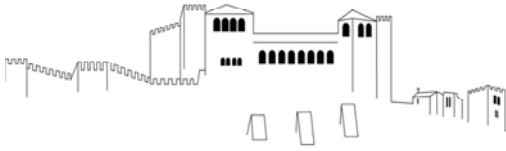
A Carta Europeia da Autonomia Local recomenda que qualquer alteração territorial seja submetida a referendo, nos termos em que a lei de cada país o permita.

E esta carta é um tratado internacional que obriga o Estado Português e não um simples memorando como o da *Troika*, assinado por três partidos, em nome do qual o governo pretende liquidar 1165 freguesias e, no futuro, dezenas de concelhos.

Por isso, o Bloco de Esquerda apresentou, na Assembleia da República, o projeto de lei 163/XII, que torna o referendo local obrigatório e vinculativo em qualquer processo de criação, extinção, fusão e modificação territorial das autarquias locais, sejam elas freguesias, concelhos ou as futuras regiões administrativas. Infelizmente, este projeto também foi chumbado pelos restantes partidos.

A criação de regiões administrativas e a existência das áreas metropolitanas, enquanto órgãos diretamente eleitos pelas populações, permitirão um reforço da democracia, reduzindo o centralismo e a atual opacidade da administração pública. Pelo contrário, a anunciada transformação das Comunidades Intermunicipais em órgãos autárquicos não eleitos, intermédios entre o poder local e o Estado central, apenas visam prolongar a falta de transparência e a multiplicação do compadrio político para o exercício de cargos públicos, totalmente inúteis.

Os serviços públicos de natureza essencialmente local (como o abastecimento de água, o saneamento e os resíduos) devem ter propriedade e gestão públicas, de

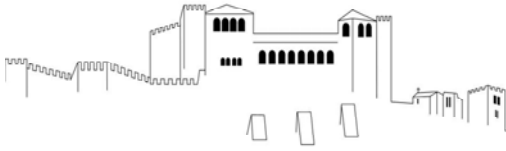


forma a assegurar o seu acesso universal, independentemente do nível de rendimentos, com escalões de consumo mínimo gratuito.

Em particular, é nosso entendimento que *a água deve ser património universal da humanidade*, tal como o afirma a petição mundial, que correu na *internet*. Declaramos também o nosso empenhamento na promoção de um amplo movimento de recolha de assinaturas a fim de se conseguir a alteração da decisão da Assembleia Municipal, do ano transato, que autorizou a abertura de um concurso internacional para a concessão da água (a nossa água!) a privados, por mais de trinta ano! Isto porque entendemos que a privatização da distribuição e abastecimento da água põe em causa o acesso de todos a um recurso essencial à vida, não podendo esse acesso ser limitado pela capacidade económica de cada individuo. Uma iniciativa cidadã travou, para já, as intenções da Comissão Europeia em termos de liberalização do abastecimento de água e obrigou os governos da União a adiar as ideias sobre a privatização da água. Um milhão e meio de assinaturas de cidadãos de sete países da União Europeia obrigaram a comissão Barroso a recuar nas privatizações. Para já não falarmos de soluções que resolvam o gravíssimo problema ambiental causado por descargas ilegais e recorrentes, desde há décadas, nas linhas de água ou terrenos adjacentes em localizações mais próximas de instalações de atividades agroindustriais poluentes, nomeadamente as suiniculturas, com impacte mais visível e preocupante como seja na ribeira dos Milagres e na restante bacia hidrográfica do rio Lis.

A passividade, o silêncio e a cumplicidade com que estas situações têm sido geridas, quer por parte do município quer por parte do Ministério do Ambiente – MAMOT -, constitui uma autêntica vergonha para o poder local e a qualidade de vida dos cidadãos de Leiria, que deve ser banida do nosso quotidiano. Ainda hoje foi, novamente, uma má notícia veiculada na televisão.

O mesmo se aplica ao serviço público dos CTT. Em Leiria, o recente encerramento da estação de correios de Santana representou mais uma machadada no processo de desertificação do centro histórico, tudo isso com um certo beneplácito da Câmara Municipal, que assistiu (apesar de tudo) meio impávida e serena, a mais este atentado urbanístico, apesar de milhares de leirienses se terem oposto - através de uma petição popular - ao encerramento da estação dos correios. Continuaremos a lutar pelo regresso do serviço público dos correios ao edifício da estação dos CTT de Santana, desde logo, protegendo o edifício de qualquer



atentado, através da sua classificação como edifício de interesse municipal, tal como também é reclamado na petição.

Pergunto aqui, ao senhor Presidente, em que situação se encontra o processo da classificação do edifício? Não sei se saberá responder ou não.

Dia vinte e sete deste mês (ontem) centenas de milhar (um milhão, talvez) de portugueses saiu à rua, mostrando o seu descontentamento com as políticas que nos são impostas pelo memorando da *Troika* e que responsabilizam aqueles que, de uma maneira cega e sem a mínima preocupação social, atacam de forma cruel o seu povo, obedecendo a critérios que em todo o lado onde foram impostos falharam rotundamente nos seus propósitos. A austeridade, como política de combate à recessão, é comprovadamente um desastre. Aumenta o desemprego, provoca recessão económica e é claramente um crime pois prejudica largos sectores da população com especial enfoque nos que têm mais dificuldades, beneficiando apenas os que vivem da especulação e a corrupção generalizada. Pois bem, este enorme protesto nacional foi, de certeza, a machadada final num governo prepotente e antidemocrático.

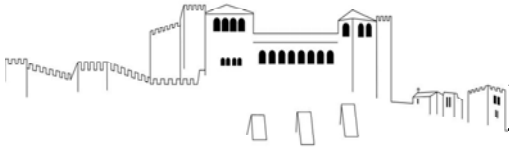
Estão, não duvidemos, no seu estertor final.

Finalmente, uma pequena explicação para o facto de não termos apresentado as nossas saudações aos habitantes da antiga freguesia de Azoia. Ou seguiríamos a lei, e neste caso não poderíamos falar em freguesia da Azoia (agora é a União das Freguesias dos Parceiros e Azoia), ou não aceitamos a nova situação e aqui expressamos os nossos mais sinceros desejos para que não demore muito o regresso exclusivo da Freguesia da Azoia!

Moção:

*“A decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucionais normas do diploma que estabelecia um novo regime jurídico para as autarquias locais e um novo estatuto das entidades intermunicipais, constitui motivo de satisfação para os autarcas.*

*Tendo por base a Proposta de Lei nº 104/XII do governo, o documento já tinha merecido a discordância de inúmeros órgãos autárquicos, assembleias de freguesia e assembleias municipais, por afetar o núcleo essencial dos órgãos deliberativos e os princípios de independência e da especialidade das autarquias locais.*



*Recorde-se que o parecer da ANMP e da ANAFRE bem como as sugestões bem fundamentadas de muitas autarquias nunca foram tidas em conta pelo ex-ministro Relvas e demais governantes, pelo que o pedido de apreciação da constitucionalidade daquela lei teve o desfecho que a democracia exigia, a reprovação do diploma.*

*Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2013, delibera:*

- 1 - Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais;*
- 2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;*
- 3 - Exigir o respeito pela autonomia do poder local."*

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Temos que ser mais sucintos.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

**DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Muito boa noite a todos.

Cumprimento a Mesa e um particular cumprimento ao novo Presidente da Assembleia Municipal, senhor Vice-Presidente da Câmara, senhores vereadores e todos os senhores colegas deputados nesta Assembleia Municipal.

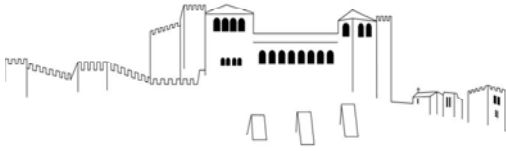
Um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Junta de Azoia e (se me permitem dizê-lo) meu caro e há amigo, Manuel Carvalho.

É com muito gosto que participamos nesta sessão da Assembleia Municipal de Leiria, que também evoca a história e a identidade da freguesia da Azoia. Paróquia desde 1713, autonomizando-se da de S. Pedro, em Leiria, por decisão do bispo Álvaro Abranches, segundo o "Couseiro", por lhe ser reconhecida identidade e recursos suficientes.

A evolução demográfica desta freguesia está intimamente ligada às oscilações socioeconómicas do concelho. Por exemplo, tinha cento e sessenta e seis fogos em 1801, antes das invasões francesas, perdendo 265 pessoas durante a permanência dos exércitos napoleónicos nesta região.

Desde sempre a Azoia manteve uma relação estreita com a antiga estrada nacional n.º 1, como o demonstra a instalação de unidades comerciais e os prestigiados





restaurantes à beira da mais importante via de comunicação, que o foi durante décadas e décadas. Ao contrário de agora, em que é bem mais complicado cá chegar! Por aqui passaram viajantes, mercadores, turistas e - como se disse - os exércitos em momentos de guerra, como por exemplo no percurso das tropas castelhanas, em 1385, entre Leiria e S. Jorge, aquando da batalha de Aljubarrota. Nesta localidade se fez, ao longo do tempo, a mescla rural-urbana e a mescla entre a agricultura e o comércio. Aqui se construiu uma comunidade e se lançaram laços de vizinhança, se consolidaram devoções (no caso a Santa Catarina), nasceram, cresceram e morreram gerações.

É a tudo isso que se chama identidade.

É sobretudo isto que nos faz estar aqui hoje a celebrar a sua memória e a sua história. Porém, sabemos que, paradoxalmente é também uma despedida que aqui nos junta.

A freguesia, como a conhecemos e tal como foi construída, com o esforço e a dedicação das suas gentes, vai desaparecer por via da famigerada e injusta reforma administrativa, imposta por uma visão centralista do poder. Trata-se de um ultraje que não pode ficar impune e que irá, por certo, merecer a devida resposta nas próximas eleições autárquicas.

Sem recorrer à demagogia de ocasião, há que reafirmar a dignidade, a história, o esforço, as alegrias e tristezas partilhadas por um povo no seu território.

É por isso que aqui estamos.

A celebrar mas também a manifestar a nossa solidariedade a estes nossos concidadãos do município. Acreditamos que, um dia próximo, poderemos rescrever esta página negativa da história da Azoia.

O tempo vos dará razão.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

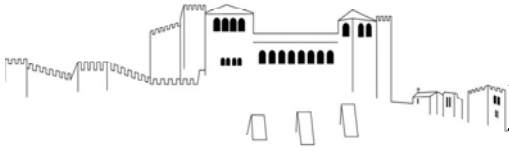
Senhor deputado José Francisco.

**DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)**

José Francisco, CDS-PP.

Cumprimento a Mesa, o senhor Vice-Presidente, os senhores vereadores, caríssimos colegas e azoienses.

Muito obrigado pelo convite e pela hospitalidade com que nos receberam.



A minha intervenção vai cingir-se à utilização e conservação de toda a zona que está a ser ampliada e melhorada continuamente, onde uma boa parte dos leirienses praticam o seu desporto e o seu passeio de fim de dia.

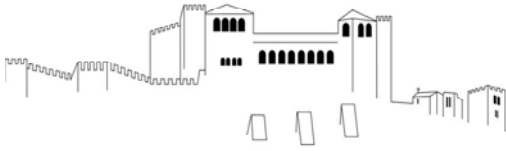
Neste momento, como assistimos a mais um investimento por parte da autarquia, ao concluir a ligação - com uma ponte pedonal – da rua Tenente Valadim, congratulo-me com essa obra pois permite às pessoas o não terem que fazer travessia de estradas.

No entanto, tenho algumas observações a fazer à conservação do parque da cidade. Existem duas ou três situações que me parecem gritantes, sendo que uma delas é a ponte pedonal localizada no topo poente desta zona que margina o rio Lis, ou seja, após a confluência do rio Lena com o rio Lis há uma ponte que nem sequer tem corrimão de um dos lados e encontra-se em mau estado de conservação e parece-me colocar em perigo a vida das pessoas que a atravessam, até porque tem alguns sete ou oito metros de altura. Entendo ser importante e premente seja impedida a utilização desta ponte ou que seja reparada. Não vale a pena investirmos em novos equipamentos se não houver reparações e conservações dos existentes.

Relativamente a algumas das luminárias (vulgos candeeiros), penso que - por furto ou por vandalismo gratuito – algumas têm sido vandalizadas, sendo removidas algumas das tampas das ligações elétricas. Algumas até têm os fios descarnados e expostos. Presumo que constituam alguma perigosidade de electrocução. Não fiz ensaio nenhum (e nem pretendo fazer) mas deveria ser arranjada forma de os tamponar.

Relativamente ao parque infantil – a que todos chamamos *parque do avião* -, confesso que ainda não percebi o que é que se passa. Está fechado de um lado mas aberto do outro. Há cerca de um ano que tem uma placa que proíbe a sua utilização e nem limpo está, mas o facto é que o local está cheio de crianças. Foi-lhe subtraído um equipamento e pergunto se é para fechar ou manter aberto ao público? Pode ser utilizado ou constitui um perigo? Gostaria de saber e obter respostas.

Saúdo a intenção de dotar este percurso com equipamentos de manutenção física. É uma ideia fantástica mas penso que a sua escolha deveria ter sido mais acertada. Não tem qualquer ergonomia e a utilidade de três ou quatro dos equipamentos é discutível. A intenção foi boa mas a sua escolha deveria ter sido mais aprimorada.



Congratulo-me com a evolução e o desenvolvimento de toda esta zona, que serve inúmeros leirienses, mas há que haver mais celeridade na sua manutenção e conservação, para que a falta dela não constitua um convite à continuada degradação e vandalismo.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Boa noite.

Cumprimento ao novel Presidente da Assembleia Municipal e à distinta Mesa, senhor Vice-Presidente da Câmara e restantes vereadores, quer do executivo municipal quer da oposição. Uma saudação muito especial ao senhor vereador Gastão Neves, futuro candidato do PSD à Câmara Municipal de Leiria.

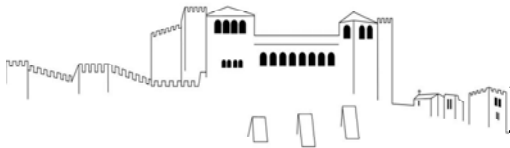
Uma saudação muito especial ao elenco da Junta de Freguesia de Azoia, na pessoa do senhor Presidente da Junta e também aos membros da Assembleia de Freguesia. Uma saudação à comunicação social presente e a toda a população em geral, seja ela da freguesia de Azoia, seja do restante concelho.

A minha intervenção será muito breve.

Só para vos dar nota de que é com algum sentimento de esperança que registo que os esforços que muitas vezes são feitos, quando conjugados, traduzem-se muitas vezes em êxitos. Refiro-me, neste caso concreto, ao trabalho que foi feito em conjunto por várias entidades, várias instituições e várias pessoas no que respeita à linha do oeste.

Sobre esse ponto de vista, quero dizer que as forças vivas do distrito e também algumas do concelho se uniram e tornaram possível que a sensibilização das autoridades ferroviárias levasse a que o estudo que foi feito fosse acolhido e, portanto, haja perspetivas para que o transporte de passageiros na linha do oeste se mantenha, abrindo uma ligação a Coimbra e à linha do norte e com isso permitir um serviço completo em relação a esta estrutura ferroviária.

Naturalmente que isto envolve, depois, outras circunstâncias complementares. Esperemos que os municípios que estão em conexão com esta linha não descurem a sua parte do trabalho e possibilitem a reativação forte desta infraestrutura



ferroviária que, com certeza, a todos irá servir, seja no transporte de passageiros seja no transporte de mercadorias.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhores deputados, senhores presidentes de Juntas de Freguesia.

Permitam-me uma saudação muito especial ao senhor presidente da Freguesia de Azoia e a toda a população aqui presente.

Já algumas considerações foram tecidas sobre a questão da extinção da Freguesia de Azoia. Permitam-me, citando Osvaldo Castro – que já aqui foi hoje lembrado -, um homem com uma cultura enorme, uma cultura de abertura, de tolerância e uma grande sabedoria para encontrar soluções para problemas difíceis, como estes a que assistimos com a agregação das freguesias. E lembro aqui, a propósito – e que se aplica perfeitamente -, o seu discurso de 25 de Abril de 2008.

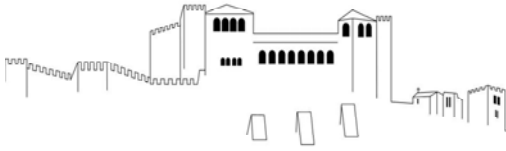
Dizia Osvaldo Castro: *“Subo a esta tribuna para saudar o 25 de Abril da liberdade, da tolerância, da igualdade e da fraternidade. O 25 de Abril da democracia, da descolonização e do desenvolvimento. O 25 de Abril da paz, mas também das utopias e dos sonhos ainda por concretizar.”*

Ainda temos muitos sonhos por concretizar, nomeadamente nesta questão da agregação das freguesias.

O segundo ponto da minha intervenção reporta-se ao arranque do ano letivo.

Vimos, o ano passado, problemas de ordem vária, nomeadamente decorrentes da Lei dos Compromissos, para que as autarquias pudessem avançar com as atividades extracurriculares. O problema foi desbloqueado tardiamente. Este ano, parece-nos que estamos pior.

A dois meses do reinício das aulas, as famílias desconhecem se as crianças vão ter atividades extracurriculares, desconhecem o seu horário, desconhecem se as autarquias, de facto, podem ou têm condições para lançar os concursos e qual é a disponibilidade financeira em causa.



Senhor Vice-Presidente, a primeira pergunta que lhe coloco é nesse sentido.

Qual é, neste momento, o ponto de situação para implementar as AEC'S?

As famílias e a população merecem estar esclarecidas e saber com o que podem contar, a partir de setembro, para os seus filhos.

Ainda a propósito da educação, e porque este é um tema essencial para o desenvolvimento do país, os agrupamentos de escolas são um atentado àquilo que é uma gestão de qualidade. Muito recentemente foi agrupada a escola Domingues Sequeira com a escola José Saraiva, ao arrepio do que foram as condições propostas por todas as escolas, inclusive pela própria autarquia.

Estamos a ficar pior!

Temos uma gestão pedagógica que não é de proximidade e isto é, de facto, um atropelo às questões de qualidade e de gestão das escolas.

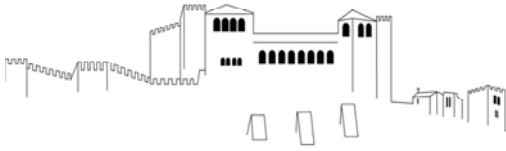
Relativamente ao encerramento dos correios no concelho de Leiria, passo a ler uma moção:

*“Contra o encerramento das lojas de correios no concelho de Leiria. Os correios prestam um serviço público único, que ao longo dos anos se procurou ampliar e adequar às necessidades das populações.*

*A rede de estações dos CTT, a nível nacional, deve garantir um serviço público de proximidade e constituir um fator de coesão territorial e social. O encerramento da estação de correios de Santana, no centro histórico de Leiria, e do posto da Gândara dos Olivais, na freguesia dos Marrazes, constituem perdas irreparáveis para o concelho de Leiria. A decisão da Administração dos CTT-Correios de Portugal SA de encerrar a estação de correios de Santana, para além dos prejuízos causadas à população, contribui para a degradação e desertificação do centro histórico de Leiria e deixa mais um edifício de inquestionável valor arquitetónico fechado. Em relação ao encerramento do posto da Gândara dos Olivais deve ter-se em consideração que estava instalado numa área de elevada densidade populacional e com uma enorme concentração de atividades económicas que, agora, fica privada deste serviço público essencial.*

*A administração dos CTT desprezou o interesse público e desconsiderou o concelho de Leiria.*

*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Junho de 2013:*



*Rejeita a decisão tomada pela administração dos CTT, com a aquiescência do Governo, de encerramento das lojas dos correios de Santana e Gândara dos Olivais;*

*Solidariza-se com as populações afetadas;*

*Exorta a administração dos CTT e o Governo a reconsiderarem a decisão. Desta moção deve ser dado conhecimento ao 1.º Ministro, ao Ministro da Economia e Emprego, à administração dos CTT e aos grupos parlamentares da Assembleia da República.”*

Entrego a moção à Mesa.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

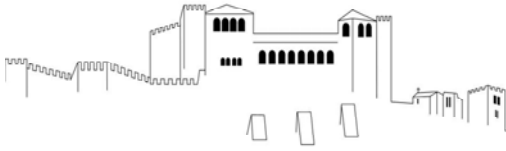
Muito boa noite.

Senhor Presidente, começo por desejar que neste curto período em que nos vai liderar tudo ocorra como deseja. As minhas felicitações e o meu cumprimento, como à restante Mesa.

Excelentíssimo senhor Vice-Presidente e senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados municipais, caríssimo público e comunicação social.

Permitam-me, porque entendo que é sempre importante começarmos por falar às pessoas - e quando temos o privilégio de ter estas sessões da Assembleia Municipal descentralizadas -, dar-vos nota de uma coisa que acho que é importante no sentido do funcionamento da democracia, não porque considere que não sabem mas porque me parece que é importante transmitir-vos o meu pensar.

Estão presentes os presidentes das juntas e representantes das Juntas de Freguesia, razão pela qual – obviamente – a generalidade dos deputados municipais não se referem a questões das freguesias. A população tem o direito de participar nas Assembleias de Freguesia, onde expressa as suas questões e, por isso, realiza-se sempre uma Assembleia de Freguesia que antecede uma sessão da Assembleia Municipal ordinária. Portanto, por norma, nós (os deputados municipais) não falamos das questões das freguesias pois que estão presentes os seus representantes legitimados.



Seria-nos, quase diria de mau tom, vir levantar pequenas questões sobre as freguesias, quando existe o espaço próprio para se falar delas.

Ouvirão, como já ouviram, e ouvir-me-ão também a mim, falar de questões que têm a ver mais com a cidade - que é o nosso centro - que pertence a todos.

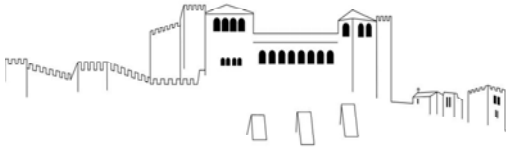
Dito isto, estamos hoje na freguesia de Azoia (presente o seu presidente e um largo e vasto conjunto de pessoas que são da freguesia) e vamos continuar a estar na freguesia de Azoia. Eu sou da freguesia dos Marrazes, que se vai juntar à freguesia da Barosa. O senhor presidente da junta da Barosa atualmente vai continuar a estar naquilo que é o sentido da freguesia da Barosa e eu nos Marrazes, assim como a sua presidente e por aí fora.

Já aqui foram ditas coisas com alguma gravidade. O senhor deputado Pedro Biscaia fez aqui uma afirmação que a mim parece-me não ser comum nele, quando referiu que as nas autárquicas "vão ver". Acho que estando aqui, nomeadamente um candidato afirmado pelo PSD à Câmara Municipal de Leiria, não faz qualquer sentido que estejamos a falar de coisas que, como sabem, transcendem-nos por completo e com uma agravante: o que aconteceu no concelho de Leiria tem culpados e os culpados, claramente, não são eu (deputado independente), os deputados do PSD e os deputados do CDS. Teve rostos, teve uma política e uma estratégia que lhe estava subjacente e teve um resultado.

Convém que não confundamos as coisas e que não nos deixemos enganar. Ao longo de todos estes anos, já viram que há muita gente que manipula as coisas na política. É conveniente que estejamos atentos a estas questões.

Dito isto, vou aqui levantar duas dúvidas.

A primeira questão parece-me ser de alguma gravidade pois trata-se de um sítio conflitivo e porque dá acesso ao cemitério de Leiria, a rua de Santo António. Gostaria que o senhor Vice-Presidente me esclarecesse pois honestamente não entendi e não tendo entendido considero um disparate o que lá foi feito. Não se trata de ter passado a haver sentido descendente apenas numa parte da rua mas porque consequentemente a essa decisão teria que ser criado um sinal de stop para quem desce, para que quem sobe e vire à direita pudesse não ter que parar o carro numa zona que não é de fácil arranque e nem todos os carros têm estas novas tecnologias de apoio no arranque em subida. Isto faz todo o sentido porque, para além do mais, a marcação da rua indicia que quem vai na estrada é quem vai descer para o centro da cidade. Consta o tracejado mas não o correspondente sinal



de stop. Seria importante que fosse corrigido porque me parece um erro grave e pode trazer dissabores a todos.

Outra questão é quando há obras como a desta novel ponte...

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor deputado, acabou o seu tempo.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Termino já e vou abreviar. Peço-lhe um pouco de condescendência, nesta sua primeira presidência deste órgão.

Senhor Vice-Presidente, a Câmara Municipal de Leiria tem que tomar providências para que deixe de haver pessoas de bicicleta a atravessar as passadeiras. É proibido e isso faz parte do código da estrada e este – que eu saiba – ainda não foi alterado em Leiria.

Última nota e esta é sobre as notas concursais.

Senhor Vice-Presidente, o senhor – como ninguém – sabe, em relação às AEC's e à alimentação escolar, que foi por si dito numa sessão da Assembleia Municipal que o critério da Câmara Municipal de Leiria para proceder a adjudicações era o preço mais baixo. Gostaria que me explicasse o que é que levou à alteração desse critério para outras decisões, que foram tomadas em concursos que houve.

Muito obrigado e peço desculpa pelo abuso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhora presidente da Junta de Leiria.

**DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)**

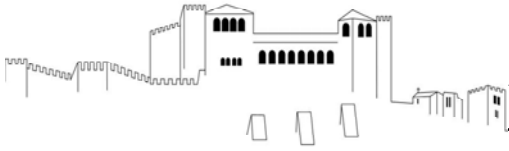
Muito obrigado.

Caras e caros colegas deputados, sobretudo os colegas presidentes de Junta de Freguesia porque hoje estão aqui por inerência.

Cumprimento o senhor Vice-Presidente, as senhoras e senhores vereadores, todas as pessoas presentes e em especial os azoienses e a comunicação social. Uma saudação muito amistosa e um obrigado ao meu colega, presidente da Junta de Freguesia de Azoia – Manuel Carvalho – e ao seu executivo, pela hospitalidade.

Em primeiro lugar gostaria de dar uma nota e justificar as minhas ausências, bastante mais do que aquelas que eu gostaria, mas motivos de ordem diversa me impedem de estar em dois locais ao mesmo tempo. Agradeço, por isso, ao senhor





Pompeu, meu substituto legal e meu tesoureiro (que se encontra presente) pela disponibilidade para me substituir, tão lealmente e tão distintamente.

Em segundo lugar, queria informar que estes livros que foram distribuídos a todos, inclusivamente a algumas pessoas que não fazem parte da Assembleia Municipal, que se chama “Os olhares dessa Leiria revisitada”, é um roteiro e foi escrito por Ana Margarida Dinis Vieira, natural de Marrazes, e Orlando Cardoso, que é natural de Souto da Carpalhosa. São pessoas sobejamente conhecidas. Este livro foi editado com vários apoios, sendo que também o foi pela Junta de Freguesia de Leiria.

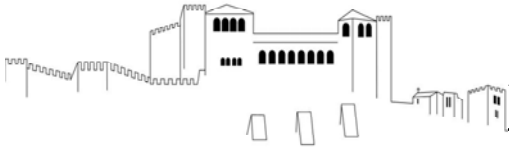
Foi editado a propósito das quintas comemorações dos olhares queirosianos. É o quinto ano consecutivo que nós vimos desenvolvendo este projeto, exatamente um tributo ao escritor Eça de Queirós e à sua vivência na cidade do Lis, com a participação de várias entidades de Leiria. É uma atividade dos leirienses para Leiria e para todas as pessoas. É uma atividade que se insere nas comemorações da elevação da vila de Leiria a cidade – em 1545 – e é verdadeiramente um orgulho sentir que todos os anos podemos comemorar tão distintamente a nossa identidade.

É por isso que sou uma presidente orgulhosa, como sabem. Fui convidada, em 2001, pelo PSD e estou a tentar desempenhar o melhor que sei e posso. Mesmo com as dificuldades procuro fazer tudo aquilo que é possível.

Esta brochura não teve o apoio da Câmara Municipal de Leiria. Mesmo assim, foi possível editar, foi possível fazer as atividades da Junta de Freguesia e julgo que o fazemos com a mesma dignidade, como se tivéssemos (enfim) o apoio que merecíamos. Por isso gostaria que todos se orgulhassem de Leiria. Sou feliz por ser presidente da Junta de Freguesia e de todos os leirienses.

Já que falamos de Eça de Queirós, permitam-me que vos leia um extrato que foi escrito em 1872:

*“Nós estamos num estado comparável, correlativo à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma ladroagem pública, mesma agiotagem, mesma decadência de espírito, mesma administração grotesca de desleixo e de confusão. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país católico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa – citam-se ao par a Grécia e Portugal. Somente nós não temos como a Grécia uma história gloriosa, a honra de ter criado*



*uma religião, uma literatura de modelo universal e o museu humano da beleza da arte.*"

Isto foi escrito por Eça de Queirós, n' *As Farpas*, como disse, em 1872.

Todos os dias, como autarca (mesmo antes de ser autarca) luto e enfrento o desafio, para – como diz Eça de Queirós – *"Portugal não ser riscado do mapa"*.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Boa noite a todos.

Na reta final do mandato, é hora e local para um balanço breve.

A maioria PS/CDS, chefiada por Raul Castro, viveu sempre enredada nas suas próprias amarras. Invocou fantasmas e mostrou - com toda a evidência - como sempre esteve refém de interesses que só esporadicamente afloram à luz do dia.

Por isso não é de estranhar que tenha passado o tempo em convulsões e quezílias pessoais e de grupo. Se tudo se passasse exclusivamente no seio do PS, com Raul Castro e na relação destes com o CDS não viria mal ao mundo e a Leiria. Mas todos sabemos que não foi nem é assim.

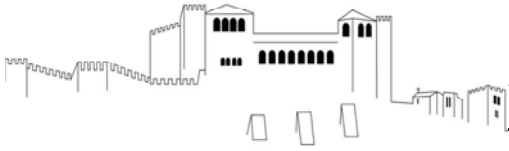
Foram os serviços municipais que sofreram e é Leiria que tem que pagar as favas. Desmantelaram serviços municipais, reformularam a estrutura com uma fecundidade inusual, mas sobretudo conseguiram sempre o desiderato de deixar pior do que estava antes.

E conseguiram propositadamente - Raul Castro e o PS -, subaproveitar, desaproveitar ou persecutoriamente ostracizar uma parte dos quadros municipais, técnicos qualificados e preparados e que tanta falta fazem nos sítios certos, como se veio a revelar estrondosamente nos inenarráveis casos que têm vindo à luz do dia.

Depois de terem despedido muitas dezenas de trabalhadores, segundo o *Diário de Leiria*, veio recentemente um vereador lamentar-se por ter menos trinta e seis operários e não conseguir *"colocar engenheiros a trabalhar com a pá e a picareta"*.

Mas se este caso é patético, o caso do lixo é coisa séria.

Coisa séria que merece ser aprofundada.



Falemos dos lixos. O Presidente da Câmara, contrariando a posição do órgão, assinou “protocolo” com a empresa SUMA para a prossecução da recolha do lixo no concelho, extravasando os poderes de que está imbuído. Decisão tomada com base numa informação da *Liber 129, Consulting, Lda.*, que custou o dinheiro que falta para coisas necessárias.

Reconhecendo, talvez, a ilegalidade de tal procedimento, foi solicitado parecer jurídico - em 29 de Abril, à CCDRC - sobre o prazo máximo de duração do contrato celebrado em 17 de maio de 1993. Esta entidade veio concluir que resulta *“inequivocamente que a duração máxima do contrato são vinte anos”* só podendo ser feitas três renovações de igual período e *“com clareza”* conclui ainda que não havia obrigação de comunicação da intenção de não renovação do contrato.

O Presidente da Câmara e o PS não devem ter gostado da conclusão e trata de solicitar parecer ao consultor jurídico do Município.

Porquê só nesta fase?

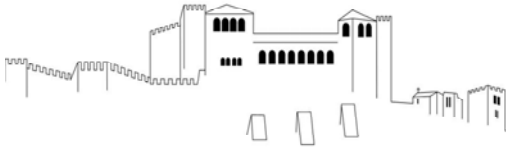
E como a coisa não chegava aparece um parecer apresentado pela SUMA, a própria (a do Grupo Mota-Engil) que se junta ao processo, e que aqui agiu abusivamente como juíza em causa própria. E também se estranha que existindo uma divisão jurídica interna esta não seja solicitada a emitir informação. Será um oceano de incompetência técnica?

O senhor Presidente da Câmara diz ter competência para celebrar o agora chamado *acordo* com a Suma invocando uma norma da Lei das Autarquias Locais que não lhe dá outra competência que não seja – transcrevo – *“executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade”*, o que constitui inegavelmente uma alteração ao contrato outorgado em 1993, quanto ao preço e serviços contratados.

Para além disso, não existe vantagem económica resultante do protocolo celebrado com a SUMA e não se pode invocar qualquer poupança financeira, designadamente os 617 mil euros propalados.

O presidente da Câmara agiu fora das suas competências e em área da competência da Câmara Municipal. E este caso vai ser por nós remetido à Inspeção-geral de Finanças, sem prejuízo de podermos avançar com outras formas que levem à investigação deste caso.

Como temos dito, esta maioria tem exercido o poder de forma autocrática, não gosta de ser contrariada e faz gala em levar por diante processos que inspiram as



maiores inquietações. A maioria esqueceu as famosas cento e vinte medidas que iriam mudar Leiria, nalguns casos ainda bem. Mas é sobretudo a maioria das fúrias privatizadoras, de que se destaca a fúria para a privatização dos SMAS.

Esta é a maioria que destruiu os serviços municipais da Leirisport, o que fez degradar o serviço municipal de apoio ao desporto e quer colocar as piscinas ao serviço de interesses particulares.

Esta é a maioria que abandonou o projeto do Centro Cultural de Marrazes, tal como deixou ao abandono o Lapedo e implementou um regulamento de atribuição de apoios que mais parece um instrumento de destruição do associativismo popular.

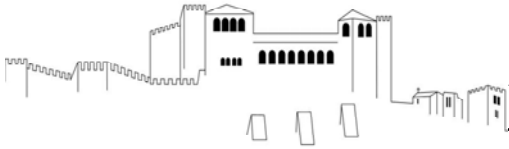
Esta é a maioria que abandonou o parque industrial de Monte Redondo, que não quer lutar contra as portagens no IC36 e na variante da Batalha, que não quis desenvolver um plano de requalificação da degradada rede viária do concelho.

Esta é a maioria que não sabe planear projetos e a sua execução. Tem obras dos SMAS em curso há meses em A-do-Barbas, obrigando (desnecessariamente) as populações a engolir pó e prejudicando as empresas que usam equipamentos de alta precisão; ou em Monte Real, onde - em plena época termal - há ruas a aguardarem ser repavimentadas devido a obras de infraestruturais no subsolo; ou a estrada dos Marinheiros que nunca mais vê as obras de repavimentação concluídas e ficou, em parte, sem valetas nem passeios.

A maioria, que no plano da educação não construiu os equipamentos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico na freguesia prioritária de Marrazes, que deixou degradar os espaços do Polis, que também não construiu o Jardim da Almuinha Grande, que *legaliza* violações da REN e que não dirigiu o processo de despoluição da Bacia do Lis mas quer desanexar algumas partes do perímetro de rega do Vale do Lis.

É a maioria que não apoia os agentes culturais locais, que subaproveita os importantes equipamentos culturais, que continuou o processo de degradação do mercado municipal, que transformou o centro Cultural de Santana numa salada russa e na casa do Benfica.

É a maioria que criou a nova imagem de Leiria: o carro. Ele é carros no Mercado de Santana, ele é carros defronte da entrada do Teatro José Lúcio, ele é carros na esplanada do jardim, ele é carros encavalitados na cobertura do pórtico do parque. Vá-se lá saber até onde é que isto irá, mas com os novos usos do castelo ainda



haveremos de ver um carro todo-o-terreno na torre da menagem ou a espreitar pelas janelas do Palácio Real.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Não se podem queixar da falta de tolerância da mesa!

Senhora deputada Lucília Letra.

**DEPUTADA LUCÍLIA LETRA (SECRETÁRIA DA JUNTA DE FREGUESIA DE COIMBRÃO)**

Boa noite a todos.

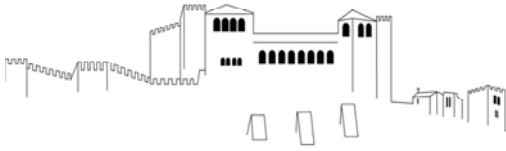
Em primeiro lugar agradeço a forma simpática como fomos recebidos na Freguesia da Azoia.

Estou aqui, perante vós, em representação da Freguesia do Coimbrão e peço-me se nalguns momentos me dirigir a vós como cidadã, pois não é tarefa fácil separar quem somos do que fazemos.

Esta semana a Junta de Freguesia do Coimbrão, perdeu - por motivo de doença prolongada - uma funcionária, e, como muitas vezes acontece, a morte leva-nos a retrospectivas e avaliações do que foi, do que poderia ser e de como todos os dias nos esquecemos do agradecimento e do reconhecimento.

Gostaria de fazer uma retrospectiva do que aprendi e reconhecer a importância daqueles que dedicam horas infindáveis às suas populações. Estou a falar, obviamente, do papel dos executivos das Juntas de Freguesia e de como muitas vezes são injustiçados não vendo o seu trabalho reconhecido. Este poderia ser tema para uma Assembleia de Freguesia, mas acredito que - pela sua dimensão - também tem lugar numa Assembleia Municipal. Agora que passei pela experiência de pertencer a um executivo, percebo o que passam os colegas das demais vinte e oito freguesias do concelho de Leiria e por que passaram aqueles que estiveram antes de mim, do que suportaram sem nunca baixarem os braços. Porque acreditavam - e continuam a acreditar - que existe democracia e que é possível fazer acontecer, mesmo que nos tentem cortar as pernas.

Quero, particularmente, agradecer e de certa forma homenagear o anterior Presidente da Freguesia do Coimbrão, o doutor Paulo Pedro, neste mandato deputado nesta Assembleia Municipal. Acima de tudo pretendo, publicamente, reconhecer o trabalho de vinte anos onde aconteceu de tudo um pouco, mas do qual sobressai a capacidade de pensar no futuro, perspectivá-lo e colocar em prática



esses projetos, ou pelo menos alguns. Nem sempre foi fácil, nunca o é, mas reconhecemos o que foi feito e queremos partilhar convosco esse reconhecimento.

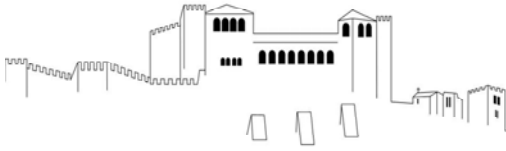
Da procura pela contínua melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Freguesia do Coimbrão, saliento três eixos de ação destes últimos vinte anos:

- A salubridade, tendo apostado e lutado no momento certo pela rede de águas e saneamento na Freguesia, o que hoje nos permite dizer com orgulho que mais de 90% da população é servida por água e saneamento;

- A saúde, mantendo o diálogo, boas relações com as entidades competentes e criando condições para que a extensão de saúde do Coimbrão acolhesse valências como a saúde materno-infantil e o planeamento familiar, que se vieram a revelar fulcrais para o despiste de situações mais complexas. Trabalho esse que, esperamos, tenha continuidade com a requalificação daquele mesmo espaço para continuar a prestar os devidos cuidados a uma população cada vez mais isolada;

- A educação, apostando na manutenção do parque escolar, no apoio às atividades para que as crianças pudessem usufruir das boas condições dos espaços e de material pedagógico adequado. Recordo que logo no primeiro mandato apresentou uma proposta de alteração da então escola primária do Coimbrão e que mais tarde, se transformou naquele que viria a ser o primeiro centro escolar do concelho de Leiria, previsto e suportado na Carta Educativa de Leiria. Para muitos uma obra megalómana, mas que foi pensada para ser executada alguns anos antes do que efetivamente aconteceu e para uma população infantil, que as condições do país não permitiram manter. Claro está que se fosse no centro da cidade jamais seria considerada megalómana, mas é numa aldeia, numa freguesia rural e aparentemente é grosseiro numa freguesia rural querer-se o melhor para as suas crianças. De tal modo que a inauguração a que teve direito o primeiro centro escolar do concelho de Leiria foi, a convite informal da Junta de Freguesia, a visita da população local e da direção do agrupamento de escolas rainha Santa Isabel ao edifício para que conhecessem o local onde as suas crianças iriam estudar. Visita *muy* digna com a população a aderir e a Junta de Freguesia a apresentar, com orgulho, um projeto que levou vários anos a ser concretizado.

Agradeço o que fez - e continua a fazer nos bastidores - pela freguesia, e da parte do executivo em funções fica aqui o reconhecimento do seu trabalho e das suas equipas, prova de que as freguesias são a base de ligação às populações e que é para elas que trabalhamos.



Para terminar, deixo alguns tópicos para reflexão de todos:

- A Ponte das tercenas, que não fica no concelho de Leiria mas afeta sobremaneira o crescimento económico, pelo menos do norte do concelho, e que continua na mesma... parada, paradinha e, não tarda, em marcha atrás.

Pergunto, Se fosse na cidade o que aconteceria?

Certamente muito haveria a dizer.

Ainda nesta zona do concelho, o Pedrógão este ano tem passadiços no Casal Ventoso (para quem não conhece é a parte norte da praia) e viu ser feita a manutenção do passadiço da praia sul porque a Junta de Freguesia não aguentou mais a inércia das entidades competentes e de quem tem por obrigação representar os interesses do concelho.

Ainda no Casal Ventoso, esperamos que este ano não voltem a ocorrer incidentes no passeio pedonal da marginal (rua Coronel Sampaio Rio), com quedas dos transeuntes uma vez que a Junta de Freguesia do Coimbrão procede já à sua manutenção.

Anualmente, o Pedrógão vê-se a braços com as deslocações das areias, impossibilitando muitas vezes a circulação rodoviária. A Junta disponibiliza os seus parques meios para apoio, mas isto não é suficiente! Acolhemos de bom grado todas as propostas para evitar este problema, para além das que já apresentámos.

Finalmente o multibanco vai regressar a esta estância balnear. Realço, desde já, todo o esforço e dedicação da Junta de Freguesia do Coimbrão sem a qual o Pedrógão não mais voltaria a ter multibanco, inexistente desde Outubro de 2012. Aproveito para informar que hoje de manhã foi instalado mais um dispositivo de segurança para permitir o regresso do multibanco.

Tudo isto sobre o Pedrógão... porque quantas vezes ouvi dizer que é a única praia do concelho e que deve ser tratada de forma diferente; quantas vezes ouço falar dela mas pouco ou nada fazem!

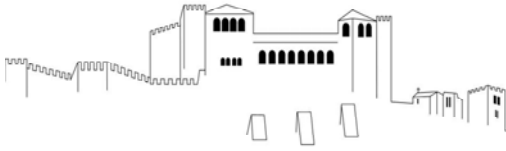
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhora deputada, agradeço que seja mais sucinta, por favor.

**DEPUTADA LUCÍLIA LETRA (SECRETÁRIA DA JUNTA DE FREGUESIA DE COIMBRÃO)**

Estou prestes a terminar.

Quanto aos trezentos e cinquenta metros de passeio na EN 109-9, no interior do aglomerado urbano do Coimbrão, esperamos sinceramente que não surjam mais



entraves que obriguem a nova espera de dezasseis anos, demonstrando o quão importante é a segurança dos peões.

Quase a terminar, não me poderia olvidar da lagoa da Ervedeira, património natural classificado e que aguarda que olhem para ela como mais uma pérola - que é! - da riqueza natural existente neste concelho, dando-lhe a dignidade que merece.

Despeço-me de todos vós com um muito obrigado pela atenção.

Boa noite.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Boa noite a todos.

Para não *gastar muito tempo*, cumprimento - em geral - todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejando-lhe um bom desempenho desta função que hoje inicia.

Um cumprimento a todas as pessoas de Azoia presentes, na pessoa do senhor presidente da Freguesia de Azoia, meu prezado amigo e vizinho, desejando que esta sessão da Assembleia seja um contributo para o exercício de cidadania de todos os presentes.

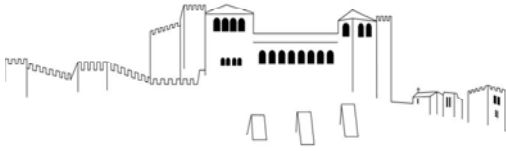
Neste período antes da ordem do dia, não podia deixar de fazer uma referência e uma saudação à publicação em Diário da República, na passada segunda-feira, da classificação do Lapedo - Abrigo do Lagar Velho - como monumento nacional.

É seguramente motivo de orgulho para todos nós, deputados municipais, para o senhor presidente da Câmara e vereadores, e para todos os leirienses, que veem desta forma reconhecido este património que, sendo testemunho dos nossos mais antigos antepassados, não deixará de contribuir para a valorização da Leiria de hoje.

Está de parabéns a nossa Câmara Municipal, como órgão do Município, pois foi ela que promoveu e propôs esta classificação.

Estão de parabéns as Juntas de Freguesia confinantes com esse território, sobretudo Santa Eufémia, que tão entusiasticamente acompanhou e colaborou no processo.





Estão de parabéns os nossos parceiros científicos e institucionais, cujo contributo foi decisivo.

Em 1998, quando foi descoberto aquele abrigo, gerou-se um fenómeno de investigação científica ímpar no nosso país, com um reconhecimento extraordinário do conhecimento mundial de uma nova teoria da evolução humana. Aquele esqueleto com 24.500 anos foi um achado de uma importância primordial para o que se seguiu nos dez anos seguintes. Foi realizada a maior investigação no domínio do paleolítico, feita em tão pouco tempo e num território tão estreito como o nosso concelho de Leiria.

Para entendermos melhor o estado atual deste património natural e histórico, convém relembrar aqui e agora estes últimos quinze anos de história:

- 1998 - A descoberta mais relevante do Paleolítico Superior Português com impacto científico mundial, com cerca de 25.000 anos. A tutela administrativa e científica foi assumida pelo IPA. O Município de Leiria deu todo o apoio logístico que lhe foi solicitado. O proprietário do local teve total abertura e colaboração.

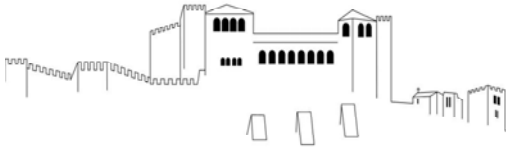
Envolveram-se no seu estudo diversos especialistas portugueses e estrangeiros, confirmando-se a teoria da miscigenação do Homo Sapiens e Neandertal, como refere explicitamente o preâmbulo do Decreto n.º 17/2013, publicado em 24 de junho de 2013.

- 1999 – Foi aberto o processo de classificação pela Câmara Municipal, que vem a ser homologado em 2003.

- Entre 1998 e até 2004 decorreram escavações arqueológicas em permanência. Foram inventariadas, muito com base na recente lei de bases do património cultural, em conjunto com o Instituto Português de Arqueologia (nessa altura recentemente criado), que desenvolveu um conjunto enormíssimo de parcerias institucionais com universidades portuguesas, europeias e americanas, o que trouxe àquele território um conjunto enorme de investigadores, os quais contribuíram para a descoberta mundial desse património.

- Em 2002 foi publicada a Monografia, em língua inglesa, obra com impacto científico enorme.

- Entre 2004 e 2009 desenvolveram-se variadíssimos trabalhos de campo quer no âmbito do PNTA – Carta Arqueológica de Leiria, quer no âmbito de trabalhos científicos de investigadores portugueses e estrangeiros.



No nosso território, que não é apenas o do Vale do Lapedo mas todos os vales daquela zona do nosso concelho, encontra-se um conjunto tão variado de sítios – cerca de cinquenta – arqueológicos identificados, com potencial igual ao do Lapedo, que merecerão uma grande atenção para o futuro e mereciam ter continuado a merecer - quer por parte das instituições científicas nacionais, quer por parte das instituições administrativas (Ministério da Cultura e Câmara Municipal de Leiria) – se calhar mais atenção.

Não me posso esquecer do maior número de trabalhos e de publicações científicas mundialmente realizados então e a propósito daquele espaço. Foi o achado científico mais vezes citado em comunicações e em revistas da especialidade no mundo inteiro e mereceu honras de grandes documentários televisivos, nomeadamente a BBC, com cobertura mundial. Deu até origem a uma ficção do escritor João Aguiar.

Foi um fenómeno que nos deve engrandecer pela sua especificidade e de uma especialidade com muito pouco reconhecimento público mas do ponto de vista do património deu origem a que Leiria ficasse no topo e a par com as gravuras de Foz Coa, do espaço com maior potencial desta área.

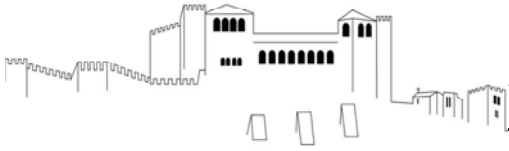
Esta classificação demorou tempo e está há muito em desenvolvimento mas Leiria não parou e o Município de Leiria desenvolveu, nestes anos, muitas atividades, nomeadamente o desenvolvimento e a publicação da sua carta arqueológica, que identificou os sítios que referi como muito importantes, não só naquela zona mas em todo o nosso território.

Estas descobertas permitiram trazer ao conhecimento público um conjunto mais alargado de vinte e tal jazidas não só no Vale do Lapedo, como no Vale das Chitas, no Vale do Leão e no Vale da Ribeira dos Murtórios, para além de nove importantes jazidas de sílex, fazendo deste território um espaço de ocupação humana em permanência desde o Paleolítico Médio/Superior até aos nossos dias.

Não podemos deixar de referir que a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001) define as bases e atribuições das diversas entidades no que concerne à política do património.

Foi neste enquadramento que se deu seguimento à CARQLEI (2004-2009), integrando o PDM do município.

Foi igualmente neste âmbito que a Câmara de Leiria propôs ao IPA (em 1999) a criação do Museu Regional de Arqueologia e em 2006 foi assinado um protocolo



entre o município e o IPPAR para a cedência do Convento de Santo Agostinho para aí se instalar o dito museu.

- Entre 2006 e 2009 foi desenvolvido o projeto e constituiu-se uma comissão científica com os mais reputados cientistas da História, da Arqueologia, da História da Arte e das Geociências (portugueses, franceses, espanhóis e italianos), projeto que, em 2010, é alterado para um diferente objetivo deste museu que ...*"visa a instalação do novo museu de Leiria..."* e cito que albergará *"... importantes reservas e coleções, de caráter multidisciplinar..."*.

Tal deu origem a um grande conjunto de atividades, nomeadamente - em 2004 - promoveu-se a primeira grande exposição *" Habitantes e Habitats"*, que teve cerca de trinta mil visitantes e foi a exposição mais visitada nos últimos anos em Leiria (para além da exposição sobre Amália Rodrigues, no Banco de Portugal), complementada com um conjunto de conferências onde se compilou o saber desses diversos investigadores, em parceria com outras instituições, nomeadamente universidades.

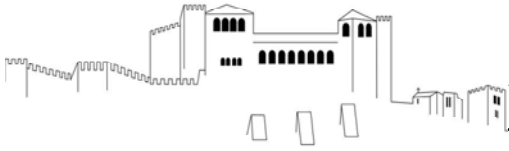
Nessas conferências e debates ficou reconhecido o seu amplo e forte impacto: nunca nenhum acontecimento científico português havia sido objeto de tantos artigos publicados em revistas científicas em todo o mundo, a par das centenas de citações em outras tantas publicações.

Ainda nesse mesmo ano se iniciou o projeto do CIALV (Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho), que em 2008 é inaugurado, acompanhado de um novo ciclo de conferências em que se fez a divulgação do conhecimento atualizado. Foi aprovada a ZEP (zona especial de proteção) do Abrigo, abandonando-se a proposta de classificação natural do vale que havia sido feita pela Câmara em 1993, na altura para garantir a sua preservação em termos paisagísticos, geológicos e biológicos.

Esta síntese das principais ações demonstram bem a importância que o Município atribuiu a este património e o investimento de recursos humanos, técnicos, logísticos, materiais e financeiros que agora são amplamente justificados com esta classificação.

Em 2009 a Casa dos Pintores acolhe a Oficina de Arqueologia com o laboratório de Conservação e Restauro.

Em 2008/2009 realizam-se as Conversas de Arqueologia, um ciclo de palestras, que vieram a ter uma segunda edição em 2011. Foram realizados debates, conferências



e muitas atividades de promoção e promoção deste património, identificado como Abrigo mas também de todo o património arqueológico do concelho e aí estão as publicações... a *falar* do nosso concelho, a *falar* desse património.

Em síntese, estas principais ações demonstram bem a importância que o próprio Município atribuiu a este património e ao investimento que nele foi feito.

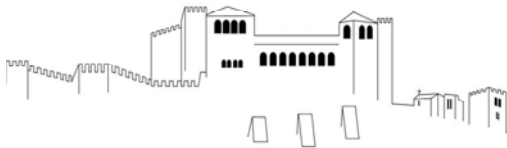
Mas como diz o povo – “*não há bela sem senão...*” – e não posso deixar de lamentar, por um lado, um certo desprezo a que este executivo, nestes últimos três anos, votou aquele espaço do Lapedo e, por outro, a total ausência de política cultural no que a este património respeita.

Atualmente, se forem visitar o Centro de Interpretação do Vale do Lapedo e o espaço do Abrigo – como eu fui no domingo passado – constatarão o total abandono e desprezo a que aquele sítio está votado! Com muita pena minha e de todos aqueles que o visitam e revelam (em muitas conversas particulares) o estado deplorável em que se encontram.

De ausência de política cultural de promoção e valorização deste património... basta olharmos para o projeto que existia e que foi o cumular de toda esta investigação: o projeto do museu de Santo Agostinho, que seria a estrutura fundamental para acolher e coordenar todo o manancial de promoção deste património ambiental e arqueológico, cuja singularidade (e digo singularidade porque não há outra igual) nos distinguirá e cuja investigação perdurará no tempo, facilmente garantida pelas diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras, ávidas de espaços inexplorados como o nosso. Universidades desta área – territórios como França e Alemanha – já não têm mais património do Paleolítico para investigar e estudar e estão ávidas de encontrar estes sítios. É preciso trazê-las e desenvolver parcerias científicas para que isto possa ser feito.

A nossa cultura e este nosso património, em concreto, deverão ser olhados como contribuintes dum desenvolvimento económico e social que desejamos para o concelho. E este património arqueológico, em particular, constitui pela sua singularidade, pela vastidão da sua presença no território, pela variedade que abarca (geologia, fauna, flora e a paisagem) uma riqueza que, noutras mãos, facilmente produziria os seus frutos.

E, senhor Vice-Presidente, relembro que ainda estamos a tempo de emendar este erro histórico, até porque, segundo sei, o novo projeto ainda não tem programa ou conteúdos definidos para o museu de Santo Agostinho, embora saibamos – pelas



últimas notícias – de que o concurso estará brevemente finalizado e concluídas as obras daquele monumento. E assim se daria – digo eu - consequência a esta classificação do Abrigo do Lagar Velho como Monumento Nacional.

O monumento nacional no concelho de Leiria serve para quê?

Serve-nos para quê?

Vamos também pensar nisso.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Não gostaria de tirar a palavra a ninguém e nem posso, neste caso, até esgotarem o tempo. Mas quero lembrar que o senhor deputado gastou nove minutos e meio e por isso o tempo escasseia para os outros intervenientes.

A lei considera uma hora. Se quiserem prolongar, não me oponho mas não haverá tempo para outras intervenções. Cada Partido gere o tempo conforme entender, assim como cada intervenção e se quiser trocar também o poderá fazer. Não é por aí que se levantará qualquer questão.

Senhor deputado José Manuel Silva.

**DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)**

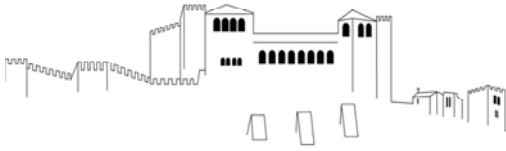
Muito boa noite a todos.

Não vou fazer uma intervenção longa, apesar de ter trazido para aqui o livro do Eça de Queirós.

Quero começar por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e desejar-lhe as maiores felicidades nestas sessões em que nos vai dirigir. É com imenso prazer que o vejo assumir esta função.

Cumprimento as senhoras vogais da Mesa, as senhoras e senhores vereadores, em particular o senhor vereador Gonçalo Lopes, que está aqui em substituição do senhor Presidente e que tem hoje uma missão espinhosa.

Um cumprimento muito especial ao senhor vereador Gastão Neves, candidato oficial do PSD, a quem saúdo com muita estima e consideração, desejando-lhe que tenha um excelente resultado e que faça também uma excelente campanha eleitoral. Apesar das nossas diferenças, temos muita coisa que nos une e, sobretudo, temos aqui uma tarefa espinhosa, que é dignificar a atividade política, fazer com que as pessoas (em geral) percebam a utilidade do nosso papel e ajudar-nos a mobilizar o eleitorado, neste ambiente de crise e de dificuldades



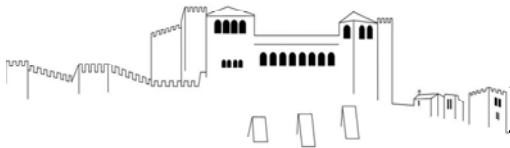
generalizada, com todos os constrangimentos que são conhecidos relativamente a este processo que tem afetado as freguesias.

Quero cumprimentar ainda, de uma forma muito particular, o senhor Manuel Carvalho, ilustre presidente da Junta de Freguesia de Azoia, a quem me ligam laços de estima e muita simpatia há muitos anos e que, para além disso, é meu colega de profissão (o que também não é despiciente) e agradecer a receção e a simpatia. A este propósito, gostaria de dizer ao Manuel Carvalho e a outros colegas e amigos que já aqui fizeram intervenções sobre as freguesias, que em política nada é definitivo e não tenho dúvidas de que no futuro muito provavelmente este arranjo de agrupamentos de freguesia será desarranjado e voltaremos à fórmula secular existente. Por isso, pelo que a mim toca, em particular, vejo este processo como um acidente de percurso que no futuro será corrigido.

Quero ainda agradecer à senhora presidente da Junta de Freguesia de Leiria – Laura Esperança – ter-nos ofertado este livro do Eça de Queirós. Vem numa altura muito oportuna e também, porque ela também o fez, fazer uma referência ao senhor Pompeu Cainço, que também merece toda a consideração e simpatia e que – além disso – é alentejano, o que também é importante nesta matéria. Somos dois desterrados que vieram aqui parar e não somos muitos.

Foi excelente esta oportunidade de publicação do livro e, aliás, devo salientar que a senhora presidente está muito liberal porque não sei se já viram o carácter sensualíssimo que consta da capa do livro.

Posto isto, quero fazer dois ou três considerandos, um dos quais tem a ver com a intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço, que entendo ser da maior importância e que subscrevo. Não o faço por inteiro porque estou convencido que a estação não está abandonada. Tem havido, talvez, alguma distração pois o senhor vereador Gonçalo Lopes – que é quem tutela essa área – tem múltiplos afazeres e certamente não terá sido devidamente informado sobre o estado em que se encontra o local. Eu próprio lá estive, há tempos, com a família e testemunhei então que já eram visíveis sinais de degradação no monumento e daí para cá – e o senhor deputado confirmou agora – provavelmente agravou-se. Trata-se de um sítio arqueológico importantíssimo, que Leiria deve tratar com a importância que tem. Se o sítio foi descoberto no tempo da *outra senhora* – neste caso aplica-se exatamente o tempo da *outra senhora* -, isso não nos deve inibir a que não o

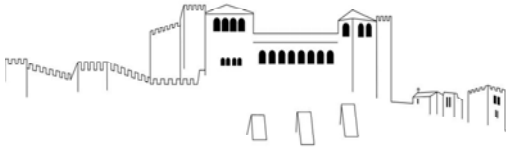


protejamos e não o desenvolvamos e não o adotemos na plenitude, como se justifica.

Considerandos sobre questões de educação, para aqui deixar a minha opinião sobre algumas coisas e uma delas é para manifestar a minha discordância total e absoluta relativamente àquilo que se passa com os agrupamentos ou reagrupamentos dos agrupamentos. Devo dizer que, nesta matéria, modéstias à parte, há aqui nesta sala pessoas muito competentes e que sabem destes assuntos. Julgo que é unânime o sentimento de que se está a dar mais uma machadada, a criar mais uma dificuldade ao funcionamento do sistema educativo. Havia soluções melhores e é pena que quem decide nestas matérias permaneça mudo e quedo às vozes dos especialistas e das pessoas que conhecem esta área, relativamente às soluções que poderiam ter sido adotadas. Infelizmente, continuamos a verificar que mudam os governos mas a forma autocrática de decidir estas matérias se mantém. A título de referência pessoal, quero também aqui deixar o meu protesto em relação àquilo que tem estado a acontecer com o senhor diretor da escola Afonso Lopes Vieira – Pedro Biscaia -, cujo nome foi vetado por uma funcionária do Ministério da Educação, numa manifestação absolutamente desprezível de antidemocracia, que é absolutamente impensável nos tempos que vão correndo.

Ainda relativamente ao ensino, e face ao que tem vindo a acontecer com os professores, saiu há dois ou três dias o relatório da OCDE "*Um olhar sobre a educação*" e traz uma frase muito interessante que, aliás, é conhecida de todos nós. É que se queremos ter um sistema de ensino de progresso, temos que remunerar bem os professores, temos que lhes dar formação e temos (sobretudo) que os considerar. É o que infelizmente não tem sido feito nos últimos anos e não me reporto apenas ao governo do PSD. O governo do PS – na fase Sócrates - foi quem iniciou uma atitude de desrespeito total e absoluto pela classe docente, que agora (pelos vistos) tem continuadores. Já anteriormente tinha levantado a minha voz em relação ao que se passava e cheguei até a ter altas responsabilidades no Ministério da Educação. Vim embora exatamente por discordâncias com o que se estava a fazer. Mantenho, agora, inteiramente aquilo que já na altura pensava: é que se está a dar cabo do sistema de ensino e a desprezar os professores e quero aqui deixar a minha voz contra isso.

Em relação ao ensino superior, estão aqui alguns docentes que trabalham no ensino superior, é bom que também se perceba que este está a passar por uma fase muito



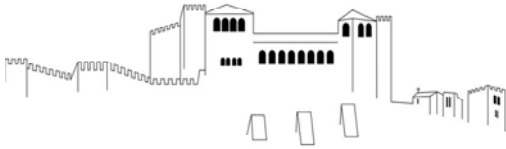
difícil. Os alunos estão a diminuir pois aumentaram as dificuldades em pagar propinas e em manterem-se nas instituições, que estão subfinanciadas e a ser descapitalizadas e está-se a fazer uma coisa terrível (sobretudo no interior do país) que é olhar para as instituições do ensino superior apenas como tal e não como instrumentos de desenvolvimento regional, que é aquilo que estas são, especialmente em zonas de maior interioridade.

Finalmente, peço desde já desculpa sobre o tema que vou abordar a seguir mas tenho que o fazer. É um tema pessoal mas entendo que mereço a vossa solidariedade nesta matéria. Já aqui foi dito há tempos, pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, que eu tinha um diferendo relativamente ao exercício das minhas funções cívicas neste órgão e na Assembleia CIMPL. Os serviços da minha instituição entenderam – há largo tempo – que estando eu a coberto de um regime de exclusividade, não posso exercer funções em acumulação ou se as exercesse não posso receber senhas de presença. Não é o valor das senhas que aqui está em causa pois eu até as ofereço a uma instituição de solidariedade social. É a atitude. Entendi que deveria expor o problema no sítio onde sou deputado (até poderia tê-lo feito na minha instituição), ao anterior Presidente da Assembleia Municipal. Pediram-se pareceres e andamos há três anos a pedir pareceres a todas as entidades e ninguém faz rigorosamente nada. Isto é um problema que não afeta apenas a mim mas a todos os deputados municipais que são professores do ensino superior. Não é só o meu caso e ninguém resolve. O Provedor não resolve, o Ministério não liga e a Câmara também não.

Assim que o atual Presidente entrou em funções, voltei a chamar o problema à colação e continua na mesma. Aproveito, aqui, para deixar o meu veemente protesto – e quero que conste na ata, bem expresso – contra esta atitude, absolutamente inaceitável, de um deputado municipal ser enxovalhado (que é o termo!) por todas as entidades deste país que tutelam estas áreas, sem haver – da parte dos responsáveis diretos – qualquer medida dura relativamente a esta matéria!

Aquilo que esperei foi que o anterior Presidente da Assembleia Municipal (e já lho disse) tivesse tomado uma atitude dura porque era aquela a que eu adotaria, se estivesse naquele lugar, relativamente a qualquer dos deputados municipais que estivessem nesta situação.





Quero aqui deixar expresso, ao atual Presidente da Assembleia, que se este assunto não for tratado por vossa excelência com a dureza que ele exige, cá estarei para lhe pedir contas do processo daqui a mais algum tempo.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

O Presidente da Assembleia já fez algumas diligências. A dureza é uma questão subjetiva pois não pode ser usada na Provedoria Geral da República ou no Ministério da Educação. Mas enfim, cada um de nós poderá usá-la onde quiser. Certamente que faremos todos os esforços para que haja uma resposta ainda neste mandato e uma resposta positiva, porque negativas temos muitas.

Agora, temos aqui um problema. O PS esgotou o tempo, faltam poucos minutos ao PSD e falta minuto e meio ao CDS. Não sei gerir o tempo nestas condições porque os senhores deputados afirmam que falarão pouco e depois falam muito e retiram tempo aos restantes.

Sugiro um acordo de cavalheiros, no sentido de não retirarmos a palavra a quem se inscreveu, nem que seja por dois minutos. Já são onze horas da noite e ainda temos duas moções para votar.

Dou agora a palavra ao senhor presidente da Junta da Bajouca, cuja intervenção não releva para a contagem que referi.

**DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)**

Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes representantes desta Assembleia Municipal.

Uma saudação especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Azoia, ao executivo e a toda a população de Azoia, por nos ter recebido nesta sessão da Assembleia.

Não venho aqui fazer uma análise/balanço relativamente à forma e ao que tem sido o trabalho da Câmara Municipal de Leiria no que respeita às freguesias.

Não posso, no entanto, deixar de tecer alguns reparos ao que foi – inicialmente – o programa, o projeto e as questões de investimento público nas freguesias. No início deste mandato, fomos convidados – presidentes de junta ou seus representantes – para uma reunião no Centro Associativo Municipal, local onde habitualmente se



realizam as sessões deste órgão, para nos ser informado e explicado a forma como iria ser feito o investimento do saneamento no concelho de Leiria.

O objetivo era para que todos ficássemos a saber qual era o ponto da situação do concelho, em termos de execução de saneamento e águas e informar-nos do que poderíamos contar. Relativamente aos SMAS, foi-nos dito que já era intenção do senhor Presidente da Câmara que, com a concessão e alienação daqueles serviços, iríamos ter saneamento em todas as freguesias no ano de 2012.

Estamos no final do primeiro semestre de 2013.

Não sei onde está o saneamento na Bajouca. Ainda não o vi. Julgo que as outras freguesias estão na mesma situação.

Gostaria de saber para quando os investimentos que foram previstos, a execução do saneamento básico, a cobertura em cerca de 94% que foi anunciada pelo senhor Presidente da Câmara nessa mesma reunião.

Eu, sinceramente, acreditei no que o senhor Presidente informou. Nesta altura, neste ano de 2013, terão que dar *corda ao sapato* para a execução do saneamento na freguesia da Bajouca.

Ainda um outro reparo que não posso deixar de fazer - e serei breve - é a questão do centro educativo. Já antes aqui afirmei que a Bajouca deve ser a freguesia deste concelho com o parque escolar mais degradado. Não tenho grandes dúvidas em relação a esta questão. Foi também prometido a construção do centro educativo e julgo que nem ainda em papel está. Agradeço a informação a todos os bajouquenses por parte - e neste caso - do senhor Vice-Presidente, que é quem tutela esta matéria, para que eu possa transmitir às pessoas da freguesia.

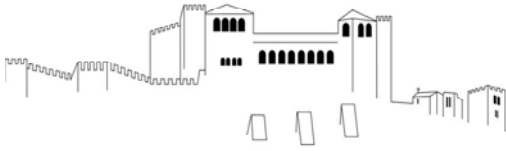
Para quando este centro educativo? Pertencemos também ao concelho de Leiria.

Será pela distância a que estamos da sede do concelho?

Se for é uma questão de nos dizerem que faremos algum esforço nessa logística e poderemos enviar viaturas à cidade, para que se consiga ter alguém do município a resolver estas questões.

Relativamente às pavimentações. Devo lembrar, a quem não conhece a freguesia da Bajouca, que somos uma freguesia rural. Ainda tenho na minha freguesia cerca de quarenta habitações que não têm a rua asfaltada. Não são quatro pessoas nem quatro habitações. São quarenta! É muita habitação sem rua asfaltada.

Relembro que em 2010 não houve qualquer tipo de trabalho de pavimentação na freguesia. Não houve verba para isso.



Em 2011 tivemos um *pequeno rebuçado* pois calhou à freguesia de Bajouca dezassete mil e quinhentos euros em pavimentações. Já alguém aqui falou em alcatrão, alcatrão... eu continuo a não ver nenhum alcatrão.

Esta é uma questão que me preocupa muito porque continuo a ter as referidas quarenta habitações sem alcatrão.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor deputado, agradeço que conclua, se faz favor.

**DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)**

Senhor Presidente, peço apenas mais um pouco (venho ao parlatório tão poucas vezes!).

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Voltamos na segunda-feira, por este andar.

**DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)**

Só para lembrar que foi-nos prometido – e ficámos todos convencidos – de que iria concretizar-se, no orçamento de 2012, três milhões de euros de pavimentações em todo o concelho. Desse valor, que eu tenha conhecimento, nem um euro foi executado porque estes trabalhos transitaram para o orçamento de 2013.

Estamos em 2013 e ainda não se viu nada na freguesia de Bajouca.

Já transmiti a alguém com responsabilidades no Município que até às eleições não quero um metro de alcatrão na minha freguesia. Nunca fiz nem nunca farei obras eleitoralistas. Não vou permitir que este trabalho seja feito na minha freguesia.

E para terminar, foram quatro anos a marcar passo e muitos de nós vamos embora com o sentimento de pouco ter feito em benefício das populações que nos elegeram.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

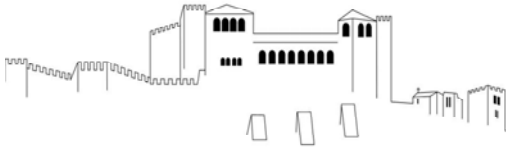
Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Duarte.

**DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS-PP)**

Carlos Duarte, CDS-PP.

Cumprimento, na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os senhores deputados e senhores vereadores.



Um cumprimento especial à população de Azoia.

Estamos em fim de mandato para quem é deputado municipal. Já aqui alguns interviram no sentido de pedir contas e um último esforço para gastar algum dinheiro no sentido de aparecer obra feita pois estamos em altura de eleições.

Pois eu não venho cá fazê-lo mas sim para não gastarem o dinheiro que não existe. Já aqui disseram que o atual governo anda a estragar a organização do país porque está a juntar Direções. Já o anterior executivo o havia feito, o esforço para reduzir os gastos com a educação e assim poupar dinheiro. Há quem considere que são medidas erradas.

Se todos aqui viermos pedir dinheiro, se os Ministérios gastam mais e se todos os funcionários públicos pretendem receber bem... alguém tem que pagar. Não somos deputados da nação e não temos poder legislativo, se bem que alguns dos deputados municipais sejam (cumulativamente) deputados da nação. A nível municipal - pois é esse o nível em que estamos – pouco podemos fazer.

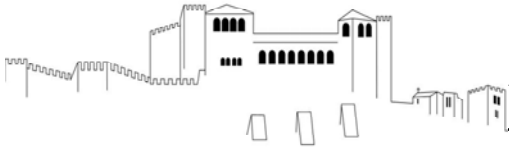
Agora, podemos sempre tentar criar condições não para gastar dinheiro mas sim para que quem queira investir o possa fazer e crie emprego. É esse o grande drama a nível nacional e não apenas em Azoia ou no concelho de Leiria mas em muitas famílias.

O que tenho a propor?

O que gostaria que acontecesse?

Que na revisão do PDM em curso, tendo o senhor Presidente da Câmara afirmado numa das sessões deste órgão – há algumas semanas - que estaria aprovado no final deste ano civil (perdoem-me se estou errado), sugiro que este preveja que cada projeto de construção, que cada licenciamento, que cada obra que algum particular – nesta conjuntura difícil – tente implementar, que não haja (a meio do percurso) alteração das regras. Tem a ver com gestão, planeamento, orçamentos e capacidade de implementação. Se um projeto é no sentido de fazer uma obra e estão previstos determinados investimentos e equipamentos que cumprem as regras que hoje estão em vigor; se o projeto entra hoje não pode (em hipótese alguma) vir – daqui a dois dias – uma nova lei a dizer que esse projeto tem que ter mais um equipamento, mais uma obra ou a parede pintada de outra cor. Tal poderá ser o suficiente para que esse investimento não seja realizado e assim serão mais algumas pessoas que ficarão sem emprego.

Muito obrigado pela atenção.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado António Fernandes.

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)**

António Fernandes, PS.

Boa noite a todos.

Vou ser muito rápido porque o Partido Socialista é poupado e por isso temos também que o ser relativamente ao tempo de uso da palavra.

Vou falar da freguesia de Marrazes e da freguesia de Leiria e vou falar de museus.

Se, na reorganização administrativa, por acaso os Marrazes fossem integrados na União de freguesias de Leiria, provavelmente teríamos mais museus abertos ao público.

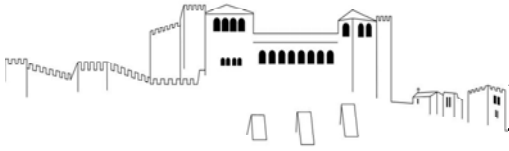
Leiria tem dois museus e Marrazes tem um.

É sobre este assunto que quero questionar o senhor Vice-Presidente, que é da área da cultura, pois não consigo entender e acho que existe uma verdadeira injustiça. Recentemente, recebi na minha firma um comunicado da Câmara Municipal de Leiria a conceder aos comerciantes de Leiria alguns descontos, com o objetivo de desenvolver a economia local e aumentar a atração de turistas a Leiria. Depois de alguns considerandos, fala nos museus e nos descontos, em parceria com os comerciantes e a Câmara. Os museus que são citados são o M|i|MO, o Moinho do Papel e o Agro-Museu D. Julinha.

Ora bem, eu sou de Leiria mas moro nos Marrazes. Considero uma profunda injustiça e não vejo explicação nenhuma – por isso solicito ao senhor Vice-Presidente me elucide -, nem o porquê ou qual a razão, o que é que existe, se já vem do passado, se a culpa é do doutor Vitor Lourenço ou de quem é, porque é o museu dos Marrazes não está integrado nessa dinamização?

Entendo que *é de pequenino que se torce o pepino* e é quando somos mais jovens que temos o gosto de visitar os museus. Não é depois de velhos pois com o avançar da idade gostamos mesmo é de ir para os centros comerciais. Eu, pessoalmente, gosto de ir aos museus. Trabalho, inclusive, na parte velha da cidade de Leiria, que é um autêntico museu.

E a propósito de mais um museu que vamos ter na parte velha... vamos ter mais um edifício abandonado, que não vai ser (certamente) classificado. Estou a falar da



estação dos correios de Leiria, que fecharam e não houve força da Câmara para impedir mais este desastre.

O que aconteceu agora tem vindo a acontecer há mais de trinta anos para cá, desde o mercado de Santana, a praça das cebolas, os bombeiros, o hotel Lis e o hotel Central (que foi remodelado e hoje lá funciona o Montepio Geral). Tudo isto a propósito de museus.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor deputado, peço-lhe que conclua, por favor.

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)**

Relativamente ao hotel Lis, ainda hoje questiono... está ali no centro da cidade de Leiria e o que é que está ali a fazer? O seu proprietário foi agraciado no dia da cidade de Leiria. Porquê razão? Será que vai dinamizar o seu imóvel, vai construir ali algo e daí o senhor Presidente (que não se encontra presente) o premiou por isso? Por aplicar bem os dinheiros?

Isto revolta-me, senhor Vice-Presidente!

Precisamente por não ver justiça nalgumas decisões que são tomadas é que me revolta e vim aqui dar o meu contributo. Poderia fazê-lo ao ouvido e na presença do senhor vereador pois tenho toda a legitimidade para falar abertamente com ele mas quis fazê-lo publicamente, na presença dos azoienses, colegas e público em geral, não para criticar a Câmara mas para questionar porque é que há esta injustiça de haver descontos para alguns museus e não para o museu dos Marrazes, que foi o primeiro, também é uma bandeira do PS pois foi este que o fundou e a impressão que dá é que não é o PS que o ajuda.

Obrigado senhor Presidente, pelo tempo que me dispensou.

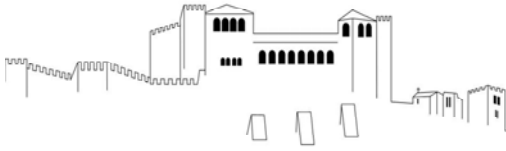
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia.

**DEPUTADO ADELINO RODRIGUES GASPAR (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA)**

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras secretárias, senhor Vice-Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores presidentes de junta de freguesia, senhores deputados, comunicação social e excelentíssimo público.



Um cumprimento especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Azoia, Manuel Carvalho.

O Lapedo, lugar escavado pela ribeira, onde as margens chegam a atingir cem metros de altura, além do seu microclima e variedade de fauna e flora exóticas, tem sido muito referenciado – nestes últimos anos – mundialmente, pela descoberta de evidências arqueológicas que permitem afirmar que o Vale do Lapedo foi habitado há mais de 24.500 anos.

Estas descobertas, no dizer dos entendidos, é apenas a ponta do iceberg da riqueza pré-histórica ali existente. É um local cheio de grutas, rochedos antigos, moinhos (alguns em atividade) e a mais variada vegetação. Local cheio de lendas. Local a visitar.

A Junta de Freguesia de Santa Eufémia congratula-se com a classificação do Abrigo do Lagar Velho do Vale do Lapedo, publicada no Diário da República, de 24 deste mês.

Em 1998 foi encontrado um esqueleto de uma criança, com cerca de 24.500 anos, que passou a designar-se *Menino do Lapedo*.

O centro de interpretação foi inaugurado em 2008. É pena que, por razões económicas, os trabalhos de escavação e descoberta de novas evidências arqueológicas tenham sido paradas.

Queria fazer um alerta a este Município para que, pelo menos no período de férias de verão, o centro de interpretação estivesse aberto ao público.

Há dois meses atrás, a Junta de Freguesia endereçou uma candidatura para melhoramento de caminhos pedonais e criar infraestruturas que possam dinamizar o conhecimento dos aspetos naturais e arqueológicos, com relevo para os mais jovens.

Temos esperança que a referida candidatura seja aprovada.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

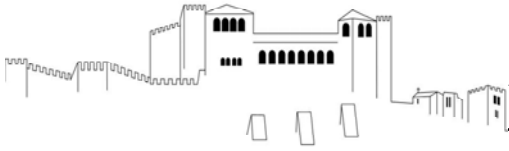
Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, saúdo-o e espero que tenha um bom mandato e tempo para ganhar mais experiência.



Cumprimento o senhor Vice-Presidente, restante vereação, senhores deputados, senhores presidentes de junta, senhores jornalistas e um cumprimento especial a quem nos acolheu hoje nesta sessão.

Notas muito rápidas pois o tempo é curto:

O encerramento dos Correios.

Segundo julgo saber, não há nenhum encerramento de nenhuma agência dos correios sem comunicação prévia aos municípios e, geralmente, sem o seu acordo. Vou dizê-lo devagar para todos escutarem atentamente.

Importa perceber se este procedimento – que eu sei que é normal nos correios – foi também, em Leiria, aplicado e se foi questionada a Câmara Municipal se, eventualmente, ela tinha conhecimento prévio desta decisão e se os Correios falaram com a Câmara Municipal de Leiria.

A segunda nota sobre os Correios é que é como as escolas primárias. Alguns municípios, em vez de as vender – como Leiria –, entregaram a associações e dinamizaram as escolas primárias. Nós não. Nós vendemos. Aquele espaço da estação agora encerrada vai ficar vazio e a baixa da cidade de Leiria leva (desculpem a expressão) uma *pedoada* monumental.

Mas pior do que o encerramento dos Correios é a política de tributação do estacionamento naquela zona. Acho que o estacionamento pago serviu mais para matar toda aquela zona do que propriamente o encerramento da estação dos correios. Espero que, não concordando com este encerramento, rapidamente se dê uma utilização àquele edifício que lhe possa trazer vida. E já agora, que se reveja o estacionamento pago.

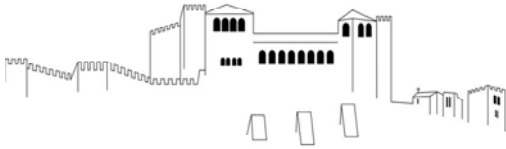
Escutámos aqui o falar sobre a lei dos compromissos. Posso ajudar-vos e explicar melhor a nossa posição sobre o tema. Esta lei é das melhores leis que já saíram do Governo. Das melhores! É verdade que a maior parte do endividamento do país não está nos municípios. Tendes toda a razão mas a lei dos compromissos é das melhores leis que algum Governo democrático, em Portugal, já aprovou.

Não tenham dúvida absolutamente nenhuma!

Eleições autárquicas. É verdade que para o PS convém mostrar as eleições autárquicas parecendo que é um cartão amarelo ao Governo. Não é. O que está em causa são, obviamente, as autarquias. E o PS já teve, aliás, alguns azedumes nalguns resultados eleitorais por fazer esta confusão, até no discurso.

Quarta nota e aquela que me fez subir ao parlatório.





O PSD, neste mandato, tem tido a postura que todos têm notado. A bancada do PSD quer aqui manifestar a sua solidariedade a dois deputados desta Assembleia, que a merecem e queremos manifestá-la publicamente:

Ao senhor deputado José Manuel Silva, novamente, pela situação que ele aqui tão veementemente retratou, com o qual já havíamos anteriormente manifestado a nossa solidariedade. Também nós temos deputados na mesma situação em que se encontra o senhor deputado José Manuel Silva.

Senhor deputado aceite – simbolicamente – a nossa solidariedade neste aspeto.

Queremos ainda manifestar a nossa solidariedade ao senhor deputado Pedro Biscaia. Na nossa bancada, conhecemos bem o imenso trabalho que o senhor deputado tem desenvolvido no estabelecimento de ensino a que superiormente preside. Sabemos a forma sábia, sensata, equilibrada, profundamente dinâmica que introduz naquele estabelecimento e não merecia, em nossa opinião, que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares vetasse sem qualquer justificação o prolongamento da sua liderança naquele estabelecimento. Não é a primeira vez (e nem a segunda) que o fazemos, e esperamos nós que não seja a última, manifestar - com clareza – a nossa posição contra aquilo que está a ser feito.

Porque o tempo também escasseia, gostaria só de dizer ao senhor deputado António Fernandes que o senhor pode ser poupado... mas o PS não tem sido muito. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

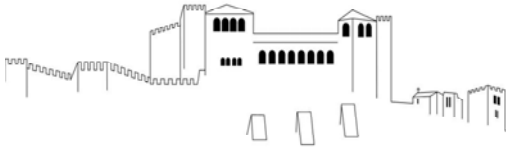
Senhor deputado Micael Sousa.

**DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)**

Micael Sousa, Partido Socialista.

Muito boa noite a todas e a todos os presentes.

Não costumo discriminar os cumprimentos mas hoje vou fazê-lo, para agradecer o bom modo como nos receberam e a vossa hospitalidade, transmitir os meus parabéns pelos trezentos anos da freguesia mas lamentando o seu fim, que perdeu a sua autonomia, se bem que a perdeu sem – no meu entendimento – a responsabilidade dos membros desta Assembleia. Aliás, peço desculpa, penso que houve um membro desta Assembleia que votou num outro órgão – nomeadamente a senhora presidente de junta, Laura Esperança – que, com todo o seu direito de voto, o fez a favor desta lei que contribuiu para esta agregação.



O nosso lamento nesse sentido e que não seja esta Assembleia considerada como responsável por essa agregação, que não o é. Sabemos bem que os obreiros estão noutra patamar.

O principal assunto que aqui me trás tem a ver com o assunto levantado pelo senhor deputado Pedro Faria. Penso que a questão que apresentou faz todo o sentido e merece ser esclarecida.

Pessoalmente, como técnico, fico estupefacto com esta questão das empreitadas de construção dos novos quartéis da GNR. Como cidadão, fico confuso.

Tentando simplificar este assunto em três pontos:

- Ou simplesmente existe/existiu a vontade de não concretizar uma obra importante, e altamente financiada, para o concelho;
- Ou trata-se de desconhecimento pois o caderno de encargos estava completamente definido e não suscitou qualquer oposição ou contestação, quando foi criado. E empreitadas, que são obras complexas, não devem ser adjudicadas pelo preço mais baixo. Por vezes, o preço mais baixo sai caro. Ou seja, o que é apresentado mais baixo de início pode ser mais caro a longo prazo. É bem verdade e há muitos casos técnicos sobre isso e poderíamos ficar aqui horas a exemplificá-los. A meu ver, não há qualquer confusão.
- É lamentável que se tente usar isto como um possível modo de confundir as pessoas e este é o terceiro ponto. Porquê? Porque se existem, de facto, provas de que os técnicos em causa estão a ser acusados de favorecimento e até de corrupção, por favor... provem-nos! Porque se isso for verdade, eu – e acho que todos os membros desta Assembleia – estarei contra essa posição.

Se assim é, provem porque precisamos ser esclarecidos quanto a este ponto.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

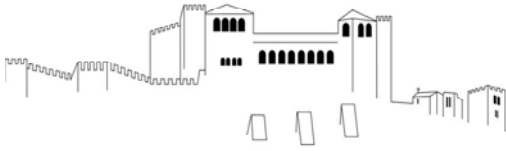
Senhor deputado João Curado.

É o último inscrito e peço-lhe que seja breve, por favor, pois os tempos estão esgotados.

**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

João Curado e Silva, PSD.

Cumprimento a Mesa, os senhores vereadores, os senhores deputados e o público presente.



Vou ser telegráfico, até porque inscrevi-me fora de tempo.

Em todo o caso, alguns dos pontos que tencionava abordar já o foram pela senhora deputada Lucília Letra e pelo senhor deputado Carlos Conceição.

Ontem tive a oportunidade de jantar muito bem, no Pedrógão. Tive o gosto de lá ver muitos de vós e vi também pessoas atrapalhadas (que é o termo) por não conseguirem pagar. Hoje fui esclarecido que o problema está resolvido.

Ainda relativamente ao Pedrógão e até já falei sobre isto há cerca de dois anos. Deveria ser feito algo para disciplinar o estacionamento na parte velha do Pedrógão pois é muito complicado. Começa o verão e piora ainda mais.

Relativamente às areias. Há alguma informação sobre a forma de acabar com a fuga de areias que acontece todos os anos?

Não tenho a certeza do que vou dizer, pois já lá não passo há algum tempo, mas fazia muitas vezes o caminho da chamada pista de pesca da Carreira e da última vez que o fiz fui obrigado a voltar para trás porque a estrada está péssima. A minha pergunta é se está a ser reparada ou não.

Relativamente a Leiria, tenho a questão a colocar à Câmara sobre a utilização ou não utilização dos parques de estacionamento reservados para veículos elétricos e seu carregamento. Existe algum estudo ou informação que nos diga se estão a ser usados? Espero que sim mas há lugares reservados em que nunca lá vi um carro parado.

Sobre o parque radical de Leiria. Como sabem, existe um parque radical à frente da Caixa Geral de Depósitos. É um local muito interessante, com equipamentos da Câmara que se encontram estragados. Senhor Vice-Presidente, o que é que se pode fazer para acabar com aquele delapidar de equipamentos públicos? Andam lá de skate, patins e mais não sei quê e já não tenho idade nem figura para andar por ali (embora gostasse!). Mas ali não, por favor!

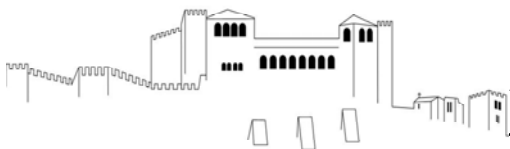
Ao senhor deputado Micael Sousa. Entendo muito bem o que disse e às vezes o melhor critério de adjudicação não é, seguramente, o mais barato. Mas também não o é para os nossos alunos.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara.



Relembro que o tempo disponível, pelo Regimento, é de dez minutos e por isso peço-lhe que tente ser sucinto.

### **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e os distintos elementos que o acompanham, os senhores vereadores, os senhores deputados e as senhoras deputadas.

Um cumprimento especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia, Manuel Carvalho, por nos receber tão bem aqui em Azoia, a todos os habitantes de Azoia e reforço a decisão que tomou, de realizar hoje à noite a sessão. De facto, permitiu que muita gente da sua freguesia a ela assista, o que reforça a responsabilidade na minha intervenção e nas respostas que vou tentar dar relativamente às diversas questões que foram colocadas.

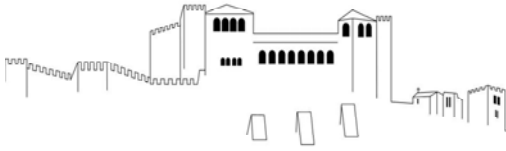
Globalmente, há algumas que são transversais, como é o caso do concurso dos postos da GNR, as questões relacionadas com os CTT e as questões relacionadas com o lixo. Embora esteja agendado um ponto sobre o ambiente, poderei adiantar já alguns pormenores sobre esta matéria.

Acerca do concurso dos postos da GNR.

Resume-se, sinteticamente, ao seguinte: há um período em que é submetido – em reunião de Câmara – a abertura de um procedimento concursal, que tem um conjunto de regras, nomeadamente em termos de critérios para escolha da melhor proposta. Assim como também, nessa mesma deliberação, se vota um júri que se pretende que analise as propostas a concurso e que decida qual é a proposta vencedora. Nesse dia, houve um voto contra relativamente ao programa de concurso e caderno de encargos, houve abstenções do PSD e houve votos favoráveis do PS.

A partir daquele momento, as condições e as regras do jogo foram lançadas numa plataforma, onde as empresas interessadas em concorrer submeteram as suas propostas, sabendo – logo à cabeça – que o critério de adjudicação não era o do preço mais baixo e sim o da proposta economicamente mais vantajosa. Ou seja, poderia ganhar a empresa que apresentava o preço mais baixo (como é óbvio) mas o critério estava dividido em 60% para o preço e em 40% a valia técnica.

A partir daí as empresas interessadas em concorrer apresentaram as respetivas propostas. O júri analisou, de uma maneira técnica, as propostas das diversas



empresas e, a partir desse momento, a Câmara Municipal nada pode fazer relativamente ao trabalho de um júri porque senão está a violar a independência do trabalho dos técnicos em quem tínhamos depositado essa confiança.

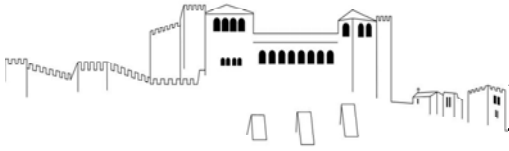
Quando somos confrontados com uma análise e uma avaliação final em que resulta aquela classificação, teríamos – naturalmente – o dever de adjudicar ou de não adjudicar, tendo em conta os fundamentos técnicos e legais.

Os fundamentos para a não adjudicação não foram apresentados e, nessa altura, o Partido Socialista votou favoravelmente o relatório da adjudicação sabendo – à partida – de três ou quatro aspetos que consideramos importantes:

- Primeiro, esta adjudicação iria ser sempre sancionada e previamente vista pelo Tribunal de Contas;
- Segundo, os concorrentes que eventualmente poderiam sentir-se lesados não apresentaram qualquer tipo de reclamação;
- Terceiro, o preço que é apresentado pela empresa que ganha os dois concursos é muito abaixo do preço base e com exceção do primeiro e segundo preço (que são bastante baixos), todos os outros preços – entre o terceiro e o sétimo ou o oitavo – variam entre dez cêntimos e trinta euros. Isto numa obra de oitocentos e cinquenta mil euros.
- Quarto, sabíamos também que esta obra iria ter um financiamento de 95% e que o esforço financeiro do Município seria mínimo.

Este concurso iria possibilitar a resolução de um problema - que estes postos, militares e a população destas freguesias sentem -, na melhoria das condições de segurança.

Estes são os dados relativamente aos concursos da GNR e o nosso entendimento – quando votámos favoravelmente a adjudicação – foi nestes pressupostos. Teria sempre que ir a visto do Tribunal de Contas. Não poderíamos nunca chegar ao pé do júri e dizer para mudar a classificação, tendo em conta que o júri é que tinha o poder delegado e votado em reunião de Câmara. Tivemos também em atenção o facto de nenhum dos outros concorrentes (que eventualmente estariam lesados na análise daqueles critérios) ter reclamado. Não poderíamos, no decorrer – ainda há pouco falaram sobre a questão de não mudar as regras do jogo – e depois de termos votado aquelas regras de concurso, que era adjudicar pela proposta economicamente mais vantajosa, no decorrer ou depois das propostas abertas alterar e considerar que agora seria o preço mais baixo. Como compreendem, isso



nunca pode acontecer e estão aqui presentes pessoas com experiência no que respeita a concursos.

Sinteticamente, tentei explicar o que nos impedia de não poder tomar uma atitude discricionária no processo de não adjudicar. O júri avaliou, não encontramos fundamentos para a não adjudicação porque não se enquadra no n.º 1 do art.º 79.º do Código da Contratação Pública e, por isso, nunca poderíamos deixar de fazer esta adjudicação.

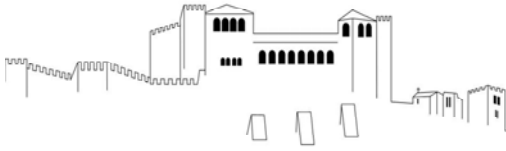
E relativamente a esta questão, parece-me que o assunto fica esclarecido.

No que respeita à estação dos CTT, questão já hoje abordada em várias intervenções, nomeadamente pela senhora deputada Odete João, o senhor deputado Vitorino Pereira e outros.

A responsabilidade de encerramento de uma estação dos CTT compete e é da exclusiva responsabilidade da administração da empresa, cuja tutela é do Governo, nomeadamente do Ministro da Economia. Não podem, não aceito, é errado vir atribuir responsabilidades por esse encerramento a uma autarquia. A ser assim, teriam que pedir também responsabilidades às autarquias do Porto, de Lisboa, de Viana do Castelo, Lagoa, Évora, Matosinhos, Coimbra. Isto só para mencionar algumas. Em todas elas se encerraram estações e até o fizeram com aviso de um a dois dias de antecedência, como foi o nosso caso. Tivemos a oportunidade, no dia quinze de Abril, de reunir com a administração – e estive eu em representação do Município – e a Acilis, a demonstrar que aquele encerramento significava um erro e lesava os interesses da cidade de Leiria.

Disponibilizámo-nos para intervir – de uma maneira intensa – na preparação de condições para atração de novos clientes. Ainda há pouco falou-se da questão do estacionamento do carro à superfície, sabendo nós que a decisão não depende de nós. Aquele estacionamento – como sabem – está concessionado em virtude do concurso do parque de estacionamento da Fonte Luminosa, à qual este executivo não teve responsabilidade e que foi feito no passado. Daí os preços serem tão elevados pois resulta dessa altura.

Sabendo que esse era um dos fatores, disponibilizamo-nos para criar bolsas de estacionamento, negociando com a empresa, para assim tentar conseguir novamente clientes àquela estação. Dissemos também que a Câmara de Leiria é um dos clientes mais importantes dos CTT no concelho, tendo um volume de pagamento na ordem dos cem mil euros por ano e que, por exemplo, utiliza a



estação da avenida Marquês de Pombal e que, por sinal, se utilizasse a estação de Santana talvez os indicadores que a administração me apresentou mudassem. A título de exemplo, basta só retirar da estação da avenida Marquês de Pombal o Tribunal e a Segurança Social e talvez a estação que fecharia não seria a de Santana.

Perante estes dados, confrontámos sobre a decisão errada do encerramento da estação, uma vez que dava um sinal negativo acerca da vitalidade daquela zona histórica. Esses argumentos não foram atendidos pela administração.

Deixámos um último pedido, depois de não termos conseguido desmobilizar esta decisão, que diziam ser irreversível. Pedimos que encerrassem então a estação apenas no momento em que a nova estação que foi anunciado que iria ser inaugurada num novo edifício, junto à Câmara – conhecido pelo edifício Plaza -, que só nessa altura encerrassem a de Santana, permitindo assim que os clientes daquela estação não fossem tão prejudicados, ao ter que se deslocar para a estação da avenida Heróis de Angola ou para a da avenida Marquês de Pombal.

Nessa reunião a administradora disse que o iria propor à análise da administração e que até me iria responder por carta, uma vez que era a função dos CTT. Pois bem, ainda hoje estou à espera da carta! A resposta foi dada com o encerramento da estação, sem qualquer tipo de resposta ao nosso pedido.

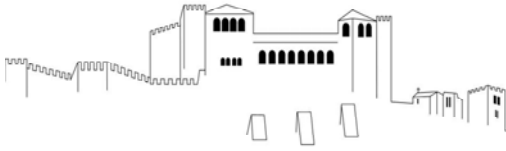
O papel dos políticos, neste processo dos CTT – autarquia, deputados municipais, vereadores (lembro-me que os senhores vereadores do PSD se disponibilizaram para reunir com o Ministro e acho que tiveram a oportunidade de com ele trocar algumas opiniões sobre este assunto) – obriga a uma ação de sensibilização que, no meu entender, não resultou em nenhum ponto do país porque não abriram exceções em lado nenhum.

O claro objetivo dos CTT é a privatização da empresa. Foi fazer uma reestruturação com o fim de a tornar mais apetecível aos potenciais interessados.

Por isso não podemos – nós, Município – assumir qualquer tipo de responsabilidade relativamente a esse encerramento, ao qual fomos totalmente alheios e tentámos, com os nossos argumentos, evitar.

Parece-me que o assunto dos CTT está relativamente esclarecido.

Quanto ao circuito Polis, nomeadamente a sua conservação – questão levantada pelo senhor deputado José Francisco –, o vandalismo, a ponte pedonal, o parque infantil e a escolha do circuito de manutenção.



O circuito Polis é um espaço de enorme utilização pelos leirienses e outros, que se deslocam de fora do concelho para dele usufruir. O que está a acontecer é uma certa falta de compatibilização de interesses de quem utiliza aquele circuito.

Vou dar um exemplo. Eu tenho um filho bebé e para andar no circuito Polis tenho que utilizar o carrinho de bebé; há quem goste de andar de bicicleta e fazer BTT e uns gostam de andar depressa e outros devagar; outros gostam de correr; outros de andar a passo. Ou seja, o circuito Polis é de tal maneira absorvente – e uma vez que estamos a chegar a uma altura em que o exercício físico é mais praticado ao ar livre em virtude da melhoria de tempo – que acredito perfeitamente que há conflitos de interesses na sua utilização.

Temos que intervir nessa área com sensibilização e com melhor sinalização, para que haja um maior respeito sobre a utilização. Toda esta massa, esta capacidade de carga naquele equipamento público é tão excessiva que os gastos de manutenção terão que ser muito superiores. Claro que a nossa preocupação é intervir, dentro do nosso prazo e prioridades, de modo a evitar a degradação dos equipamentos, sabendo no entanto que alguns daqueles equipamentos - que foram instalados no âmbito do programa Polis – à data foram baratos porque financiados. Muitos deles tinham um preço unitário caríssimo mas como tiveram apoio comunitário ficaram muito baratos mas agora a sua manutenção é caríssima.

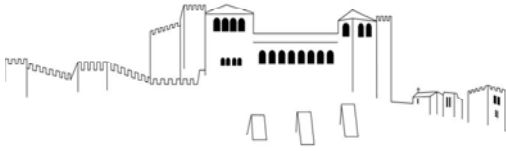
São algumas destas preocupações que o Município tem pois o substituir uma papeleira, um candeeiro com uma luminária especial ou um banco importado de determinado sítio... são difíceis de substituir ou de manter – até pelo que referi relativamente aos custos reais – torna-se-nos muito difícil dar resposta a tudo.

É uma situação que nos preocupa e iremos tentar resolver, dentro das nossas possibilidades.

Senhor deputado João Cunha e sobre a linha do oeste. Claro que o Município fica satisfeito com o sucesso alcançado. Foi um esforço conjunto dos municípios, dos estudos realizados, dos especialistas envolvidos e Leiria e a nossa região fica a ganhar com esta ligação à linha do norte, em Coimbra.

Sobre a educação. Foram levantadas pela senhora deputada Odete João algumas considerações. Claro que estamos preocupados com o início do ano letivo, no que diz respeito (sobretudo) às AEC's. Já adjudicámos os procedimentos relativamente às refeições escolares e aproveito para responder já ao senhor deputado Domingos Carvalho que o critério de adjudicação foi o preço mais baixo, o que significa que





mantivemos sempre a mesma coerência. Também nas AEC's mantivemos o preço mais baixo. Não houve qualquer mudança, como tinha dito que tinha acontecido.

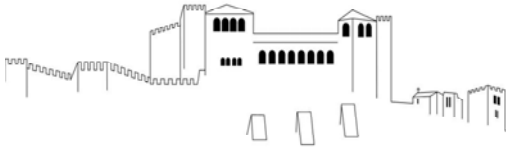
Ainda no que diz respeito às AEC's, a carga horária prevista – no que respeita à mudança das trinta e cinco horas para as quarenta horas e quanto aos funcionários públicos - criou uma dúvida sobre o horário de funcionamento das escolas do primeiro ciclo, ou seja, que passaria das três horas e meia para as quatro horas e meia. Portanto, as AEC's não seriam necessárias nessa hora mas sim na hora a seguir. Isto baralhou por completo todos os procedimentos que tínhamos lançado. Uma coisa é contratar AEC's para um milhão de euros e outra fazê-lo para meio milhão de euros. Estamos nesta indefinição e, entretanto, já deveríamos ter adjudicado ou teremos que anular novamente o concurso porque temos um motivo de não adjudicação pois que há uma mudança das regras a meio do lançamento de um concurso.

Esta indefinição prejudica o planeamento de uma época educativa e que nos deixa ansiosos para ver esse problema resolvido, tanto mais que estamos já - em articulação com os agrupamentos – a estudar a possibilidade de serem eles próprios a fazerem as AEC's uma vez que poderão ter mecanismos rápidos de colocar professores e desempenhar essas funções. No entanto, esta decisão não pode tardar. Já enviámos pedidos de informação e de respostas ao Ministério da Educação, que tardam a chegar.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho, que falou sobre a questão do cemitério. Fica registado. Não estou a par do assunto e o meu colega já registou a sua chamada de atenção. Pelos vistos, há necessidade de sinalização e de verificação sobre o funcionamento da rua de Santo António.

Quanto à travessia das passadeiras por bicicletas, é um pouco aquela lógica que já abordei. Ou seja, há pessoas que querem utilizar o circuito Polis e entra em conflito com o peão e com o condutor. Há uma série de iniciativas que terão que passar por alguma pedagogia, alguma formação cívica e ainda a intervenção da própria polícia, em alguns casos, na tentativa de disciplinar a utilização das vias públicas.

O senhor deputado Carlos Guerra fez uma longa intervenção no que respeita ao balanço do mandato. Terá, seguramente, a oportunidade de o fazer na última sessão deste órgão, com a presença do senhor Presidente da Câmara, e lançar todas essas críticas relativamente ao desempenho da Câmara. Sabemos que a CDU



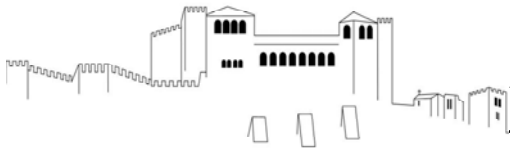
estuda uma alternativa forte para Leiria, que geralmente sabemos qual é e estamos habituados a ouvir atentamente.

No entanto, quanto à informação da queixa para a Inspeção-Geral de Finanças, queria dizer-lhe o seguinte. Este processo dos lixos criou - a partir do momento em que se tomou aquela decisão - uma enorme tranquilidade, não só no senhor Presidente mas também na equipa que está com ele. Há um fator fundamental, que nunca poderia acontecer: era que no dia dezassete de maio não houvesse uma empresa a recolher o lixo. Esse aspeto é que nos tiraria o sono. Este é o aspeto fundamental, este é o aspeto com que os políticos se deveriam preocupar e, porventura, utilizar este assunto dos lixos para tentar criar algumas suspeitas ou algumas ilegalidades só nos deixa com a sensação de que se quer tirar aproveitamento político deste caso.

Vou tentar explicar sucintamente, porque este é um assunto que não sei se iremos repeti-lo ou não mais à frente. Dizer porque é que não há motivo algum para temer, no que diz respeito à defesa do interesse público, a legalidade desta decisão.

A decisão de manter o funcionamento, em contrato, desta prestação de serviços, visou (claramente) o interesse público e permitiu uma coisa nunca antes alcançada nas sucessivas renovações. O senhor Presidente conseguiu, na última renovação do contrato – que irá durar mais cinco anos – uma coisa que nenhuma outra Câmara conseguiu antes: reduzir o preço em 10%. Isso é fundamental para conseguir explicar às pessoas que estando um contrato em vigor, permitiu negociar – uma vez que tivemos a oportunidade de conhecer novos preços do mercado – e reduzir o tarifário em 10%, colocando esse preço igual ao de 2008, aquando da renovação. Quando esta foi feita, nessa altura, com o novo acordo para alargamento do serviço, o preço manteve-se igual e, desde essa altura até agora, subindo à taxa de inflação (a uma média de 2% ao ano) e que teve um aumento – nos últimos cinco anos – de 10%. Com este novo acordo, permitiu-nos recuar o preço da recolha do lixo e equipará-lo a cinco anos atrás.

Agora pergunto eu. Se há cinco anos atrás quem estava na Câmara tivesse feito o mesmo raciocínio, teríamos (porventura) descontado o preço do tarifário de recolha do lixo com muito mais exatidão.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor Vice-Presidente, peço desculpa mas já passaram vinte minutos e pelo que vejo as respostas ainda serão muitas.

Peço-lhe para abreviar, por favor.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Este assunto ficará então para mais tarde.

Sobre a questão das cento e vinte medidas. Iremos ter a oportunidade de a abordar aquando do balanço do mandato e na presença do senhor Presidente.

A título de exemplo - e na área da educação e da cultura -, tivemos uma taxa de execução de 82% e 77%, respetivamente, totalmente ou parcialmente executadas.

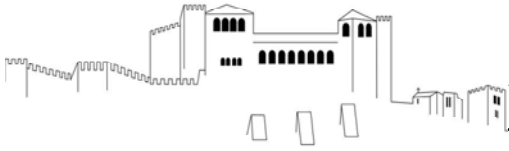
No que respeita às obras de A-do-Barbas, o prazo da obra é de dois anos. Efetivamente, todos os dias tem sido regado, para evitar a questão das reclamações, o que tem sido evitado.

No que respeita à intervenção da senhora deputada Lucília Letra e quanto à ponte das Tercenas. É uma obra que não é da responsabilidade do Município de Leiria mas sim da responsabilidade do Governo e que, pelos vistos, adjudicou a uma empresa que está com problemas financeiros, resultante de uma adjudicação (também) pelo preço mais baixo.

O senhor deputado Vitor Lourenço falou sobre a questão da classificação do monumento do Lapedo. Claro que é um estímulo, é um trabalho que – reconhecemos – valioso, desenvolvido pela Câmara Municipal no tempo em que dirigia o Pelouro da Cultura. Não posso concordar com as acusações do desprezo ou do abandono. Importa referir que o Lapedo continua a ter visitas guiadas, por marcação. Em 2009, que foi a última vez que esteve aberto aos sábados e domingos, tinha um recurso humano de propósito e teve um número de visitantes na ordem das mil e quinhentas pessoas. É um número que considerámos dever ser incrementado mas que, também por questões de redução de pessoal, à medida que necessitávamos, optámos por fazer visitas por marcações, o que não implica que durante a época alta não se reabra o espaço para poder estender estas visitas a outros interessados.

Fizemos um trabalho com os proprietários do terreno onde está implementado o espaço de interpretação, renovando o contrato de comodato.

O trabalho que estamos a fazer está também muito dependente do próprio Governo, no que diz respeito à Secretaria de Estado da Cultura, que tem a



componente científica daquilo que são os achados arqueológicos e se há alguns atrasos nessa matéria tal deve-se também ao Governo que, no fundo, não está a apostar nestes achados. Nós não o podemos, naturalmente, substituir porque só temos uma arqueóloga nesta área.

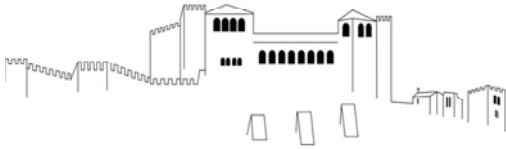
Sobre a questão do saneamento. Senhor presidente de junta de Bajouca, importa referir que este – entre 2009 e 2012 – sofreu um incremento de 72% para 79%. Um ritmo inferior à quele que gostaríamos de implementar. Houve um investimento na ordem dos 6,9 milhões de euros. Não foi possível fazer mais porque, efetivamente, todo este investimento tem que ser alavancado em fundos comunitários e, infelizmente, não conseguimos ainda obter esse apoio. Essa era a nossa vontade, a nossa expectativa. Iremos ter que recuperar esse investimento (esperamos nós) no âmbito deste quadro comunitário.

Sobre a questão do centro educativo e o parque escolar degradado. Felizmente (e sabe bem) o parque já não está tão degradado devido às intervenções que foram feitas pela junta, com o apoio da Câmara e dos pais. Hoje, o parque escolar está melhor e o centro educativo da Bajouca teria, antes de ser construído, que obedecer a uma tarefa árdua. Conheço bem o processo porque estive em muitas reuniões na Bajouca, a negociar com proprietários das parcelas do terreno onde vai ficar instalado. Este processo chegou às minhas mãos com muitas limitações em termos daquilo que era as condições para aquisição desses terrenos e o senhor sabe bem das dificuldades que tivemos ao negociar os preços e chegar a entendimento com todos aqueles proprietários.

Acerca das pavimentações. É um processo que está dependente (também) de visto do Tribunal de Contas. Esperávamos que esse visto fosse mais célere e temos que aguardar pois enquanto não o obtivermos não poderemos dar seguimento ao concurso.

O senhor deputado Carlos Duarte falou sobre não gastar o que não se tem. Concordo. Tem sido a nossa filosofia durante este período e daí a poupança que temos feito em termos financeiros.

Uma mensagem muito especial ao senhor deputado António Fernandes, deputado do meu partido, que falou em sentimento de injustiça e revolta relativamente a uma ação levada a cabo pelo Município, com o objetivo de divulgar os seus próprios museus e atrair mais turistas à nossa cidade e aumentar os visitantes dos museus, que são seus e que são de todos nós.



Não faço discriminação de museus. Agora, não posso *mandar* nos museus que não são da Câmara.

O museu escolar tem um dono e não é a Câmara Municipal. Podemos colaborar naquilo que entenderem mas depende da capacidade de iniciativa de quem dirige o museu e não faço distinção se foi fundado pelo Partido A, B ou C porque isso não é critério de apoio. Não pode e não aceito esse tipo de comparação com a qual não concordo e acho que não é ético. Não é esse fator que faz com que uma pessoa invista num espaço, num equipamento ou noutra.

Não pode repetir, nunca mais, e à minha frente esse especto. Por ter sido fundado por pessoas do Partido Socialista, não lhe dá direito a dizer que aquele museu merece mais que os outros.

Quanto à intervenção do senhor presidente da junta de Santa Eufémia. Falou também no Vale do Lapedo. Claro que tem tudo a ver com o momento que estamos a passar.

O senhor deputado Carlos Conceição interveio sobre a questão dos CTT e sobre a política de estacionamento também já dei a minha explicação.

Sobre o cartão amarelo às eleições autárquicas não vou fazer comentários.

O senhor deputado Micael Sousa falou sobre os quartéis da GNR e sobre isso também já me pronunciei.

Acerca da intervenção do senhor deputado João Curado. Vou pedir algumas das informações que aqui estão, para serem reportadas pelo senhor vereador Lino Pereira. No entanto, a questão dos *skates* na Fonte Luminosa é uma situação que, infelizmente, voltamos a *bater* na lógica da prevenção e o respeito pelo equipamento público.

Há muita coisa que tem vindo a ser melhorada nos últimos tempos, relativamente àquilo que é a utilização do equipamento público e que passa, naturalmente, por uma maior consciência cívica na nossa cidade e freguesias e o respeito pelo espaço público.

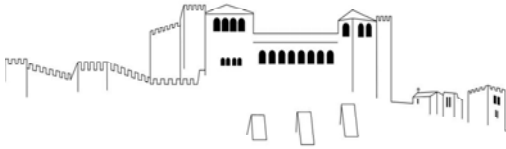
Muito obrigado pela vossa atenção.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor Vice-Presidente.

Temos duas moções na Mesa.

A primeira foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. Trata-se de um voto de congratulação, que conclui assim:



*“Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 28 de Junho de 2013, delibera:*

- 1 - Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais;*
- 2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;*
- 3 - Exigir o respeito pela autonomia do poder local.”*

Esta foi a moção que na sua íntegra foi lida pelo senhor deputado.

Julgo que não suscitarão mais intervenções.

Podemos passar à votação? Sim.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com oito votos contra e dezassete abstenções, aprovar a moção de voto de congratulação, apresentada pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, do Bloco de Esquerda.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

A segunda moção foi apresentada pelo grupo do PS, e diz o seguinte, em síntese:

*“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 28 de Junho de 2013:*

*Rejeita a decisão tomada pela administração dos CTT, com a aquiescência do Governo, de encerramento das lojas dos correios de Santana e Gândara dos Olivais;*

*Solidariza-se com as populações afetadas;*

*Exorta a administração dos CTT e o Governo a reconsiderarem a decisão.*

*Desta moção deve ser dado conhecimento ao 1.º Ministro, ao Ministro da Economia e Emprego, à administração dos CTT e aos grupos parlamentares da Assembleia da República.”*

Alguém pretende pronunciar-se?

Senhor deputado Pedro Biscaia.



**DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Quero só prestar um esclarecimento.

Em relação ao posto que funcionava na Gândara dos Olivais, esteve - de facto - fechado durante um mês mas, em rigor e em boa verdade, foi recolocado, com os prejuízos daí decorrentes mas neste momento está aberto e a funcionar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Informo esta Assembleia que o nosso voto nesta matéria será favorável à moção, uma vez que já na história deste órgão demonstrámos o interesse de Leiria, que o interesse dos nossos serviços e dos nossos cidadãos está sempre em primeiro lugar.

Por outro lado, gostaria de referir que é bom que a nossa Câmara Municipal insista junto dos CTT para a preservação daquele património.

Há uma série de anos que a própria administração dos CTT (já não sei exatamente em que ano foi mas tive intervenção nesse aspeto), quando fizeram a remodelação do edifício queria estragar aquela fachada. A nossa intervenção, em conjunto com as vozes de alguns cidadãos de Leiria que convocámos para essa luta (digamos assim) e conseguimos que tal não acontecesse e a fachada manteve-se. É da autoria de um arquiteto de referência e de uma arquitetura de referência de uma época.

Estamos completamente de acordo com esta moção.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

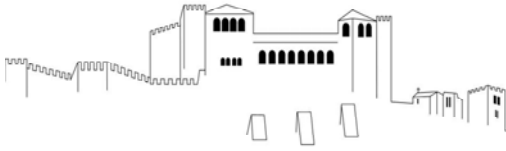
Senhor deputado Domingos Carvalho.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Esta é uma daquelas questões que para mim não é tão líquida quanto ao que aqui é expresso.

Não é líquida porquê?



Porque acabámos de ouvir aqui referir, várias vezes, a necessidade que a Câmara Municipal sente de implementar a privatização dos Serviços Municipalizados e justifica-se com a receita e com o equilíbrio das contas.

Não tenho dúvida que a situação do Governo e do país é um bocadinho pior que a da Câmara de Leiria e a necessidade de encontrara receitas alternativas é fundamental.

Na minha opinião, há duas coisas que esta Assembleia tem que exigir.

A primeira é que o serviço seja efetivamente feito e de forma eficaz. O que se pretende dos serviços de correios é eficácia e, venham com as estórias que vierem, entre a estação da avenida Marquês de Pombal e a estação da avenida Heróis de Angola, estamos a falar de cerca de um a dois kms. Parece-me que as populações não se podem queixar excessivamente e tenho a certeza que há gente no concelho de Leiria que vive a muito maior distância de postos de correio do que quem está ali com aquelas duas estações nesta redondeza.

Mas há uma coisa que é fundamental senhor Vice-Presidente, senhores vereadores e senhores deputados municipais: o que é que vai acontecer àquele edifício? Isso é que me preocupa! Isso é que nos tem que preocupar porque isso sim, é um assunto para os munícipes de Leiria!

É um património que tem muito tempo e que está numa zona nevrálgica da cidade e isso é que nos tem que pensar e preocupar.

Deixo aqui a nota ao senhor Vice-Presidente para que a negociação daquele edifício, que presumo seja posse dos próprios CTT, que deve ser considerado que a Junta de Freguesia de Marrazes cedeu/deu – e o senhor Vice-Presidente sabe – o terreno onde está a central, na Zicofa, aos CTT. Penso que é um argumento que pode ser usado, com peso, pela Câmara Municipal de Leiria e (seguramente) com o apoio desta Assembleia, para uma futura negociação dessa circunstância.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

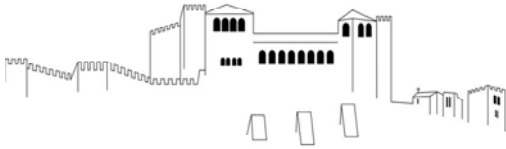
Senhora deputada Odete João.

**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Obrigado senhor Presidente.

O senhor deputado Pedro Biscaia deu uma informação importante mas referiu – e eu reforço também – que a estação esteve muito tempo fechada e só depois





reabriu. Pelo facto de ter aberto numa loja, não está garantido o direito de sigilo que todos nós sabemos ser fundamental nestes processos.

Tendo a Gândara dos Olivais uma densidade populacional muito elevada, com uma concentração de atividades económicas muito grande, adequar as necessidades daquele serviço à população seria – desculpem-me a ousadia – ampliar e criar novos serviços, ou seja, novas ofertas e não criar outras estações. Todos sabemos que uma coisa é a oferta de serviços de uma estação de correios e outra coisa é a oferta de serviços num posto de correio. É distinto e adequação seria fundamental. Daí que, em nosso entendimento, a decisão deve ser repensada ou reconsiderada, de modo a adequar a resposta ao que são as necessidades da população, tal como os CTT fez ao longo de séculos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhora deputada.

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com duas abstenções aprovar a moção contra o encerramento das lojas de correios no concelho de Leiria, apresentada pela senhora deputada Odete João, do Partido Socialista.**



**ORDEM DO DIA**



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

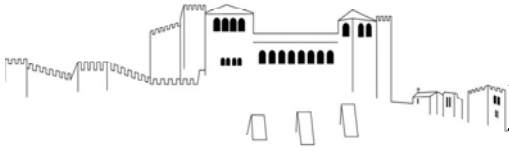
E passamos ao período da ordem do dia.

**1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara tem a palavra para, querendo, introduzir o ponto. Não pretende usar da palavra.

Alguém pretende inscrever-se?



Senhor deputado João Cunha, por favor.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Fazendo uma análise ao relatório que nos é presente, na parte da atividade dos serviços e no que respeita à Divisão de Aprovisionamento e Património – na página número três do respetivo relatório – refere vários procedimentos iniciados de concursos públicos, mais precisamente seis, sendo que um reporta-se a um pedido de esclarecimentos e o outro corresponde a erros e omissões.

Peço ao senhor Vice-Presidente que nos esclareça de que erros e omissões se tratam e a que é que isto corresponde.

Consta ainda uma referência a *contração excluída*. Penso que será contratação excluída e deve ter sido um lapso gráfico. Refere duas situações nesse âmbito, que solicito nos esclareça.

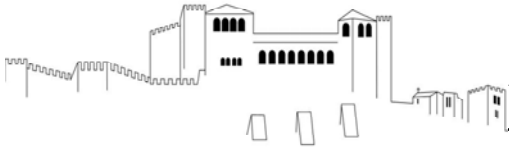
Na página número quatro, e no que respeita à Divisão de Informática – atividades regulares -, refere a *“Reestruturação dos datacenter dos Paços do Concelho e do estádio municipal”*. Pergunto em que é que consiste esta reestruturação e quais são os objetivos, nomeadamente em relação ao estádio municipal.

Ainda na página número quatro: *“Montagem e colocação em produção de um servidor de email em software livre (Zimbra) para a Leirisport”*.

Gostaria que fosse explicado, de uma forma muito clara, porque nós temos nota de que a Leirisport está em situação de liquidação. Supostamente, ali já deveriam estar muito poucos serviços e poucos funcionários. Tanto quanto sabemos, continua a ali estar muita gente a trabalhar, não sei exatamente a fazer o quê mas com certeza que terão lá muito trabalho. Pergunto o porquê da montagem deste novo servidor de *email* em software livre e esperemos que esta empresa, na reta final da sua existência, não se venha a constituir como suporte a uma comissão eleitoral, nas próximas eleições autárquicas. Sobre isso, politicamente, cá estaremos – depois – para falar sobre essa matéria.

Em relação ao Departamento de Infraestruturas e Manutenção, fala-se num *“Estudo prévio para enquadramento urbano de integração de terrenos da prisão escola na cidade de Leiria – proposta de parque de estacionamento público”*. Explique-nos, por favor, que parque de estacionamento público é este e quais são os terrenos da prisão em questão.

Muito obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Foram já várias as vozes que, nesta Assembleia, questionaram o relatório de atividades que nos é apresentado.

Isto foi feito já em anteriores mandatos.

São-nos apresentados assuntos, alguns de somenos importância para o debate, mas outros nem tanto.

Deve haver uma grande diferença na referência à presença do senhor Presidente da Câmara no festival de fanfarras ou na abertura das tasquinhas ou no festival das sopas e a referência à presença do senhor Presidente nas reuniões do Conselho de Administração da VALORLIS, da SIMLIS, ou dos SMAS, pois nos termos do artigo 53.º, n.º 1, al. d) compete à Assembleia Municipal acompanhar - com base em informação útil da Câmara, facultada em tempo oportuno -, a atividade desta e os respetivos resultados, nas associações, empresas ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no respetivo capital social ou equiparado. Impunha-se, pois, que nos fosse fornecida informação, o que não tem sucedido nem sucede agora.

Por exemplo, na VALORLIS foram aplicados avultados investimentos públicos. E fala-se agora na sua privatização.

Qual a posição do Município de Leiria nesta discussão?

E em que situação ficam os trabalhadores?

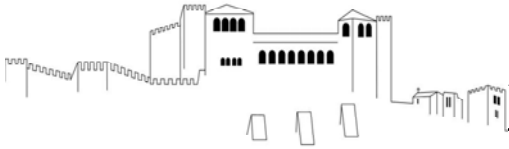
São mais uns quantos que irão engrossar o número de desempregados, acompanhando aqueles que o governo PSD/CDS pretende levar a cabo na Administração Pública?

E o que é que o representante municipal no Conselho de Administração desta empresa tem feito em defesa dos interesses do concelho, desde logo em defesa dos postos de trabalho, e contra o clima de instabilidade laboral que lá se vive?

Se nada consta do Relatório deveremos concluir que o Município de Leiria está à margem dos assuntos estratégicos?

Ainda neste período houve uma reunião na NERLEI com o Presidente da CP.

Qual o resultado desta reunião?



O senhor Presidente da Câmara estava lá.

Pois nós achamos que são tudo assuntos demasiado importantes e que merecem a devida informação a esta Assembleia.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Temos, ao longo deste mandato – que está quase no fim – colocado muitas questões. Não apenas a propósito de alguns temas mais prementes mas também sempre suscitados por estes relatórios de atividades presentes à Assembleia Municipal.

Confesso que, da experiência que vou adquirindo a colocar questões nas sessões deste órgão, começo a ficar com uma frustração muito grande e partilho-a convosco.

De uma leitura que fiz recentemente às atas – não me levem a mal pois gosto de flagelar-me, sou quase sádico e porque gosto de as ler -, enfim... podia ser do Benfica mas (senhor Presidente da Mesa) deu-me para isto e, como apesar de muitos afazeres, não me distraio como o senhor Vice-Presidente relativamente ao Lapedo... não está distraído, ora! Tem é muitos afazeres.

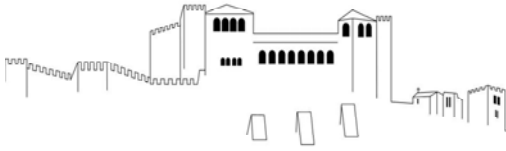
Ao ler as atas e as perguntas que fomos colocando, aquelas que ficaram sem resposta foram muitas. Quase todas as perguntas que aqui colocámos sobre muitos temas importantes – e já vou repetir algumas – ficaram sem resposta.

Reparem que o senhor Vice-Presidente, na sua intervenção de resposta, não respondeu. Andou ali à volta e à volta mas não respondeu às nossas questões e é o que nos tem sempre acontecido. Andamos à volta... mas não respondemos.

Fico sempre frustrado porque receio que vou perguntar e perguntar mas não vou ter respostas objetivas. Vai ser assim um nem sim nem não, antes pelo contrário, como – aliás – o senhor Vice-Presidente é (e aqui fica o elogio) especialista.

E passando a este relatório concreto. Deixa três questões importantes.

Uma nota positiva é que, de facto, a receita cai menos que a despesa e ainda bem. É um bom sinal. Não chega mas no fim do ano (na execução orçamental) voltaremos a falar do tema.



Há um aumento das transferências para as freguesias, face ao período homólogo. Há aqui um crescimento de 36%. É fantástico! Parabéns às juntas que têm 36% mais de dinheiro para gastar ou, quem sabe, para pagar dívida muito antiga. Neste ano de eleições, parece que está para aí a aparecer nalgumas juntas dívida muito antiga, faturas que terão sido encontradas numas gavetas. Pois senhores presidentes de junta em causa, deveriam ter aberto as gavetas antes!

A indemnização compensatória da pista de atletismo no centro nacional de lançamentos; a indemnização do programa ViverAtivo; a indemnização compensatória da utilização dos clubes; cobertura do défice de exploração do pavilhão Correia Mateus; indemnizações compensatórias dos pavilhões; cobertura do défice de exploração das Colmeias, Santa Eufémia, Bajouca, Marrazes... é só défices de exploração!

Primeira pergunta. Porquê?

Segunda pergunta. Havia protocolos de delegações de competências, com verbas já confinadas. Recordo-me (ia dizer tourada, desculpem-me!) da fantástica discussão que aqui tivemos porque nós – no PSD – achámos que esta forma de gerir equipamentos desportivos era fantástica... talvez no México ou na Venezuela... cá não.

Queria perceber de onde é que vem este dinheiro e porque é que está a ser transferido?

Qual é o papel dos protocolos, inicialmente firmados as freguesias, que consignavam verbas muito objetivas?

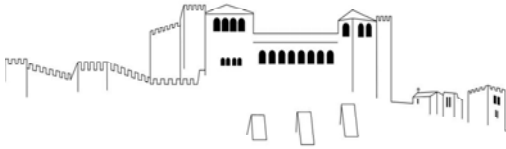
Queremos perceber tudo isto de forma muito objetiva.

Vamos ver se desta vez temos respostas.

Mais, como estas transferências estão a ser efetuadas para a Leirisport – e o senhor deputado João Cunha já aqui o questionou -, é muito importante que saibamos qual é o ponto da situação daquela empresa. Vossas excelências resolveram *matar* – estão no vosso direito político – mas, pelos vistos, é uma morte lenta, agonizante e está a custar dinheiro.

Qual é o ponto de situação da extinção desta empresa?

Recordamos o vosso compromisso de a liquidar em seis meses e eu – em tom brincalhão – disse que nem em seis anos... quanto mais em seis meses! Mas vossas excelências não nos levaram a sério, aliás, há coisas que deveriam levar a sério e não o fazem.



Onde está o relatório do liquidatário da Leirisport, com o ponto da situação?

É que isto está a empatar pois está a sair da Câmara para a Leirisport e depois vai para outros lados. Acho que seria importante termos uma noção objetiva porque ao lermos este relatório de atividades ficamos muito preocupados pois está aqui muito dinheiro... dinheiro que, segundo ouvimos dizer, a Câmara não tem, pelo menos para algumas coisas pois para outra já tem. Mas o dinheiro é assim. Às vezes aparece e outras vezes desaparece. É como o menino do Lapedo.

Onde estão os 2,3 milhões de euros de dívidas de clientes que a Leirisport tinha? Precisamos desse dinheiro.

Onde é que ele está?

Temos o direito de perguntar como que uma empresa pública municipal tem 2,3 milhões de euros em clientes e não se nos aparece aqui, nesta Assembleia Municipal, um esforço de cobrança, um plano de cobrança destes montantes.

Onde estão? Precisamos deles.

Onde estão? É legítimo perguntar pois o dinheiro é nosso. Onde estão?

Estaremos nós, na Câmara Municipal, a apoiar organizações que devem à Leirisport? Se sim, qual é a coerência de apoiar, com subsídios e donativos e outras benesses, empresas à Leirisport? Qual é a coerência deste procedimento?

Se sim, gostaríamos de perceber se sim.

Que pessoas já estão internalizadas? Quantas pessoas estão neste momento no quadro de pessoal da Leirisport?

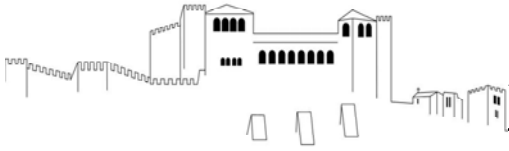
Umas saíram, outras não e ainda lá estão. Estamos a fazer investimentos (na Leirisport) em servidores, para quê? Então não é uma empresa para fechar? Se é para fechar, investe-se o quê?

Enfim, perguntas objetivas que demonstram bem a falta de cuidado e de atenção que a Câmara Municipal de Leiria tem colocado nestes temas.

Nós não temos informação. O papel da Assembleia é o de fiscalizar e nós não temos informação.

Para concluir, ainda há pouco o senhor Vice-Presidente – muito feliz – dava-nos nota que a Câmara Municipal de Leiria fez uma coisa que nenhuma Câmara no país fez: conseguiu um desconto de 10% no lixo.

Bem, a Câmara de Leiria também fez uma coisa que nenhuma outra Câmara no país fez: foi fazer o procedimento que fez. Também é pioneirismo e é completamente



*sui generis!* Não conheço mais nenhuma Câmara que tivesse feito a trapalhada monumental que se fez nessa área.

Há ainda outra coisa que a Câmara de Leiria também fez e consta do relatório. É que na Feira de Maio, fazendo fé num dos nossos jornais - cumprimento os nossos jornalistas e espero que não nos peçam dinheiro pela utilização abusiva dos seus títulos -, li uma coisa muito interessante... é que a Câmara de Leiria, que poupou 10% no lixo (fantástico!), gastou este ano o dobro na Feira de Maio! Se o que diz aqui é verdade, pois se não é peço ao senhor Vice-presidente que nos esclareça porque a minha alma anseia pelos seus esclarecimentos e espero que desta vez sejam dados de uma forma objetiva, até porque há obras naquele topo do estádio que custaram 68 mil euros. Isto se vi/li bem... mas se calhar vi mal e gostava que me explicassem objetivamente que gestão é esta. Eu não percebo!

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira.

**DEPUTADO JOAQUIM MÓNICO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA)**

Boa noite.

Joaquim Mónico, presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todo o público presente.

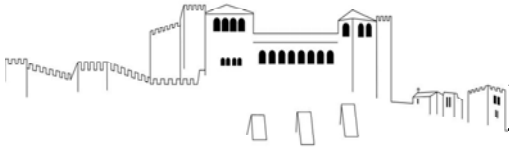
Fiquei incomodado com o senhor deputado Carlos Conceição, quando disse que algumas juntas recebem 36%. Só quero um pequeno esclarecimento. Se está a falar de alcatrão e que as juntas foram cegas, aconselho-o (primeiro) a passar pela junta.

Há uma coisa que lhe digo: herdei a Junta da Caranguejeira com um débito de duzentos e sete mil euros. Provo-lhe nas ruas!

Fiz fé nos colegas que estavam.

Agora, não posso admitir, se o senhor diz que há juntas que não viram os papéis na gaveta, assim que tomei posse a primeira coisa que fiz foi ver todas as contas e enviei para todas as entidades competentes, inclusivamente ao Tribunal de Contas o que nem era da sua competência.

Se por não ver as faturas que atingem a Caranguejeira, gostaria de ser esclarecido.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor deputado pretende intervir?

Não vamos considerar direito de resposta e vamos continuar com as inscrições.

Neste caso, o senhor deputado Carlos Conceição foi interpelado diretamente e por isso tem a palavra.

Faça favor.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Senhor presidente Joaquim Mónico. Penso que percebeu mal as minhas palavras ou eu não fui claro.

O que li, vou repetir exatamente o que eu disse e vou ler um documento que, presumo, também tenha em seu poder. *“As transferências correntes para as freguesias, no período em análise, foram de €1.023.865,30, crescendo 36% (...) face ao período homólogo do ano anterior”*. Foi exatamente o que eu disse.

Disse foi outra coisa que tem a ver com o facto de recentemente ter sido publicado nos jornais que nalgumas juntas apareceram muitas faturas e despesas não cabimentadas. Vai-me perdoar e, aliás, poderemos depois ouvir com mais atenção o que eu disse.

Em momento nenhum eu disse que as despesas não eram reais. Estranhei foi o facto – e perdoe-me a minha estranheza – de serem precisos quatro anos para isso ser público e ser tratado. Só li no jornal e foi agora. Não digo o nome do jornal nem o dia por uma questão de publicidade mas estou a lidar com uma informação pública.

Perdoe-me mas é exatamente a mesma informação que os senhores têm e não poderá acusar-me de não estar a ser exato pois vossa excelência também a leu onde eu a li.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Agradeço que não entrem em diálogo, por favor.

Senhor deputado, agradeço que conclua o seu direito de resposta.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

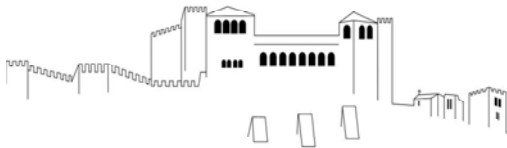
Muito obrigado senhor Presidente.

Em momento nenhum coloquei em causa sequer a legalidade da situação.

Agora, não foi cabimentada porquê?

Era compromisso do anterior executivo da Câmara Municipal?





Então se era deviam ter assumido.

Era porque a junta, de alguma forma e por qualquer motivo, gastou mais do que lhe tinha sido atribuído? Também não sei.

Agora, perdoe-me mas tudo aquilo que eu disse repito porque foi correto.

Em momento nenhum – que fique claro, senhor presidente – fiz aqui considerações acerca da lisura dos senhores presidentes de junta ou qualquer outra cor.

Isso está claro.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

**DEPUTADO MANUEL CRUZ (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES)**

Manuel Cruz, presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e toda a assistência.

Um cumprimento especial ao meu caro amigo, presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Meu querido amigo e deputado Carlos Conceição, quando recebi a Junta de Freguesia das Cortes tinha também cento e cinquenta mil euros de dívidas. Uma junta que precisa de quatro anos para o pagar. Claro que cem mil euros não estavam sequer protocolados em lado nenhum.

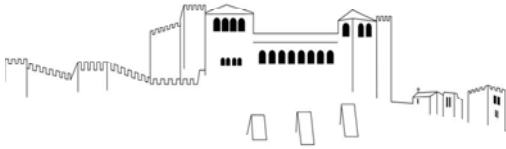
Não vim para a praça pública. Penso que as coisas resolvem-se onde se devem resolver e costumo dizer que *a roupa suja lava-se em casa e não na praça pública*.

Tentámos, até hoje, resolver o problema. Até porque sou da opinião (e tenho a certeza) que quer os meus antecessores na Junta de Freguesia, quer as pessoas que estavam na Câmara de então, fizeram pelo bem das populações. Em consciência, fizeram o melhor que puderam. Talvez não tão bem e legal quanto possível mas fizeram-no. Isso, tenho que admitir, está lá a obra feita.

Agora, esta situação demorou o seu tempo. Como sabe, é preciso um processo legal e está a ser feito.

Foi tempo a mais? Certamente. Mas em política o tempo não tem a mesma dimensão que o das empresas e, como muito bem sabe, é diferente.

Obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor vice-Presidente da Câmara para, querendo, responder.

Peço-lhe que seja sucinto.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Vou tentar ser sucinto e responder de uma forma objetiva às questões pois considero-as todas importantes, embora algumas com um nível de precisão tão exato que – eventualmente – não consigo dar resposta imediata.

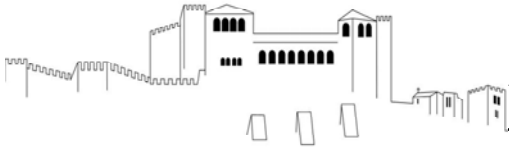
A atividade na parte do Aprovisionamento, e quanto a erros e omissões, é um período normal no âmbito de uma análise de um procedimento concursal. Os próprios concorrentes podem suscitar esclarecimentos e a Câmara é obrigada a incluir na plataforma informática a resposta a esses pedidos de esclarecimentos. É um procedimento existente e previsto na lei e daí o estar tipificado naquela tabela.

Relativamente ao *datacenter* no estádio municipal e o servidor de *email* para a Leirisport. É trabalho que efetivamente está a ser desempenhado pela Divisão de Informática da Câmara, em virtude de a Leirisport ter prescindido do serviço de contratação externo. É bem conhecido - e não vou repetir – o negócio que foi feito com a empresa de informática que dava apoio à Leirisport, cujo contrato era leonino. Esse contrato foi denunciado e está a ser feito pelos recursos internos da própria Câmara.

Relativamente à questão do servidor ser utilizado para qualquer outros fins que não aqueles que estão tipificados num serviço normal, não é aceitável, não compreendo esse tipo de dúvida nem a posso aceitar.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, sobre a questão da Valorlis e do processo de privatização. O assunto, se foi alguma vez discutido no conselho de administração da Valorlis, não é do meu conhecimento. Nunca tive lá assento e por isso não lhe posso responder. Terá que ser uma pergunta a colocar ao senhor Presidente da Câmara, assim como também a reunião com a CP. Lamento, mas também não tenho informação para o esclarecer.

Acerca das questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Conceição. Já conheço bem a narrativa própria do senhor deputado, muito especial na sua maneira de exprimir as suas ideias nesta vertente das notas positivas e negativas, muito próprias dos comentadores televisivos, bem conhecidos de todos os portugueses.



Mas vou tentar responder – de forma clara – àquilo que consigo. Há questões que coloca e não posso responder com a exatidão e a assertividade que às vezes merece.

Fiquei a saber também que, pelos vistos, tem alguma certa frustração ao ler as atas e lamento que o sinta.

Vou tentar não me sentir frustrado em algumas respostas que vou dar.

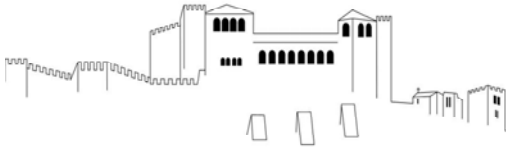
O défice de exploração de 1,5 milhões de euros para a Leirisport é referente ainda ao ano anterior e que foi transferido – naturalmente – neste ano. Há um défice de exploração que resulta não dos pavilhões das Juntas de Freguesia mas ainda na tutela da Leirisport, que foi objeto do apuramento no final do ano. Há um défice de exploração em que uma parte já foi transferida (cerca de duzentos mil euros) e a outra parte desse défice ainda não foi feita. Está retida na Câmara e será libertada à medida que a empresa vá necessitando, no processo de liquidação.

Entrando propriamente na informação sobre o processo de liquidação. A extinção da empresa irá estar dependente de vários fatores, sendo que consideramos dois deles muito importantes e são aqueles que efetivamente nos criam algumas dificuldades:

Primeiro, há um empréstimo que está associado à construção do estádio, celebrado com o BPI, que necessita de ser transferido para a Câmara Municipal e essa transferência – que já foi aqui aprovada na Assembleia Municipal – tem que obedecer a um visto do Tribunal de Contas. Esse visto ainda não veio. Já se solicitou esclarecimentos por três vezes. A Câmara tem enviado informação e essas questões são sobretudo relacionadas com o cálculo do limite de endividamento da Câmara. Enquanto não resolvermos este problema, vamos ter que estar dependentes deste *timing*.

Por outro lado, o processo de liquidação da empresa obriga à necessidade de fundos disponíveis do próprio Município. Atualmente não temos fundos disponíveis suficientes – deverá sabê-lo uma vez que é um adepto da lei dos compromissos – e por isso, infelizmente, não podemos acabar com determinado tipo de coisas porque esta lei só permite assumir compromissos se tivermos dinheiro.

Só vamos conseguir avançar mais quando conseguirmos transferir a quantia necessária e suficiente para indemnizar eventuais rescisões contratuais que venham a ocorrer.



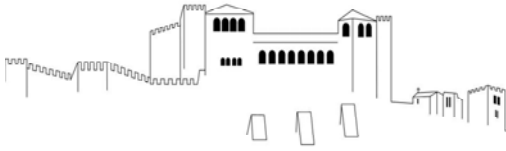
Acerca do pessoal que está internalizado. Não houve qualquer tipo de internalização em termos de concurso de pessoal. O que houve foi uma deslocação, através de mobilidade, entre a Leirisport e a Câmara. É um acordo tripartido entre o funcionário, a Leirisport (a entidade empregadora) e a Câmara (que é a entidade que tem interesse em receber aquele funcionário). Durante um ano está em mobilidade para a Câmara Municipal e por isso continua a ser funcionário da Leirisport, embora a desempenhar funções na Câmara, que lhe paga o respetivo vencimento. Naturalmente que o processo de internalização estará muito dependente – mais uma vez – da existência de fundos disponíveis e de enquadramento legal.

Importa referir aqui que a entrada na função pública, como é do conhecimento de todos, está congelada. Não existe contratação pública em termos de recursos humanos, a não ser situações muito especiais e com autorizações também muito especiais.

Sobre a questão da Feira de Maio e da notícia no jornal. Tive a oportunidade de ver que o jornal era o *Jornal de Leiria* e não era uma notícia. Era um editorial. Por isso, não querendo comentar editoriais – porque é a opinião de um editor e não é propriamente uma notícia – não vou tecer qualquer tipo de comentário, tanto mais que estamos habituados a este tipo de comentários por parte de editoriais. Se fosse uma notícia poderia eventualmente ter outro tipo de análise.

Ainda quanto à Feira de Maio, tudo aquilo que obtive de receita foi suficiente para cobrir os custos. Por outro lado, houve aumento da despesa porque houve infraestruturas que foram colocadas ao serviço da feira e - para aqueles que tiveram a oportunidade de verificar - a feira necessitou de investimento em termos de cablagem e eletricidade, questões relacionadas com saneamento, o arranjo que houve no topo norte. Foram investimentos extraordinários que para o ano não se vão repetir, se esta voltar a acontecer naquele local. Segundo a avaliação feita, que foi unânime pelas pessoas que participaram na feira – com um ou outro comentário construtivo para melhoramento – é que aquela localização é melhor que a outra. Criaram-se infraestruturas para permitir a repetição do evento em futuras edições e o custo aumentou mas, para tranquilizar o senhor deputado, as receitas que obtivemos são suficientes para cobrir os custos.

Relativamente às dívidas das Juntas de Freguesia. É uma situação que nos preocupa. Há muito tempo que o Município tinha este problema referenciado. Não



poderíamos ser injustos com estas freguesias nem as poderíamos beneficiar, em detrimento das outras. O que ficou combinado foi que dentro daquele montante atribuído a cada Junta de Freguesia - tendo em conta os critérios por todos conhecidos - cada um terá direito a determinado tipo de investimento, estas juntas abdicam deste investimento em alcatrão e preferem que a Câmara entregue esse dinheiro para pagamento dessas dívidas antigas. Só nesta altura é que estamos em condições de fazer este entendimento e foi o que a Câmara preparou.

A redução de dívidas está também patente neste documento e da análise que o senhor deputado fez. Sei que analisa também com cuidado não só as atas mas também o relatório - sobretudo a parte das contas - e importa aqui referir que em 2009 a Câmara tinha um valor, em termos de endividamento, na ordem dos 86 milhões de euros e ficamos muito satisfeitos porque neste relatório o montante que aponta é de 53,2 milhões de euros. O que significa uma diminuição muito grande. Claro que não é a que desejamos. O esforço terá que continuar mas isto também tem que ser sublinhado.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor Vice-Presidente.

Vamos entrar no ponto número dois.

Chamo, no entanto, a atenção para a previsão de fim desta sessão à 01h00, sendo que o caldo verde deveria ser servido a essa hora.

Sugiro que pensem no assunto pois faltam muitos pontos para acabar a sessão e a este ritmo terá que ter continuação na segunda-feira, em local próprio.

**2. X MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS OPÇÕES DO PLANO. I REVISÃO  
AO ORÇAMENTO DA RECEITA – Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

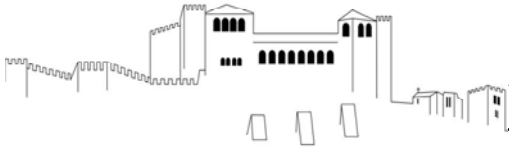
O senhor Vice-Presidente pretende apresentar?

Faça favor.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

É uma obrigação legal.

Sempre que há o apuramento do saldo de transferência de um ano para o outro, é necessário incluir essa receita nas contas.



É uma revisão da receita no valor de 4,08 milhões de euros, que é o saldo transitado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Quem pretende inscrever-se?

Não vejo nenhuma intenção.

Passamos à votação do ponto número dois: *"X MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS OPÇÕES DO PLANO. I REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA"*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, delibera por maioria, com dezoito abstenções, aprovar a X Modificação ao orçamento e às opções do plano. I revisão ao orçamento da receita.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ponto número três.

**3. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA (SMASL) - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, ÀS REGRAS E CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009). RETIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO - Apreciação, discussão e votação.**

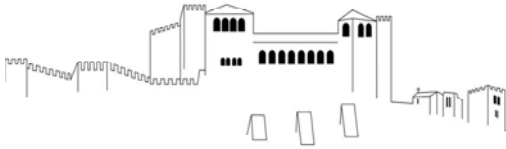
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor Vice-Presidente para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Este assunto já tinha vindo à Assembleia Municipal.

Trata-se de um lapso. Na deliberação, a comissão de serviço terminava com a mudança da Câmara. No entanto, segundo aquilo que está previsto legalmente é que termina no período do fim da comissão de serviço, que será a trinta e um de maio de 2014.



O que se propõe é esta correção. Este lapso resulta de uma alteração legal que se verificou e que não foi atendida aquando da preparação da deliberação. Geralmente os cargos de direção – Diretor Municipal ou Diretor Geral – cessavam aquando da mudança de executivos, o que deixou de acontecer com a última alteração legal (Lei n.º 49/2012). Efetivamente, passa a ser igual aos dirigentes intermédios e a sua comissão de serviço mantém-se até o final da mesma.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Alguém pretende inscrever-se? Não.

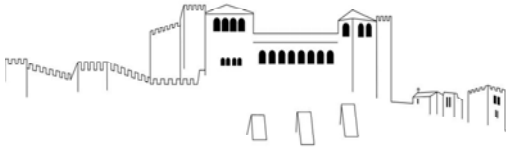
Ponto número três: *“SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA (SMASL) - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, ÀS REGRAS E CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO. COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009). RETIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO”.*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea n) do número 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de 11 de Janeiro, nos termos das alíneas a) a d) do artigo n.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 e no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012 deliberou, por maioria, com dezanove abstenções, aprovar a adequação da estrutura orgânica dos SMASL, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, de acordo com as competências da Assembleia Municipal (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009) e, nos termos do n.º 1 do artigo 148.º do CPA, em conformidade com o disposto na alínea a) da deliberação da Câmara, retificar o ato administrativo proposto.**



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ponto número quatro.

**4. RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E CENTRO POPULAR E RECREATIVO DA POCARIÇA, APROVADO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 09/06/2009, CONSEQUENTE DEVOLUÇÃO DE VERBAS JÁ PAGAS E RETENÇÃO DE CRÉDITOS. DECISÃO FINAL - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor Vice-Presidente para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Consiste num contrato-programa que foi revogado e que estamos, então, a deliberar e a decidir que o montante que já tinha sido transferido no seu âmbito seja restituído à Camara Municipal.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado.

Alguém pretende inscrever-se? Não.

Passamos à votação.

Ponto número quatro: *“RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E CENTRO POPULAR E RECREATIVO DA POCARIÇA, APROVADO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 09/06/2009, CONSEQUENTE DEVOLUÇÃO DE VERBAS JÁ PAGAS E RETENÇÃO DE CRÉDITOS. DECISÃO FINAL”*

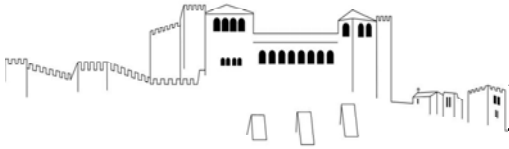
Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por maioria, com um voto contra e doze abstenções, aprovar a resolução do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre o Município de Leiria e Centro Popular e Recreativo da Pocarica, aprovado por deliberação camarária de 09/06/2009 e consequente devolução de verbas já pagas e retenção de créditos.**





**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ponto número cinco.

**5. DESIGNAÇÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DO JÚRI DE RECRUTAMENTO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

A comissão de serviço do Diretor Municipal termina no dia vinte e oito de Junho de 2013.

Com o objetivo de permanecer, em regime de substituição, é necessário abrir o respetivo procedimento concursal, sabendo de antemão que este concurso nunca irá ser concluído antes das eleições e, naturalmente, qualquer futura Câmara – no seu desenho em termos de organização – se pretender prescindir desta figura de Diretor Municipal, poderá sempre cancelar este concurso sem que daí resulte qualquer tipo de encargo para o Município e, por isso, fica também este assumir de compromisso que permite apenas esta abertura de procedimento e que o Diretor Municipal permaneça nas suas funções até às próximas eleições.

Depois, tendo em conta o novo quadro do próximo executivo, dar-se-á seguimento ou não a este concurso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

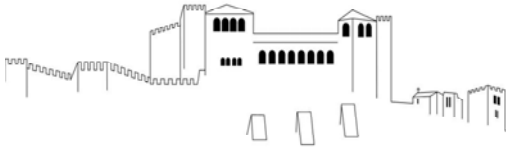
Obrigado senhor Vice-Presidente.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Em relação a este ponto, queríamos deixar bem claro que isto é mais do mesmo. Em devido tempo, chamámos a atenção para aquilo que estava implícito no modelo adotado para a estrutura da Câmara Municipal de Leiria.



O modelo napoleónico, centrado na figura do Diretor Municipal, positivamente só causou problemas ao funcionamento da própria Câmara.

Na devida altura chamámos a atenção e sublinhámos que esse não era o modelo que devia ser adotado. Infelizmente o tempo veio dar-nos razão.

O PSD continuará, como não estivemos de acordo com as propostas do senhor Presidente da Câmara – que foi trazendo esta matéria à Assembleia – a estar contra, em coerência com aquilo que sempre defendemos.

Entendemos é que o verdadeiro erro que é preciso corrigir é a existência da figura de Diretor Municipal.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

Senhores deputados e demais público presente agradeço silêncio, por favor.

**DEPUTADO PAULO PEDROSA PEDRO (PS)**

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Efetivamente podemos discordar da estrutura orgânica que a Câmara elaborou para o seu funcionamento. Mas todos temos que aceitar que a Câmara tem legitimidade para ter esta estrutura.

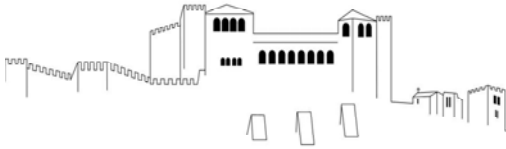
Várias Câmaras no país, e de vários quadrantes políticos – incluindo o PSD – têm diretores municipais. E algumas delas têm mais do que um Diretor Municipal.

Parece-me que o PSD de Leiria está em rutura com o PSD do resto do país.

É legítimo a Câmara de Leiria ter o seu Diretor Municipal. Uma Câmara que tem um território muito extenso, que tem cerca de setecentos funcionários, que tem problemas – quer na sua parte jurídica, quer administrativa, quer financeira – e optou por essa via: a de ter um Diretor Municipal.

Vários argumentos têm sido utilizados, nomeadamente o argumento financeiro, e perdoem-me que considere esse argumento muito injusto para este executivo, que conseguiu, nestes últimos três anos e pouco, uma redução de dívida que já hoje aqui foi comentada - e que a bancada do PSD também devia aplaudir -, de um valor incrível! Cerca de 30 milhões de euros, se não estou enganado. Isto mostra que tem havido contenção e em trabalho muito profícuo nesta área.

Ter dito já que é também um problema financeiro a existência da figura de Diretor Municipal parece-me muito injusto para este tipo de situação.



Quero, por último, deixar aqui expresso o apreço que tive pela designação daquele júri do concurso, que me parece de alto nível e que de certeza absoluta nos descansa a todos.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Curado.

**DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)**

João Curado e Silva, PSD.

Não venho aqui discutir a valia, o interesse de haver ou não um Diretor Municipal e as trapalhadas que evitou ou criou. Não venho falar nada disso. Não venho sequer discutir custos.

Venho ler o verbete que nos é dado a votar. Peço desculpa pois se calhar é erro meu e gostaria que fosse um pouco mais inteligível para mim.

E passo a ler: *“Designação em regime de substituição de titular de cargo de direção superior de 1.º grau (... uma vez); abertura de procedimento concursal para efeitos de recrutamento e seleção tendo em vista o provimento de titular de cargo de direção superior de 1.º grau; proposta de designação por deliberação da Assembleia Municipal de Leiria do júri de recrutamento (até me engasgo!) tendo em vista o provimento de titular de cargo de direção superior de 1.º grau”.*

Eu não entendo. São vários primeiros graus.

Não sei se isto tem que ser mesmo assim e talvez seja mesmo burrice minha. Se for peço desculpa, mas tentem fazer um verbete que se entenda pois eu não consegui entender nada disto.

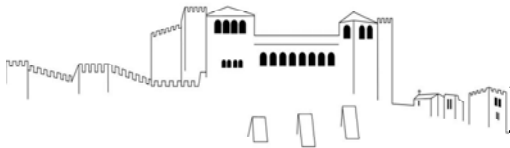
Já agora, também me faz confusão abrir-se um concurso público e dizerem aqui que isto não é para nada e que é só para depois, quem vier a seguir, decidir se o procedimento prossegue ou não. Também não percebo.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.



## **DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Nós não falámos em termos financeiros. O PSD não disse aqui que discordava do cargo de Diretor Municipal por motivos de ordem financeira, senhor deputado Paulo Pedro. Não sei onde é que o senhor ouviu uma coisa dessas. Eu não consegui ouvir e tenho umas orelhas enormes, como podem constatar.

Agora, há uma coisa que é óbvia. Vão lá ler as atas. Eu sei... aquilo é terrível! E vão ver se há uma proposta de deliberação que venha bem à primeira. Desafio-vos, senhores deputados do Partido Socialista. Eu sei que eventualmente podem considerar que há leituras mais interessantes. Acreditem que melhor que as atas destas nossas sessões... é difícil.

E pergunto. Qual foi o ganho deste modelo organizativo na Câmara Municipal? Zero! Zero não! Foi negativo.

Há Câmaras do PSD que têm Diretor Municipal. Pois há! E?

Há Câmaras do PS que também têm. A nossa tem e no nosso caso era melhor que não tivesse.

Porquê?

Porque na nossa opinião, em termos de ganho, ele não é visível. Termos um Diretor Municipal para dizer que o temos, só para isso, não!

Eu não estou a pôr em causa a pessoa, reparem. Estou é a dizer que a gestão da nossa Câmara Municipal de Leiria, querem dizer-me que melhorou nestes quatro anos? Se são tão críticos do passado, vão lá ver. Não há uma que corra bem à primeira! É só erros e retificações. Há coisas que vieram a esta Assembleia quatro, cinco, seis vezes. O mesmo tema! Os senhores sabem pois vêm às mesmas sessões que eu (embora vestidos de uma forma mais conveniente).

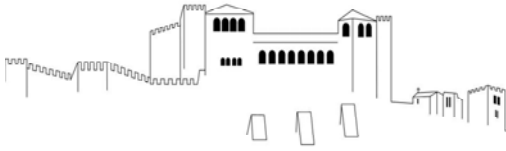
Perdoem-me!

Então não têm andado cá?

É só isso que nós contestamos e dizemos claramente que, de facto, o modelo de organização da Câmara Municipal de Leiria nestes quatro anos não deu provas de ser o adequado. A existência de um Diretor Municipal não redundou, não resultou em qualquer valor acrescentado, seja no que for.

Desafio-vos a mostrarem-me!

O senhor deputado João Curado disse uma coisa interessante ao abordar a questão do concurso e o ter-se dito aqui que se vierem outros a seguir, anula-se e desfaz-



se. Que leveza! Que ligeireza na gestão da coisa pública, visível aqui e em muitas outras coisas.

Agora, não coloquem na boca do PSD coisas que este não disse porque as nossas posições têm sido muito claras e, nesta questão do Diretor Municipal, foi desde o primeiro dia que contestámos este modelo, que não funciona, e o tempo só nos está a dar razão.

E só não vê quem não quer!

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Quando li a ordem de trabalhos, como faço sozinho a preparação das sessões, este foi um daqueles pontos que não percebi. Pensei que não era para entender e que qualquer coisa seria. Um daqueles concursos fantásticos que de vez em quando são feitos na Câmara.

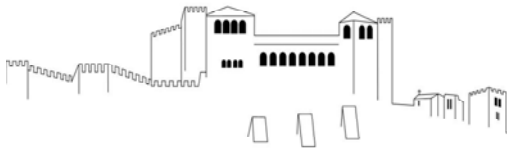
Eis senão quando o senhor Vice-Presidente nos esclareceu o que estava em causa, pensei que afinal isto é sério. Afinal era *rabo escondido com o gato de fora* e isto parece uma coisa bizarra.

Mas tudo bem. Sou daqueles que entendo que qualquer Câmara Municipal deve ter um modelo de gestão – desde que eficaz – que entende. É um direito que lhe assiste.

No entanto, quando o senhor deputado Paulo Pedro nos vem aduzir como argumento importante - para que não houvesse objeção a esta posição - a enorme poupança produzida pela Câmara Municipal, a *coisa* muda de figura.

Senhor deputado, está na ata! Esta Câmara tem legitimidade para fazer esta contratação. Portanto, o argumento financeiro não colhe (de certeza que isto vai ficar na ata) porque já poupou tanto que nós depreendemos que, com tanta poupança, pode gastar aqui.

Bom, então sou eu que não percebo português e não era isso que o senhor deputado Paulo Pedro queria dizer. Peço ao senhor Presidente para permitir - para poder dar continuidade lógica à minha intervenção, que o senhor deputado Paulo Pedro, na afirmação que fez, nos diga qual era a conclusão que queria extrair. É



determinante, para o meu entendimento, quando ele diz que a Câmara não pode ser acusada de estar pelo lado financeiro porque poupou muito dinheiro.

Eu digo: isso não colhe porque o facto de poupar num lado permite gastar, de qualquer maneira, noutro. É errada esta conclusão, pela expressão visual do senhor deputado Paulo Pedro.

Desafio-o a vir esclarecer qual era a conclusão que deveria extrair do que disse.

Mas, seguindo o meu raciocínio, é que na verdade - se o esforço de contenção financeiro que a Câmara fez é louvável -, eu vejo (e hoje vimos, mais do que nunca) que isso foi feito à custa das populações das freguesias. Estamos a falar de uma opção política clara e, portanto, já estamos a falar de duas opções políticas.

É o gasto que é feito a mais na Câmara e é o gasto que não é feito nas freguesias.

E não fui eu que disse! Foram os senhores presidentes de junta que vieram aqui dizer (bastantes) e apresentar essa queixa.

Na verdade, aquilo que está em causa é porque é que nesta altura do campeonato este assunto aqui nos é apresentado. É absolutamente extemporâneo, fora de contexto e irrazoável.

Muito obrigado.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

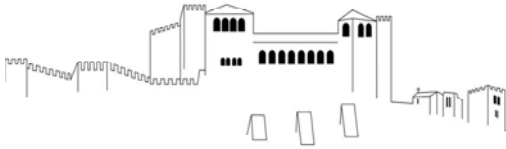
Senhor deputado José Manuel Silva.

#### **DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)**

Acho que esta questão do Diretor Municipal já aqui foi amplamente discutida noutra altura. Naturalmente que toda a gente tem o direito de discordar deste modelo.

O que me sugere alguma admiração é a avaliação negativa que fazem sobre o modelo adotado por esta Câmara porque – que eu saiba – não há nenhuma avaliação feita cientificamente sobre esta matéria.

O que ouço é aqui, na Assembleia, dizerem que o modelo funciona mal mas na prática nunca vi ninguém queixar-se que este modelo está a funcionar mal na Câmara. Aliás, este modelo – como sabem todos os deputados municipais e em particular as senhoras e senhores que têm formação na área da gestão – é utilizado em imensas instituições públicas e empresas. Há uma parte das empresas que têm diretores gerais (ou CEO, que é a mesma coisa), as universidades têm um administrador, os politécnicos também e por aí fora.



Não vejo, do ponto de vista teórico da organização destas instituições, que isto levante algum problema. O que aqui está em causa nem sequer é discutirmos agora se este modelo é legítimo ou não. O que se está a propor é que o modelo é este, já aqui foi amplamente discutido na Assembleia Municipal e até me lembro de ter intervindo uma ou duas vezes sobre esta matéria. O que está agora em causa é abrir um procedimento concursal.

É tão só isto.

Se o modelo é bom ou mau, ficará com cada um de nós e a avaliação será feita dentro de muito pouco tempo, quando houver eleições. O eleitorado dirá se este executivo municipal merece ou não a confiança dos eleitores do concelho de Leiria e, nessa altura, se decidirá se o modelo é bom ou mau, se as pessoas que cá têm estado e as que se candidatam são boas ou más.

O que acho é que, a esta hora, vale a pena discutir o essencial, que é abrir ou não o novo procedimento concursal.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

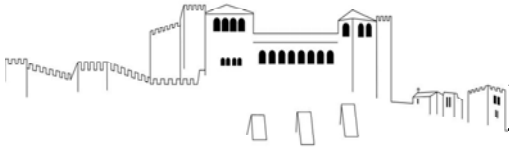
O senhor Vice-Presidente da Câmara pretende acrescentar mais algum esclarecimento? Não.

Vamos passar à votação do ponto número cinco: *“DESIGNAÇÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA EFEITOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU; PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DO JÚRI DE RECRUTAMENTO TENDO EM VISTA O PROVIMENTO DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU”.*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, delibera por maioria, com sete abstenções e dezoito votos contra, aprovar a designação, em regime de substituição, de titular de cargo de direção superior de 1.º grau; a abertura de procedimento concursal para efeitos de recrutamento e seleção tendo em vista o provimento de titular de cargo de direção superior de 1.º grau e a proposta de designação do júri de recrutamento tendo em vista o provimento de titular de cargo de direção superior de 1.º grau.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Alguém pretende fazer declaração de voto? Não.

Passamos ao ponto número seis.

**6. PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE SANT'ANA - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor Vice-Presidente da Câmara, para apresentar.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

São mudanças relativamente ao horário.

Pretende-se alargar o horário de estacionamento para as 24 horas e atualizar os limites da área urbana.

Isto permitirá, desta forma, determinar a possibilidade de atribuição de avenças.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Alguém pretende intervir? Não.

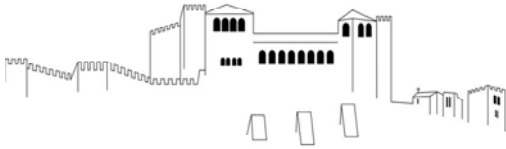
Vamos passar à votação do ponto número seis: *"PROJETO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE SANT'ANA"*.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?





**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por maioria, com cinco abstenções, aprovar o projeto de alterações ao Regulamento Municipal do parque de estacionamento do Mercado de Sant'ana.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ponto número sete.

**7. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO SISTEMA ADUTOR DA MATA DO URSO – SETOR SUL – TROÇO I, EM LEIRIA - Apreciação, discussão e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor Vice-Presidente pretende intervir? Não.

Alguém pretende inscrever-se?

Senhor deputado Carlos Guerra.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Não há nenhuma razão para que no nosso concelho, com a existência dos SMAS e as fontes e reservas de água que possuímos, tenha sido entregue parte do sistema da água a uma empresa de Coimbra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

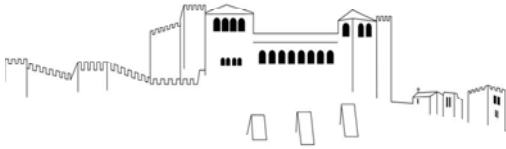
Senhor deputado, peço-lhe desculpa por interromper mas posicione melhor o microfone para que possa ser ouvido pois os senhores deputados estão a chamar a atenção de que não o conseguem ouvir.

Muito obrigado.

**DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Empresa de Coimbra que aqui, no nosso território, capta a água e a vende ao Município.

Empresa que foi criada para amputar aos municípios o sistema da água, com o fito de depois privatizar o sistema - que é o que está a suceder - e com a agravante de colocar os interesses e recursos hídricos de Leiria na alçada de outros.



Somos frontalmente contra este hipotecar do futuro de Leiria, esta alienação dos nossos recursos.

Só podemos votar contra e lamentar que o PS seja um dos responsáveis por tudo isto.

Votaríamos a favor se a obra fosse da responsabilidade dos SMAS.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Não há mais inscrições.

O senhor Vice-Presidente pretende responder? Não.

Passamos à votação do ponto número sete: *"PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO SISTEMA ADUTOR DA MATA DO URSO – SETOR SUL – TROÇO I, EM LEIRIA"*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, par efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada, delibera por maioria, com três votos contra e três abstenções, aprovar o pedido de declaração de utilidade pública – reconhecimento de interesse público do sistema adutor da Mata do Urso – setor sul – troço I, em Leiria.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Alguém pretende fazer declaração de voto?

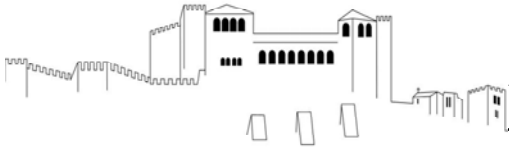
Senhor deputado Domingos Carvalho.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Apenas para que fique registado em ata que a minha abstenção se deveu à minha incapacidade de preparar o ponto e, portanto, não tinha condições para votar noutro sentido.

Muito obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Duarte.

**DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS-PP)**

Carlos Duarte, CDS.

Consistentemente com a minha votação e o meu apelo, de há um ano atrás, sobre a privatização da água, votei contra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Ponto número oito.

**8. O AMBIENTE EM LEIRIA. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Peço ao PSD para o apresentar.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

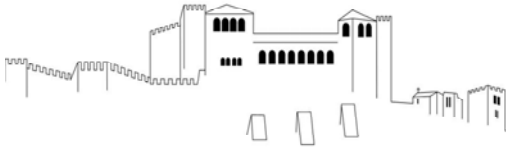
Senhor Presidente, propusemos abordar – nesta Assembleia Municipal – o tema *ambiente* que, de tão amplo, permitiria absorver variadíssimos assuntos, desde o património natural ao património cultural (e algum já foi referido), da paisagem urbana à paisagem rural, da água aos resíduos, da saúde e da educação, etc., todos a necessitar de urgente atenção, que este executivo não tem sabido lhes dar. O tempo não nos termite tratar de todos e, por isso, concentraremos a nossa atenção sobre dois assuntos concretos - que me permito apenas enumerar -, deixando para outros da bancada a seguir dissecá-los.

Em primeiro lugar, a gestão da água.

Em segundo lugar, a gestão dos resíduos.

Esperamos, nesta Assembleia Municipal, dar e receber contributos e ouvir do executivo algo que nos faça esquecer o profundo silêncio sobre estes dois assuntos.

Em relação à água, importa retomar o tema da última Assembleia Municipal, em que interpelamos o senhor Presidente da Câmara, com evidências de má gestão – quiçá danosa – pelo conjunto de irregularidades (se não mesmo ilegalidades) das contas e a cujas questões não nos foi dada resposta que, apesar de tudo, ainda esperamos.



Em relação à gestão dos resíduos, queremos questionar a fundamentação da proposta de não adjudicação e a revogação da decisão de contratar, no âmbito do concurso público internacional n.º 4/2012.

Na reunião da Câmara em que este foi discutido, os vereadores do PSD manifestaram as suas fortes dúvidas sobre a figura jurídica utilizada: protocolo no âmbito da contratação pública de uma prestação de serviços, bem como da fundamentação utilizada - exigência imperiosa de interesse público -, para justificar a assinatura efetuada em 11 de abril de 2013, do protocolo celebrado entre o Município de Leiria e a empresa Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Acresce que, em nossa opinião, o Presidente não tem competência para assinar este protocolo.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados.

Peço agora a vossa atenção para o que vos têm a dizer sobre cada um destes assuntos, sucessivamente, os deputados da bancada do PSD.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Quem pretende inscrever-se?

A bancada do PSD tem dez minutos para apresentar o ponto e pode fazê-lo quem quiser.

Senhor deputado Carlos Conceição.

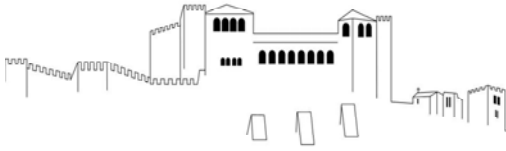
**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Temos afirmado que a Câmara Municipal de Leiria não tem fio condutor para nenhuma área e gere consoante o vento.

Hoje, o grupo parlamentar do PSD, quer abordar as temáticas ligadas ao ambiente, como a questão dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento e a questão da recolha dos resíduos sólidos.

Já aqui citámos que o concurso público internacional para aquisição dos serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos, lançado em 14 Agosto de 2012, foi um verdadeiro aterro. Isto é, deixou-nos a todos aterrados e soterrados em dúvidas. No nosso entendimento, o contrato em vigor tinha o seu fim anunciado em 17 de maio de 2013, e não tinha quaisquer possibilidades de novas prorrogações.



Era, aliás, também esse o entendimento inicial da Câmara Municipal de Leiria, pois lançou um novo concurso público internacional, precisamente para um novo contrato. Como também afirmámos, estas datas não constituíam surpresa, muito menos para o Presidente da Câmara e restante vereação executiva, de maioria socialista.

Além do tempo gasto a brincar aos concursos - sete meses -, este concurso público registou várias reclamações de empresas que nele participaram, pela existência de graves erros e outras omissões, erros que levaram o júri do dito concurso a declarar vários resultados e, por fim, propor a não adjudicação.

Não queremos opinar acerca da qualidade do júri ou mesmo acerca da qualidade do caderno de encargos elaborado.

Sabemos sim que sempre que os deputados do PSD pediram informações acerca deste tema, foram negadas, pois a Câmara tratou sempre este tema de forma escondida, pouco clara e muito atabalhoada, como se pode comprovar pelo resultado final.

Também, quer em reunião de Câmara quer nesta Assembleia, o PSD manifestou as suas fortes dúvidas sobre a figura jurídica utilizada para dar a volta a uma trapalhada exclusiva da Câmara Municipal (um protocolo) e, porque assumiu a responsabilidade de tal feito o senhor Presidente da Câmara.

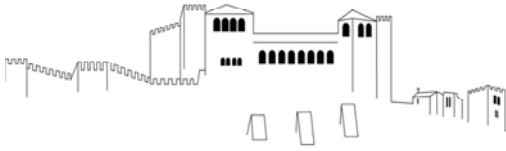
De um concurso público internacional a um protocolo vai uma distância muito grande.

A aplicabilidade da fundamentação utilizada – exigência imperiosa de interesse público - para justificar o protocolo de abril de 2013, é esguia, dúbia e de todo estapafúrdia.

Por um lado, existia tempo, muito tempo, para a Câmara fazer bem feito um concurso público internacional. Mas falhando esse - fruto das asneiras crónicas a que estamos já habituados -, poderia avançar para procedimento de ajuste direto, convidando várias empresas, coisa que não fez.

Além disso, como referimos, não se verificou qualquer condição excecional (como catástrofe natural ou incêndio, por exemplo) que impusesse a figura utilizada.

Acresce ainda que este processo todo deveria ter visto prévio do Tribunal de Contas, em virtude dos enormes montantes em causa, coisa que a bem do rigor, da transparência e da boa gestão da coisa pública, não aconteceu.



Fica claro que um protocolo não é a figura apropriada (nem está, aliás, prevista no Código de Contratação Pública), fica claro que não há justificação para a urgência invocada para o despacho do Presidente, pois a responsabilidade dos lapsos e dos atrasos é imputável diretamente ao Município e, pelo referido, viola princípios da legalidade, concorrência e transparência.

Parece-nos muito estranho e preocupante que, num concurso desta grandeza - no valor de cerca de 23 milhões de euros -, se verifiquem tantos equívocos, seja ao nível do caderno de encargos, seja nos demais procedimentos concursais.

Nem uma casota do cão se gere desta forma.

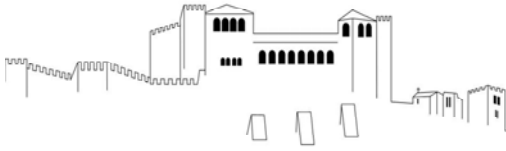
Importa recordar os diversos concorrentes: Pragosa Ambiente, S.A / Ecoambiente, S.A. – com uma proposta no valor de € 20.041.596,17; Luságua – Serviços Ambientais, S.A. – com uma proposta no valor de € 22.424.999,96; Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A. / Ambipombal – Recolha de Resíduos Industriais, S.A. / Valoriza – Servicios Medioambientales, S.A. – com uma proposta no valor de € 22.425.000,00; SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. – com uma proposta no valor de € 23.025.291,01; Recolte – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. – com uma proposta no valor de € 30.974.827,96; FOCSA – Serviços de Saneamento Urbano de Portugal, S.A. – com uma proposta no valor de € 32.482.386,97.

Das seis propostas, aquela que mereceu o protocolo era a quarta mais cara para o nosso Município. Parece moda deste elenco adjudicar sempre os concursos às entidades mais caras. Merece séria reflexão esta forma sistemática de proceder.

Torna-se ainda mais estranho que o protocolo seja celebrado com a mesma empresa que prestava o serviço, que tinha - em concurso - apresentado a quarta proposta mais cara. Parece-nos mesmo um monopólio encapotado, patrocinado e protocolado pelo presidente da câmara municipal de leiria.

Não temos dúvidas que este protocolo viola os requisitos legais impostos pelo Regime da Contratação Pública. As mesmas dúvidas, aliás, sentidas pela vereadora Isabel Gonçalves e pelo vereador António Martinho, que se demarcaram completamente desta decisão solitária do Presidente da Câmara.

Fica claro que nem todas as trapalhadas são iguais. O regulamento dos arrumadores foi uma piada divertida e burlesca, sem nenhum resultado prático, a não fazer-nos rir. Mas um tema com esta relevância, fica claro que a falta de transparência em todo o processo, a falta de cuidado e rigor, que leva à sua



anulação, e o remate com um surreal protocolo, se traduz numa situação irregular e caricata, muito difícil de perceber, pelo menos para mentes simples.

Esta forma de atuação, não dignifica nenhum dos envolvidos e, muito pior, degrada a imagem da nossa cidade.

No primeiro momento, ganhou a Suma. Depois, o primeiro lugar passou para a Luságua e, finalmente (com a exclusão desta), a liderança retornou para a Suma.

Em Abril de 2013 - nesta Assembleia Municipal - senhor Presidente fez um conjunto de informações diversas, que trago aqui mas por uma questão de tempo não irei ler, mas afirmou que há cerca de um ano e meio tinha-lhe sido pedido por um gabinete de advogados, formado por pessoas que estão jubiladas no Tribunal de Contas. Conselheiros que estão (através de um gabinete) a dar apoio a algumas autarquias do país. Fizeram essa análise e propuseram uma determinada tramitação. *“Por um lado, confirmaram que, efetivamente, não podia haver adjudicação porque o concurso não iria ter o visto do Tribunal de Contas.”* Citação do senhor Presidente.

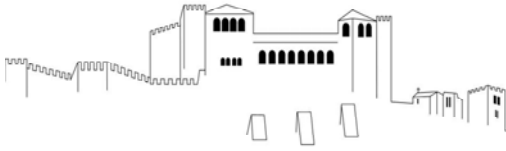
Foi submetido à apreciação da Câmara, para ratificação, o protocolo celebrado com a Suma em 11 de abril, que perante as objeções e dúvidas levantadas quanto à legalidade do mesmo, acabou por retirar a discussão da ratificação do protocolo.

Perante a recusa do executivo camarário em ratificar o mencionado protocolo - na reunião de Câmara de 16 de Abril -, convocou uma reunião extraordinária de Câmara Municipal para o dia 18 de Abril de 2013.

Nessa reunião, o Presidente informou que não pretendia proceder a um ajuste direto por critérios materiais, mas sim proceder novamente à ratificação do protocolo por si outorgado anteriormente. Depois, acabou por retirar o ponto e que assumiria a situação, ao abrigo das suas competências próprias, no quadro legal em vigor.

Mas temos outra questão interessante: a história dos pareceres. O da CCDRC (que considera irregular o prolongamento por mais 5 anos) e os outros pareceres que dizem que sim, mas que provêm um do advogado da Câmara e outros da empresa beneficiada com o protocolo - a Suma - e que surgem, curiosamente, depois do parecer negativo da CCDRC.

Em 5 de junho de 2013 (e estou quase a terminar), o senhor Presidente proferiu despacho onde procede à adjudicação, por ajuste direto, sem qualquer programa de procedimento, sem qualquer caderno de encargos ou compromisso.



É nossa convicção que este tema está completamente à revelia das boas práticas de gestão da coisa pública e ao arrepio das leis e normativos que regem a atividade das autarquias.

Por tudo isto, somos a apresentar uma proposta à Assembleia, com base nos considerandos anteriormente expressos, que este órgão solicite uma auditoria ou inspeção a todo este processo e à decisão final do senhor Presidente, para aclarar da concordância com a legislação em vigor bem como da transparência e legalidade dos demais procedimentos associados.

Esta Assembleia foi eleita para fiscalizar a ação da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deve reportar e aportar toda a informação solicitada em tempo útil e atempado. Infelizmente assim não tem acontecido.

Mas, ainda assim, a missão da Assembleia Municipal continua exatamente a mesma: fiscalizar. Sem medo, sem subserviência seja a quem for, pela defesa intransigente da transparência, do rigor e da boa prática autárquica.

Disse.

Senhor Presidente, apresento-lhe o texto da proposta com os nossos considerandos. Não sei se pretende que leia ou faça chegar à Mesa, porque os considerandos que estão na nossa proposta de constituição, por esta Assembleia...

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Como já esgotou o seu tempo, pode entregar à Mesa.

Obrigado senhor deputado.

Quem pretende inscrever-se?

Senhor deputado Pedro Biscaia.

**DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Muito obrigado.

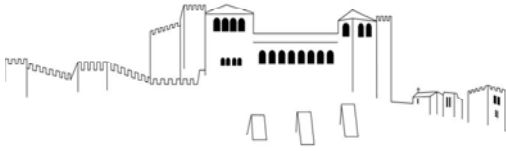
Mais uma vez muito boa noite.

Não há dúvida que o ambiente, se é um tema transversal aos cidadãos de qualquer condição já que é da sobrevivência de todos nós e da espécie em última instância, de que se estará a falar, mas também da qualidade de vida diária de todos nós.

No entanto, como sabemos e penso que é isso que está a ser aqui mais enfatizado, é que o ambiente é também ou está a ser cada vez mais um campo de negócio e uma indústria com grandes interesses em jogo.

Convém dizer que em Leiria as questões ambientais são um grave problema, transversal a todo o Município há muito tempo e há muito tempo que o diagnóstico





está feito. Recordo-me (não sei precisar há quantos anos) do lançamento, pela então senhora vereadora Neuza Magalhães, da estratégia *Agenda 21*, que salvo melhor opinião, sem que daí se tenham concretizado - de modo visível - passos de desenvolvimento de um plano consensualizado, salvo o encerramento dos ferros-velhos e sucateiras, pelo menos em locais onde se tinham perpetuado.

Tirando isso, daquilo que foi diagnosticado nessa altura, não consigo observar que tenha havido passos decisivos. Ou seja, se há uma consensualização quanto aos objetivos, a divergência está a adensar-se em relação à gestão e à gestão económica de uma indústria e não propriamente do ambiente.

Portanto, na intervenção que me antecedeu o que está, de facto, em jogo é a questão da gestão da indústria do ambiente e não propriamente a questão ambiental.

Não estou a discordar que assim seja mas quando a vi agendado por parte do PSD, pensei que pudéssemos estar também a falar de uma política ambiental que fosse mais transversal. Não estou a falar de passarinhos ou de florzinhas. Estou a falar de coisas concretas e que mexem com a nossa vida.

Entendo que estas questões, de uma forma séria (como me parece que estamos todos interessados) e porque, volto a dizer, é da nossa sobrevivência que estamos a falar, que devem ser escrutinadas, esclarecidas e devidamente justificadas nas várias opções.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais inscrições.

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara para, querendo, pronunciar-se sobre este tema.

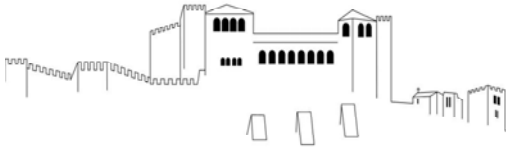
O PSD encerrará o ponto e antes deverá ser lida a proposta.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Vou apenas tecer algumas considerações sobre este tema.

O assunto do ambiente é, de facto, transversal e é um assunto muito importante para o concelho.

Pretendia falar do tema a nível mais estratégico, com vários assuntos a abordar, sendo que um deles (inclusivamente) teve hoje uma evolução muito importante: a assinatura do protocolo entre várias entidades no que diz respeito à bacia



hidrográfica do Lis, nomeadamente por causa do problema das suiniculturas (que poderia ser um tema a abordar), ou outras situações relacionadas com o saneamento básico e a sua evolução.

Trazia algumas informações neste âmbito mas já percebi que o tema do agendamento é sobretudo esta questão do lixo. Compreende-se porquê. Estamos a poucos meses das eleições e este é um tema apetecível para tirar todo o aproveitamento político daquilo que foi este procedimento.

Relativamente a fiscalizações, análises e queixas. Como disse, compete à Assembleia fazê-lo e está no seu legítimo direito. Nada teremos a opor. Estamos de consciência tranquila no que diz respeito à defesa do interesse público e naquilo que achamos fundamental, que era a manutenção e a normalidade da prestação do serviço de recolha e tratamento dos lixos.

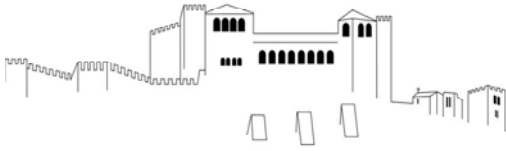
Achamos também que esteve a investigar, a analisar e a fiscalizar tudo e temos muita coisa que deviam ter fiscalizado com mais profundidade. Não interessa estar aqui a lembrar coisas do passado, como é o exemplo do gerador ou da ponte do Euro 2004, que podiam também ter sido objeto de investigação.

Mas pegando só no exemplo do lixo, há uma dúvida e vou repetir o que disse na intervenção original.

Se o contrato renova de cinco em cinco anos, porque é que a Câmara nunca conseguiu renegociar ou provocar uma negociação, provocando também consultas ao mercado, para saber se o preço que estava a pagar estava acima da média daquilo que se estava a praticar? Essa é uma dúvida que tenho e que também devia ser fiscalizada. Porque há cinco anos atrás foi celebrado um protocolo.

E agora início a explicação porque, no fundo, existe aqui dois temas fundamentais: a temática do concurso, a temática do acordo e o que resulta da decisão que respeita à continuidade e a vigência do acordo celebrado em 1993.

Acho que era importante, relativamente ao concurso, dizer que ele foi aprovado em reunião de Câmara e mereceu elogios do PSD, ao contrário do que foi aqui afirmado. O PSD elogiou os serviços técnicos dos serviços do ambiente na sua preparação. O concurso foi lançado. É um concurso que obriga a uma preparação cuidada. Nunca antes tinha sido feito, na Câmara. Não se esqueçam que celebrou-se um contrato em 1993 e desde aí nunca se tinha ido ao mercado. Sabíamos que era um concurso de alto risco pois há pouco know how relativamente a este tipo de concurso e importa referir que havia competência – dentro da Câmara – para fazê-



lo. Foi criada uma equipa multidisciplinar para o preparar, foi lançado e aprovado em reunião de Câmara no dia 14 de agosto; as propostas foram entregues em outubro de 2012, concorrendo várias empresas (que já aqui foram referidas) e houve classificações - ao longo deste processo – que variaram, tendo em conta o primeiro relatório, as reclamações das empresas e a aceitação de algumas dessas reclamações mudou alguma classificação.

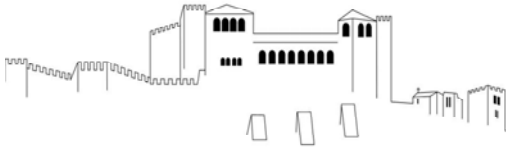
Só para vos dar um exemplo. Uma empresa que já foi referida – a Luságua – foi excluída por o seu preço ser anormalmente baixo por quatro cêntimos e não apresentou justificação para tal, como é exigido pelo CCP. É uma decisão (podem dizer) caricata mas tínhamos informação, do ponto de vista jurídico, que aquela proposta tinha todo o cabimento depois de ter sido reclamada pelos concorrentes que se sentiram lesados pelo facto da Luságua, num segundo relatório, ter passado à frente. Era uma reclamação perfeitamente legítima para quem a colocou, por parte das restantes empresas concorrentes. Isso mudou novamente a classificação. Isto para dizer que não foi por causa da questão das classificações que o concurso foi abaixo. O concurso foi abaixo por um simples motivo: estava ferido de legalidade desde o início e só se apercebe dessa situação quando se cria jurisprudência muito em cima e no decorrer do concurso.

E porquê?

Fazia parte, como integrante da proposta das empresas, a sua proposta em termos de preço mas também as certificações da própria empresa, isto é, se tinha ou não capacidade para desempenhar as funções pelos consórcios das empresas.

Aquilo que hoje é afirmado e constitui jurisprudência é que estas certificações não podem ser um fator da proposta mas são sim fatores da prévia qualificação das empresas, para poderem apresentar o seu orçamento e a sua proposta. Nós estávamos a considera-la como fator e critério de decisão e isso – foi informalmente consultado o Tribunal de Contas – foi-nos informado (como chamada de atenção) de que não poderíamos adjudicar porque havia um erro de vício no que diz respeito ao programa de concurso e ao caderno de encargos.

Por outro lado, havia um outro problema. Na proposta já estávamos a exigir aos concorrentes que apresentassem o respetivo alvará. Também nesse aspeto não é obrigatório. Só é necessário apresentar o alvará na última fase de adjudicação, ou seja, a quem é adjudicado é que apresenta o alvará. Foram essas exigências que constavam no programa de concurso que deitou o concurso abaixo.



Perante essa situação, que era, de facto, uma saída para uma contratação para dez anos, tivemos que retomar novamente ao contrato que estava em vigor. Como digo, o contrato começou em 17 de maio de 1993 - Limpeza, recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos – que, na sua vigência, dizia o seguinte:

*“O presente contrato é válido por cinco anos, renovável tacitamente por iguais períodos até ao limite máximo de vinte anos”.*

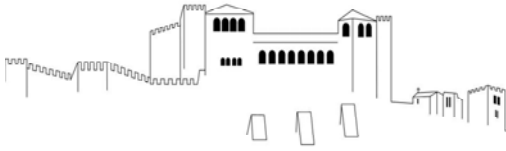
A dúvida que se prende aqui é a da interpretação desta vigência, ou seja, se os vinte anos é o limite máximo da prorrogação (cinco anos do contrato e depois mais vinte anos de prorrogação) ou se, efetivamente, os vinte anos eram o contrato todo.

A interpretação que eu próprio fiz da leitura – porque aquela vírgula implica uma pausa, implica uma separação clara -, foi em termos meramente de português pois não sou jurista. A interpretação que se tem, e que esta empresa nos alertou, a partir do momento em que temos que pegar no contrato de origem - para encontrar soluções para que haja recolha do lixo em Leiria no dia 18 de maio -, a empresa encontra esta solução e, antes disso, tinha efetivamente proposto outra saída - que era a questão do protocolo -, mas essa deixou de fazer sentido uma vez que a própria empresa nos veio dizer que este não é preciso. O protocolo de que falou foi revogado, não existe, desapareceu. O que existe efetivamente é o contrato original, o acordo original de 1993, com a possibilidade de mais cinco anos, dando a abertura a esta interpretação da vigência do contrato.

A partir deste momento, o que o senhor Presidente fez foi confirmar junto dos serviços jurídicos e, inclusivamente, junto da CCDR, a qual dá um parecer de três linhas e sem fundamentação legal. É um parecer curto, conciso, mas que não explica aprofundadamente, como outros pareceres que temos e vão todos no sentido de que efetivamente os vinte anos é para o período correspondente às renovações.

Perante este cenário, tínhamos um contrato em vigor. Tínhamos o lixo recolhido e não tínhamos que nos preocupar com aquilo que estava efetivamente na ordem do dia: a necessidade de termos uma empresa para assegurar este serviço.

O que tínhamos de fazer era entrar novamente em contacto com a empresa e dizer-lhe que nós sabemos – porque tivemos um concurso público há pouco tempo – que os preços que os senhores estão a praticar estão acima daquilo que nos



estavam a oferecer e que informem a Câmara se, de facto, têm o entendimento de que o está em vigor está ou não a vigorar e se há a possibilidade de baixar o preço. Informam-nos que o contrato está em vigor e estão disponíveis a fazer uma redução de 10% ao preço praticado, referente a maio de 2013. Essa redução de 10% coloca o preço da recolha do lixo – por tonelada – igual ao preço de há cinco anos atrás.

É por isso que o senhor Presidente diz que com esta negociação vai conseguir-se poupar seiscentos mil euros por ano.

É por isso que eu afirmo que se há cinco anos atrás se tivesse feito esse mesmo esforço de negociação, durante estes cinco anos que passaram, teríamos poupado três milhões de euros.

Isso também tem que ser investigado. Isso também tem que ser fiscalizado.

Tudo isto para dizer que a nossa preocupação, e acompanhei-a de perto, porque era das situações que colocava o concelho numa situação terceiro-mundista se, de facto, naquele mês de maio não tivéssemos uma empresa para prestar os serviços.

Esta abertura sobre a vigência do contrato, com as interpretações que nos são dadas por juristas (que consideramos válidas), dá-nos segurança e a tranquilidade que vos transmiti no início.

Por isso, temos esta perceção de que – efetivamente – o contrato de 1993 está em vigor durante mais cinco anos, terminando em 2018.

Perante isto, claro que o fundamental e o essencial – nós, políticos, estamos interessados no interesse público do Município – é que o serviço seja assegurado e prestado ao mais baixo preço. O que vos posso garantir é que o serviço está a ser prestado, como é de todos conhecido e sabido pois o lixo à porta das nossas casas está a ser recolhido. O preço que estamos a praticar é, efetivamente, inferior ao praticado em anos anteriores.

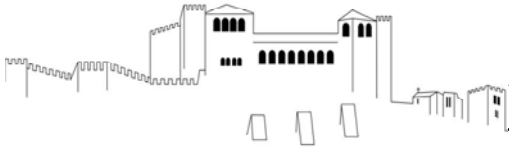
Perante isto, acho que tentei explicar sucintamente a questão do lixo, deixando os outros assuntos sobre o ambiente para eventuais esclarecimentos que queiram pedir.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor Vice-Presidente, muito obrigado.

O PSD tem cinco minutos para encerrar o tema. Tenho a proposta apresentada à Mesa e pergunto se pretende alterar alguma coisa, em face das explicações dadas.

O senhor deputado Carlos Conceição irá ler a proposta.



## **DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Estamos ainda na apresentação do ponto.

O senhor Vice-Presidente não respondeu às questões que lançámos.

Não há poupança nenhuma e vou dizer-vos porquê.

Tendo a empresa toda a sua capacidade instalada no terreno, com todos os equipamentos já mais que pagos, um desconto de 10% pode ser uma poupança face àquilo que o Município estava a pagar antes, mas não é – de todo – uma boa negociação. Não é. Considerar isto uma boa negociação, de uma infraestrutura que está no terreno há tantos anos, que já está mais que paga, amortizada e mais que abatida. Desculpem lá! Não é uma boa negociação e não é uma negociação clara porque nós estamos aqui a discutir coisas que são sérias e que têm implicações muito fortes. Sobre aquilo que nós deixámos aqui no ar, não obtivemos resposta.

Passo a ler a proposta.

*“Proposta para auditoria ao concurso público internacional.*

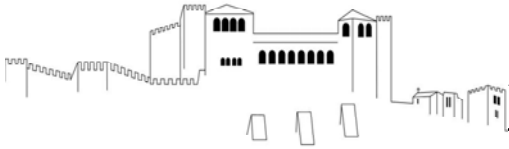
*Considerando a existência de factos diversos e de decisões do órgão autárquico Presidente da Câmara Municipal de Leiria, que exorbitam as suas competências próprias, como são manifestamente violadores do disposto na Lei das Autarquias Locais, do Código da Contratação Pública e da Lei dos Compromissos;*

*Considerando que o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou à reunião de Câmara uma proposta referindo claramente que «O contrato em questão tinha a validade de cinco anos, com possibilidade de renovação até ao limite máximo de 20 anos, ou seja, até 17 de maio de 2013», e não era passível de novo prolongamento;*

*Considerando que tal proposta foi aprovada, por maioria, tendo sido deliberado submeter à Assembleia Municipal para efeitos de prévia autorização nos termos do disposto nos n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a proposta de abertura do referido concurso;*

*Considerando que a Assembleia Municipal de Leiria autorizou, em 30 de junho de 2012, a abertura do referido procedimento, tendo em reunião da Câmara Municipal de 14 de agosto de 2012, sido deliberada a autorização da realização da despesa, aprovadas as peças do procedimento e a abertura do procedimento;*

*Considerando que com este procedimento, pretendia o senhor Presidente da Câmara Municipal e a Câmara Municipal fazer face à necessidade que se verificaria*



*após a extinção do contrato celebrado em 17 de maio de 1993 e que, reconhecidamente, terminaria em 17 de maio de 2013;*

*Considerando a participação de diversas respostas de várias empresas a este concurso internacional, resultando daí o entendimento entre todos os concorrentes acerca do final do contrato e da necessidade de novo contrato por esta via concursal durante o qual exerceram ações diversas;*

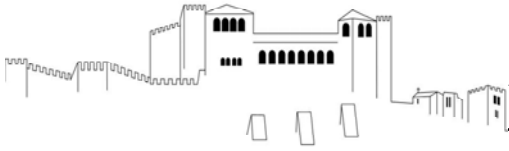
*Considerando que após a audição destes interessados, não existe ainda resposta do júri aos concorrentes e que foi dada indicação para não adjudicação a nenhum dos concorrentes, ainda antes da elaboração do relatório final;*

*Considerando que o senhor Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município e sem se encontrar previamente mandatado para o efeito, acordou com a referida SUMA, S.A. renovar o contrato celebrado em 17 de maio de 1993 e sucessivamente renovado (bem como os respetivos aditamentos), «até à celebração do contrato que viesse a resultar do procedimento de concurso público em preparação, ou pelo período de um ano a contar do dia 17 de maio de 2012, consoante o que ocorresse mais cedo»;*

*Considerando, perante as objeções e dúvidas quanto à sua legalidade levantadas pelos vereadores da Câmara Municipal (quer dos eleitos pelas listas do PSD, quer pelos eleitos pela lista do CDS/PP e do próprio PS), o senhor Presidente da Câmara Municipal, acabou por retirar a discussão da ratificação do protocolo sem serem prestados esclarecimentos cabais a estes procedimentos;*

*Considerando a recusa, perante o executivo Camarário, em ratificar o mencionado protocolo na reunião de Câmara de 16 de abril, o senhor Presidente da Câmara Municipal convocou uma reunião extraordinária de Câmara Municipal para o dia 18 de abril de 2013, cujo primeiro ponto da ordem de trabalhos era a discussão sobre a «Abertura de um procedimento concursal para aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos e prestação dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria. Ajuste direto ao abrigo de critérios materiais. Autorização da realização da despesa, aprovação das peças do procedimento e abertura do procedimento»;*

*Considerando que, ao contrário do que o ponto da ordem de trabalhos indicava, durante a discussão daquele ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não pretendia proceder a um ajuste direto por critérios materiais,*



*como anteriormente dito, mas sim, novamente, à ratificação do protocolo por si outorgado em 11 de abril de 2013;*

*Considerando que a Câmara Municipal não aprovaria a ratificação do protocolo, e não obstante considerar que poderia proceder «à abertura de um procedimento concursal por ajuste direto» para resolver a questão, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que «o assunto era retirado e que assumiria a situação, ou seja, aprovaria e assinaria o protocolo, ao abrigo das suas competências próprias, no quadro legal em vigor», cito;*

*Considerando que, após recusa de ratificação pela Câmara Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, ao contrário do que tinha afirmado, não manteve o protocolo por si assinado em 11 de abril de 2013 e também não procedeu à abertura de um procedimento concursal para ajuste direto, como admitido como solução pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, na reunião extraordinária de Câmara Municipal de 18 de abril;*

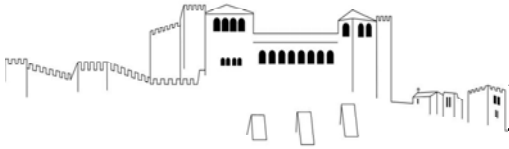
*Considerando a existência de quatro pareceres jurídicos acerca deste tema, ignorando claramente o parecer da CCDR;*

*Considerando que o senhor Presidente da Câmara Municipal desrespeitou a deliberação da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2012, usurpando uma competência da mesma Assembleia, ao autorizar a realização de despesa que se repercute em exercícios posteriores àquele em que é contraída – assim violando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho - e que violou ainda o disposto no artigo 168.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, ao autorizar a realização de despesa em valor superior àquele para que lhe assiste competência, desta forma usurpando uma competência da Câmara Municipal, prevista no artigo 64.º da referida Lei;*

*Considerando ainda que o senhor Presidente da Câmara Municipal violou toda a parte II do Código dos Contratos Públicos, bem como a Lei dos Compromissos, ao autorizar despesa sem o prévio compromisso, bem como as normas de execução orçamental do Município de Leiria;*

*Considerando que procedeu a um ajuste direto ilegal, o senhor Presidente da Câmara gerou, para o Município de Leiria, uma despesa previsível de €12.722.705,65 (doze milhões, setecentos e vinte e dois mil, setecentos e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos), para os próximos cinco anos – considerando a*





*estimativa anual de € 2.544.541,13, aventada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal;*

*Tendo como base estes considerandos, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a esta Assembleia uma proposta de auditoria ou inspeção ao concurso internacional para a recolha e transportes de resíduos sólidos.*

*Leiria, 28 de junho de 2013”.*

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Vamos votar a proposta.

Não esgotou os cinco minutos?

A proposta estava implícita na primeira intervenção. Consta tudo o que estava na primeira intervenção mas se a quiserem discutir estaremos aqui até às três ou quatro da manhã. Não há problema nenhum.

Alguém pretende discutir a proposta?

Senhor deputado Vitor Lourenço, faça favor.

Chamo a atenção de que é completamente irregular pois o senhor Vice-Presidente fala antes do encerramento do ponto e não a meio.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

Peço desculpa da minha interpretação (e não é só minha) mas quando é apresentada uma proposta há um espaço de tempo para a discutir e para a apreciar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Ninguém se inscreveu, senhor deputado.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Inscrevi-me eu. Não posso?

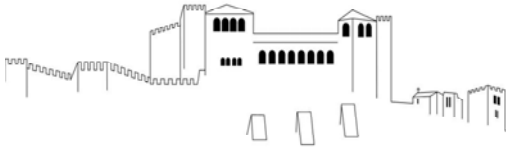
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

O senhor deputado inscreveu-se agora, depois da intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara.

**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Mas só podemos inscrever-nos depois de a proposta ser lida.

De qualquer maneira, não venho responder aos requisitos da proposta porque ela é objetiva e clara. Apenas porque se trata deste ponto e há uma questão que não foi dita por ninguém e convém que se diga.



O senhor Vice-Presidente fez aqui uma explanação, aduzindo os argumentos que encontra serem os argumentos válidos para a defesa deste processo.

Assiste-nos o direito de não concordar. Estamos aqui por isso mesmo.

Queria apenas lembrar uma questão. Já hoje aqui aprovámos a anulação ou a revogação de um contrato-programa porque é uma competência da Assembleia Municipal o de aprovar esses contratos-programa, assim como é da competência da Assembleia a sua anulação.

Foi da competência da Assembleia Municipal a aprovação do concurso, em junho de 2012 (há um ano). É da competência da Assembleia Municipal trazer aqui a sua revogação e ela não veio cá. Esta é a primeira anomalia grave que é cometida neste processo.

Nós, eleitos da Assembleia Municipal que aqui estamos, aprovámos aquele concurso. A Câmara decide anulá-lo e não nos *liga patavina*, em termos populares e desculpem-me a expressão! Não pode ser! É um desrespeito total por esta Assembleia, com este tipo de procedimentos. Já não é a primeira vez mas esta é muito grave, para todos nós! Fomos eleitos para exercer as nossas competências e não para que alguém usurpe as competências que nos pertencem.

Dentro desta questão, gostaria de fazer apenas mais um comentário.

De certeza que se há cinco ou dez anos tivesse sido feita a intervenção sobre este processo, o concurso anterior teria que ser anulado, e de certeza que a Câmara que estava em funções na altura não faria um protocolo para o renovar. Faria um concurso público.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

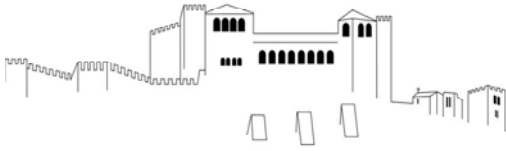
Voltamos atrás. Mais alguma inscrição?

Senhor deputado José Manuel Silva.

**DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)**

Eu acho que todos os deputados municipais podem tomar aqui as posições que entendem e os grupos partidários podem aproveitar esta ocasião para fazer a sua campanha. É legítimo que assim seja.

Não posso, no entanto, deixar passar em claro esta situação sem manifestar a minha surpresa – para não dizer outra coisa pior – relativamente à forma como este assunto está a ser tratado pela bancada do PSD.



Toda a gente sabe que os eleitos locais estão submetidos a um regime rigorosíssimo de escrutínio público, administrativo e político. Certamente que o senhor Presidente da Câmara não está fora do seu juízo, para se expor de uma forma absolutamente despropositada a qualquer sanção que ninguém prevê.

Peço desculpa por dizer (mas é o que acho) a forma como este processo está aqui a ser tratado pelo PSD é má-fé relativamente à conduta do senhor Presidente da Câmara e do executivo camarário.

É bom que as coisas não se coloquem desta maneira.

Naturalmente que vossas excelências poderão fazer o que entenderem, mas quero deixar aqui manifesta a minha confiança no senhor Presidente da Câmara que, aliás, tem tido uma tarefa ingrátíssima para procurar pôr ordem nas contas da autarquia e é agora aqui vilipendiado como se fosse mau gestor, mau administrador, que é uma coisa que ninguém lhe reconhece. É necessário salvaguardar aqui a idoneidade política e cívica do senhor Presidente da Câmara.

Vossas excelências dirão o que entenderem e procederão como entenderem mas, do nosso ponto de vista, fica aqui – em nome do Partido Socialista – lavrado o nosso protesto face à forma como este assunto está a ser tratado, à forma como estão a enxovalhar o nome do senhor Presidente da Câmara, a pôr em causa a sua idoneidade moral e cívica.

E isso não aceitamos!

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Vamos então fazer um ponto de ordem.

Tenho inscrito o senhor deputado Manuel Antunes, o senhor deputado Domingos Carvalho e o senhor deputado João Cunha.

Após as intervenções, darei novamente a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara e o PSD encerrará, com os cinco minutos regulamentares.

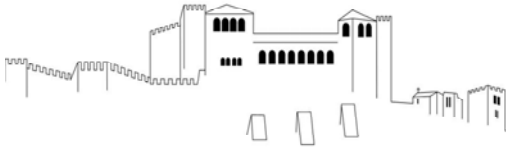
Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Manuel Antunes, PSD.

Senhor Presidente, eu não venho aqui discutir o ponto.

Venho aqui apresentar o protesto da minha bancada contra a forma como foi agora tratada pelo senhor deputado José Manuel Silva.



Nós estamos a exercer o direito que compete à Assembleia: fiscalizar o executivo e as suas ações.

Pode não ser o entendimento da bancada da maioria, mas nós entendemos que este processo está cheio de incorreções e eventualmente até ilegalidades. Pusemo-lo claro!

Isso não é vilipendiar!

Isso não é enxovalhar o senhor Presidente da Câmara!

Se cada vez que nós dissermos qualquer coisa que possa parecer contrário às ações do senhor Presidente da Câmara ou o questionarmos, isso seja considerado vilipendiar ou enxovalhar o seu nome, então não temos lugar aqui! Não temos lugar e esta Assembleia não tem nenhuma justificação!

Nós estamos aqui exatamente para aprovar ou não as ações da Câmara e é isso que vimos cá fazer em todas as sessões.

A maior parte dos pontos que são discutidos numa Assembleia são pontos indicados pelo executivo da Câmara, para que nós os discutamos. Na maior parte dos casos, para que os aprovemos, os votemos, aprovando-os ou não. Naturalmente que não estamos mudos. Apresentam-nos os pontos e nós dizemos se aprovamos ou não e vamos embora. Assim seria muito fácil porque as sessões, em vez de durarem cinco horas, durariam apenas dez ou quinze minutos. Com dois ou três minutos para votação de cada ponto.

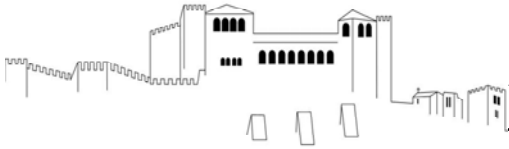
Estamos aqui para discutir, não podemos ser cortados na nossa liberdade!

Já não é a primeira vez que nos fazem isto e nós nunca o fizemos em relação à bancada do PS. Nunca o fizemos! Nunca classificámos as atitudes da bancada do PS. Mais, se quiséssemos – e agora tenho que responder – dizer que isto era campanha eleitoral, então o que é que se passou em relação a tantas intervenções já hoje realizadas por deputados do PS?

Isto não é aceitável e pedimos ao senhor Presidente da Assembleia que não aceite este tipo alegações.

E volto a dizer que não é aceitável – senhor Presidente – que uma bancada acuse a outra de má-fé! Estamos aqui, em princípio, todos de boa-fé.

Isso é um insulto e os insultos não são permitidos dentro das sessões da Assembleia.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

Peço aos senhores deputados que façam silêncio.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Efetivamente, o que motivou esta minha intervenção foi a intervenção do senhor deputado José Manuel Silva.

Já sou velho e já ando nisto há muitos anos.

Recordo-me, por exemplo, da comissão do gerador. Foi uma comissão que fez um trabalho sobre uma matéria que foi considerada - pela Assembleia Municipal - mal conduzida.

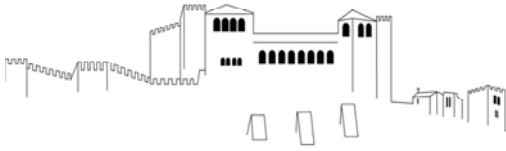
Tentar criar a confusão entre análise de atos políticos com juízos de valor pessoais, não me parece correto nem aceitável, senhor deputado.

Devo dizer que tenho absoluta consideração pessoal pelo senhor Presidente da Câmara, de quem (não sendo amigo íntimo) sou amigo ou pelo menos eu nutro por ele amizade.

Agora, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa e compete-nos estabelecer aqui o que é trigo e o que é joio. Gostaria que ficasse claro, para todos, que se alguma dúvida houvesse de que o assunto não é pacífico - à luz da interpretação e da condução legal do processo -, a explicação dada pelo senhor Vice-Presidente foi perfeitamente elucidativa.

Ninguém sabia se o contrato estava válido ou não, se era prorrogável ou não e a questão foi aqui devidamente elucidada. Se ela foi elucidada, se é eventualmente o maior contrato público efetuado pela Câmara Municipal de Leiria, embora me suscite uma dúvida a proposta apresentada pelo PSD porque não me parece claro o método. Falava numa auditoria e nem sei quem é que vai proceder a essa análise, se a Assembleia Municipal ou quem vai analisar a questão. Tem que ficar definido quem é que vai proceder a essa ação. Agora, peço aos senhores deputados do Partido Socialista que tenham essa consciência.

No passado, eu estava numa Assembleia Municipal com a maioria do PSD (mais maioria do que esta do PS) em que foi votado favoravelmente o chamado *inquérito ao caso gerador*.



Realmente, é para isso que nós fomos eleitos. Convém que tenhamos essa consciência e é inaceitável e só o calor que veio de repente e o 29 de setembro (que está aí à porta) é que pode ter levado o senhor deputado José Manuel Silva a dizer o que disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhores deputados, não entrem em diálogo por favor.

Responderá ao microfone, se quiser defender-se.

Peço ao senhor deputado Domingos Carvalho que termine.

**DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Aqui, comigo, só se discute política.

Se o senhor deputado diz que o vai repetir, vai repetir asneira, o que é grave!

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhores deputados, agradeço o vosso silêncio por favor.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

Meus amigos, estamos numa casa da democracia.

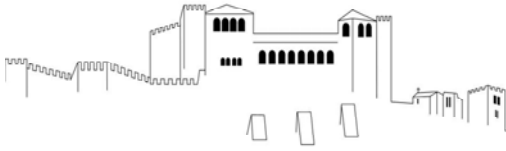
É uma casa de opinião livre, é uma casa em que nós podemos dizer – olhos nos olhos – uns aos outros, aquilo que corresponde às nossas convicções, sejam elas políticas e as que estão ideologicamente (ou não) ancoradas na nossa forma de estar e de pensar a coisa pública.

Aquilo que a bancada do PSD aqui veio fazer foi um ato político.

Quem não percebeu que isto era um ato político, então equivocou-se. Nós estamos aqui para fiscalizar a atividade do órgão intitulado Câmara Municipal de Leiria e o seu Presidente, enquanto ente político. Não fazemos aqui apreciações de caráter pessoal mas sim produção de atos políticos, de acordo com o que a lei prevê e nos possibilita.

E não venham com a estória de que há *virgens ofendidas* neste processo. Não há! O que se está aqui a passar é que a Câmara Municipal de Leiria, sobre esta questão dos lixos, teve mais do que tempo para abordar esta questão e para resolver este problema. Há mais de seis meses que os vereadores do PSD alertaram, no executivo municipal, para o problema em causa.

O que é que aconteceu?



O executivo municipal, presidido pelo senhor Presidente Raul Castro, foi assobiando para o lado e foi deixando passar o tempo. E o tempo foi passando até que chegámos à situação em que andaram a atamancar isto tudo. Nós temos largas dúvidas sobre este atamancar que foi apresentado. A conduta política e procedimental em relação a esta matéria deixa-nos muitas dúvidas porque até o próprio Presidente da Câmara apresentou propostas, retirou propostas e alterou situações.

Percebam que o que estamos a chamar à atenção é uma coisa completamente diferente e que não tem nada a ver com a pessoa do senhor Presidente da Câmara. Caro amigo José Manuel Silva, aqui não há má-fé! Há, claramente, uma atitude política por parte da bancada do PSD, de querer que isto seja fiscalizado, de querer que isto seja auditado.

É por isso que queremos, na nossa proposta, que se faça uma auditoria e uma inspeção, através da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Manuel Silva, faça favor.

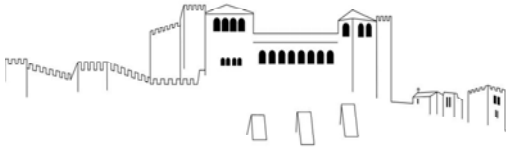
**DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)**

Vamos ver se nos entendemos porque eu - como certamente nenhum dos senhores e das senhoras – não recebo lições de moral dos outros deputados.

Estamos aqui, como já foi dito, no exercício de um direito que nos assiste e cada um de nós diz aquilo que acha que deve dizer, desde que não insulte os outros nem teça juízos de valor sobre o cada um de nós diz.

O que aqui fiz foi um juízo de valor sobre uma posição política, tomada pelo grupo do PSD. Não apontei o senhor deputado A, nem o B e nem o C. Nem venho para aqui dizer que o senhor deputado *tal* devia dizer isto ou aquilo ou se fez asneira ou não. Nem admito que essa questão me seja posta assim porque eu não falto ao respeito a ninguém e não admito que os senhores tomem em relação a mim atitudes dessa natureza.

O que não posso deixar passar é uma coisa que acho que não é acertada nem é legítima do ponto de vista político, que é o facto de cá não estar o senhor Presidente da Câmara. Aliás, nós já sabíamos que seria aqui levantada uma questão desta natureza e está-se a tentar crucificar o senhor Presidente da Câmara. É legítimo que o crucifiquem do ponto de vista político e nós aceitamos



que os senhores entendam que o procedimento não foi legítimo do ponto de vista político.

O que aqui se disse, e foi isso que me levou a reagir, em nome da bancada do PS, foi que o senhor Presidente da Câmara tomou uma decisão ilegal e daí advieram doze milhões de euros (se eu ouvi bem!) de prejuízo para o Município. Isto é inaceitável, do meu ponto de vista, que se coloque nestas condições. Que os senhores queiram que se faça um inquérito, faça-se o inquérito. Crucifiquem politicamente o senhor Presidente da Câmara.

Agora, eu não aceito - eu, José Manuel Silva, deputado municipal - que se levante aqui a suspeição de que o senhor Presidente da Câmara tomou uma decisão ilegal, por razões que desconhecemos pois não sabemos o que anda por aí e que, ainda por cima, trouxe um prejuízo brutal para o Município, quando o senhor Presidente da Câmara (bem ou mal, sempre ou de vez em quando porque ninguém faz tudo bem) tem feito um esforço, ao longo destes quatro anos para tentar sanear as contas do Município.

Também é inaceitável que se venha aqui confundir a questão do gerador. Não vou entrar em pormenores porque não quero *mexer em porcaria* pois quanto mais se o faz pior é e uma coisa nada tem a ver com a outra.

Agradeço que os senhores coloquem a questão do ponto como eu o fiz e o que fiz foi um juízo político.

Não fiz nenhum juízo sobre ninguém em particular.

#### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Francisco.

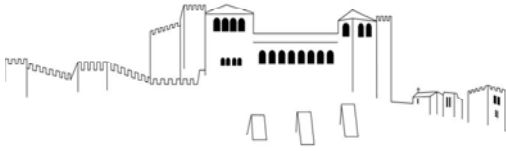
#### **DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)**

José Francisco, CDS-PP.

Não tinha intenção de intervir neste ponto mas perante o *calor* que se foi gerando, não estando cá o senhor Presidente e não duvidando que as coisas tenham sido feitas com a melhor das intenções, parece-me que houve aqui uma certa transfiguração daquilo que eventualmente estaria a ser proposto e daquilo que foi interpretado.

Não me parece que tenha sido feito um juízo de valor ao senhor Presidente da Câmara. Quando muito, ao formalismo da atuação.





Penso que inviabilizar uma proposta de fiscalização pode ser interpretado de uma forma pior que a própria fiscalização.

Sou da opinião de, havendo uma proposta de fiscalização (não havendo nada a esconder nem nada a perder), a pessoa ou o elenco alvo dessa proposta preferirá certamente sujeitar-se à mesma do que ficar na penumbra de ter sido protegido por essa fiscalização ter sido inviabilizada.

Não há nada a esconder e somos de boa-fé. Eu também me engano no meu trabalho. Não sei se alguém se enganou ou não mas prefiro ser esclarecido a ficar na dúvida.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Manuel Antunes para defesa da honra. Faça favor.

**DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)**

Manuel Antunes, PSD.

Venho aqui para defesa da honra da bancada.

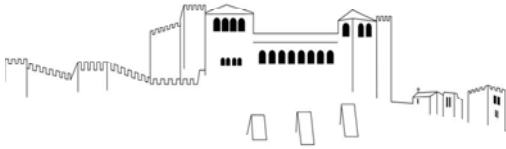
O senhor deputado José Manuel Silva pode intervir quantas vezes quiser.

Veio aqui dizer que não tinha dito aquilo que eu disse que ele tinha dito (está gravado) e logo a seguir lança outra acusação.

Para que fique bem claro, quero dizer que nós não sabíamos se o senhor Presidente da Câmara iria cá estar hoje ou não.

Quando agendámos o ponto – há quinze dias atrás – não o sabíamos, e nem hoje o sabíamos. Portanto, o senhor Presidente da Câmara fez como entendeu e como é legítimo e fez-se representar. Está cá o senhor Vice-Presidente em representação da Câmara. A Assembleia também não pode estar limitada à decisão, por legítima que seja e justificada (não estou a pôr isso em causa), do senhor Presidente da Câmara estar presente ou não porque senão, de cada vez que se agendasse um ponto ou que tivesse um ponto que não fosse do gosto ou que pudesse atingir o senhor Presidente da Câmara, ele pura e simplesmente não comparecia, fazia-se representar e nós não poderíamos discuti-lo.

Não é isso que está em causa, não podemos ser acusados como o fomos (implicitamente) de estarmos a discutir, a enxovalhar e a vexar - como foi dito – o senhor Presidente da Câmara. Não temos absolutamente nada contra a pessoa do senhor Presidente da Câmara.



A presidência, o executivo da Câmara, é um órgão camarário, como a Assembleia Municipal é um órgão municipal que por força da lei está acima do outro e é por isso que estamos aqui a discutir as coisas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor Vice-Presidente da Câmara para usar da palavra, querendo acrescentar algo mais.

Peço-lhe que seja breve.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Sinteticamente, vou apenas abordar a questão da adjudicação e da usurpação.

A Assembleia Municipal nunca adjudicou nada. Não tem competência de adjudicação e estão aqui pessoas que conhecem bem a administração pública.

É a Câmara Municipal que tem competência para adjudicar. Por isso não podemos falar de usurpação porque, efetivamente, a competência é da Câmara. Não pode ser o órgão deliberativo a querer executar e a substituir-se à Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Peço desculpa ao senhor Vice-Presidente e aos senhores deputados por interromper mas penso que o senhor deputado Vitor Lourenço quis referir-se às despesas plurianuais e de haver encargos assumidos por mais de um ano, sem autorização.

O senhor Vice-Presidente responderá como entender. Faça favor.

**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Sobre a questão aqui levantada, sobre se foi ou não um bom negócio.

Segundo o senhor deputado do PSD, foi um mau negócio. Gostaria de saber a sua opinião sobre o negócio que foi feito há cinco anos atrás, e há dez e há quinze anos. Porque a capacidade instalada de que se falou também estava, na altura.

Fez-se zero! Não se fez nada!

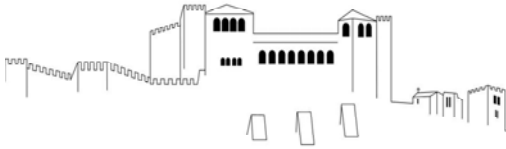
E esse prejuízo, essa maneira de gestão não é fiscalizado?

Não é auditado?

O que é que esteve na origem da não consulta ao mercado?

Porque é que se praticaram preços acima da média?

Disse, e muito bem, que o concurso veio deixar claro os preços do mercado atual. Permitiu-nos negociar o contrato que já estava em vigor e reduzir 10%. É pouco mas é mais do que aquilo que conseguiram há dez anos atrás.



Sobre a questão de fiscalização dos atos. Foram aqui produzidas declarações que não correspondem à verdade.

Em termos de rigor, importa referir o seguinte:

Na intervenção e nos considerandos assentes na proposta do PSD, fala-se de um protocolo. O protocolo não existe. O que existe é um contrato que está em vigor – de 1993 -, que está visado pelo Tribunal de Contas e que tem uma duração até 2018.

Não houve um protocolo quando se determinou a não adjudicação do concurso.

É importante que isso seja clarificado.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor Vice-Presidente.

Senhor deputado Vitor Lourenço, faça favor.

Peço desculpa, o ponto é para encerrar e tem cinco minutos para o fazer.

São duas horas da manhã e não há mais intervenções.

### **DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

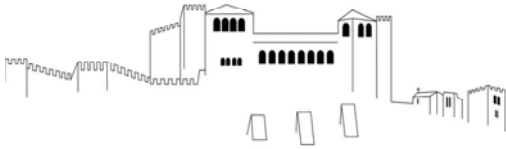
Senhor Presidente, peço desculpa mas a questão que se coloca é que, efetivamente, o que eu disse não pode ser alterado pelas palavras do senhor Vice-Presidente.

Com muito respeito pelo senhor Vice-Presidente, até quero elogiar a postura calma e ponderada como hoje, aqui, respondeu a todas as questões, o que significa que a nossa evolução (felizmente) é positiva. Esta é uma conversa entre nós de há muitos anos e só para lhe transmitir a minha apreciação positiva.

Mas não pode é deturpar aquilo que eu disse. E o que eu disse escrevi e todos ouviram.

Eu disse que esta Assembleia aprovou o concurso e não que não adjudicou nada. O que eu disse foi que aprovou o concurso e o caderno de encargos, como aprovou um contrato-programa. Quando o concurso tem que ser *posto abaixo*, tem que ser a Assembleia a deliberar porque foi esta que o aprovou! Foi isso que eu disse e não que aprovou nem adjudicou nada. O senhor falou na adjudicação. Eu não falei dela e sei muito bem qual é a diferença entre adjudicar um concurso e fazer um concurso. Portanto, o que disse foi exatamente isso e quero que fique bem esclarecido que não disse mais do que isto.

Muito obrigado.



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhor deputado Carlos Conceição, para encerrar o ponto.

**DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)**

Carlos Conceição, PSD.

Muito obrigado senhor Presidente.

Compreendemos que seja um tema delicado.

Tentámos, e acho que não o fizemos – senhor deputado José Manuel Silva e meu querido amigo -, mas tentámos não pessoalizar coisa nenhuma. Temos dito várias vezes que no PSD não se discutem pessoas. Discutem-se ideias, estratégias, critica-se a gestão. E isso eu tenho feito mas também tenho elogiado.

Sobre a questão da dívida, de que falaram aqui várias vezes, faremos essa análise, como temos feito, nos relatórios e contas anuais.

Acho que têm perante vós uma bancada que tem sabido estar.

Eu estava ali a sorrir quando o senhor Vice-Presidente da Câmara falou do gerador. Ele trouxe o tema à colação e trouxe o gerador e disse que estávamos a fazer campanha política. Acho que foram dois remoques eleitoralistas que quiseram trazer o debate um bocadinho para baixo mas, da nossa parte, não é fácil trazer o debate para baixo. Nós queremos o debate para cima mas também o debate da transparência. Aprendemos todos, na vida, que quando temos dúvida vamos à procura.

Não é assim que os senhores fazem? É.

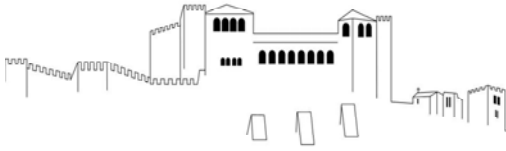
Aqui, não levem a mal, não é de propósito nem é por não considerarmos o senhor Presidente uma pessoa fantástica... mas temos dúvidas, muitas, e vocês também têm. Vejam como o elenco camarário se partiu todo. Portanto, as dúvidas estão cá e a dúvida é legítima, como dizia o filósofo.

E se temos dúvidas, vamos esclarecê-las.

É isso que nós queremos fazer. Sem ruído. Nós sabemos que a bancada do Partido Socialista, neste mandato, teve uma estratégia muito seguidista. Compreendemos. Não vem mal ao mundo. Votou sempre com o elenco camarário, defendeu sempre as suas posições de uma forma muito óbvia. Isso é ótimo!

Mas, desculpem, o PSD quando entendeu seguir-vos, seguiu com consciência e quando entendeu não seguir-vos não o fez.

Tudo aquilo que queríamos dizer sobre este tema, dissemo-lo.



O senhor deputado José Manuel Silva também percebeu mal os doze milhões e eu já lhe digo o que são. Não é da perda de potencial para a Câmara, não é que o senhor Presidente tenha gerado uma perda de doze milhões de euros. Não é nada disso.

Tudo aquilo que queríamos dizer sobre este tema, dissemo-lo com clareza e elevação. Não emitimos juízos de opinião nem juízos de valor. Temos muitas dúvidas. Queremos esclarecê-las e contamos com esta Assembleia Municipal para fazer apenas aquilo que é a sua obrigação. Fiscalizar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

A senhora deputada Odete João tem um pedido de esclarecimento? Faça favor.

**DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)**

Senhor Presidente, salvo melhor opinião, penso que - de acordo com o regimento - não há lugar a nenhuma votação. Leio o artigo 24.º do regimento:

*“Com exceção das expressamente previstas no presente Regimento, nos períodos antes da ordem do dia e depois da ordem do dia não podem ser tomadas quaisquer deliberações”.*

Olhamos para a agenda e na ordem do dia consta, no ponto oito: *“O AMBIENTE EM LEIRIA. AGENDAMENTO SOLICITADO PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA”.*

Ou seja, não consta na agenda se existe alguma votação.

Agradecia um esclarecimento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Senhora deputada, peço desculpa mas não o interpreto assim.

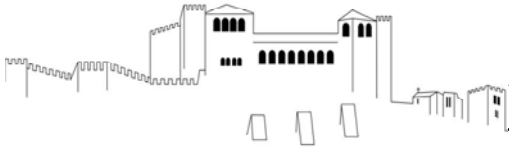
O período antes da ordem do dia é aquela hora em que as intervenções são livres. Depois da ordem do dia seria o período aberto ao público, que normalmente se antecipa. A ordem do dia é estancada por estes dois princípios.

Assim sendo, o artigo regimental a aplicar não seria o artigo 24.º pois refere-se apenas aos dois pontos extremos: o princípio e o fim da sessão da Assembleia.

Não vejo, portanto, motivo para não se proceder a uma votação.

Do ponto agendado consta o ambiente, genericamente, e qualquer partido pode apresentar propostas.

Senhores deputados, é muito tarde (ou é muito cedo, conforme quiserem) e vamos passar à votação da proposta de decisão e não os considerandos, como é óbvio.



A proposta de decisão do PSD é uma proposta de auditoria ou inspeção, a realizar pelas entidades competentes, ao concurso internacional para a recolha e transporte de resíduos sólidos.

Saliento que é uma proposta de auditoria ou inspeção ao concurso e não à decisão tomada.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de 11 de Janeiro, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos contra, sete abstencões e vinte e um votos a favor, rejeitar a proposta de auditoria ou inspeção, a realizar pelas entidades competentes, ao concurso internacional para a recolha e transporte de resíduos sólidos, apresentada pela bancada do PSD.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Quem pretende fazer declaração de voto?

Senhor deputado Paulo Pedro.

**DEPUTADO PAULO PEDROSA PEDRO (PS)**

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Abstive-me nesta votação.

Querendo votar favoravelmente, não o fiz pois entre os considerandos da proposta e a proposta propriamente dita vai uma diferença enorme.

Ou seja, aquilo que está escrito na proposta não tem rigorosamente nada a ver com os pressupostos, sendo que mesmo nestes ainda existia a ideia, errada, e bate-se muito na questão do protocolo quando essa questão já foi abandonada há muito tempo.

Por isso mesmo me abstive nesta votação, querendo votar a favor.

Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.



**DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)**

Vitor Lourenço, PSD.

De forma muito simples, direta e objetiva, na verdade – como já aqui foi referido -, nós, eleitos do PSD, pretendíamos que este assunto ficasse cabalmente esclarecido, a pedido da nossa Assembleia Municipal.

Legitimamente, a Assembleia Municipal reprovou este nosso pedido de fiscalização às entidades de tutela.

Os eleitos do PSD fá-lo-ão, no modo próprio e durante a próxima semana, às entidades que aqui referenciámos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

**DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Abstive-me porque discordo do tom dos considerandos que – nom meu ponto de vista - insinuam incorreções deliberadas ou negligentes por parte do senhor Presidente da Câmara.

Também me abstive, por outro lado, porque tenho algumas dúvidas e fui sensível a algumas questões suscitadas aqui acerca do processo de relacionamento que foi seguido entre a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal, na salvaguarda dos equilíbrios que devem existir entre estes dois órgãos municipais.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

**DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)**

João Cunha PSD.

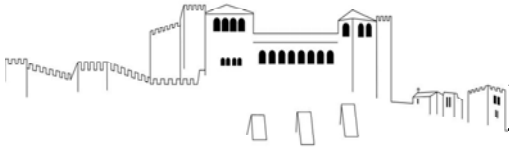
Votei com o sentido de voto favorável a esta proposta porque, no meu entender, era fundamental esclarecer devidamente não só esta Assembleia mas também todo o concelho.

Todos os munícipes precisam que este assunto seja devidamente esclarecido, para que não haja qualquer ponta de dúvida acerca da legalidade de todos estes procedimentos em redor desta questão que hoje estivemos aqui a debater.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor presidente da Junta de Freguesia de Maceira.



**DEPUTADO VITOR SANTOS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA)**

Vitor Santos, presidente da Junta de Freguesia de Maceira.

Votei contra a proposta apresentada pelo grupo parlamentar do PSD porque a proposta não tem nada a ver com o ponto da ordem de trabalhos.

Fala-se em ambiente e nem a proposta nem nenhum dos considerandos nada tem a ver com o ambiente mas sim relativamente a um processo com o qual o PSD não está de acordo.

Esse concurso é o objeto da vossa proposta e foi por isso que votei contra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Francisco.

**DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)**

José Francisco, CDS.

Votei favoravelmente. Não por qualquer expectativa quanto ao desenlace mas exatamente pela questão a que sou sensível. É que sempre que é levantada uma questão ou que haja uma dúvida quanto à atuação de qualquer órgão, ela não deve ser inviabilizada mas sim cabalmente esclarecida, até para bem da entidade ou da pessoa sobre o qual recaiam as dúvidas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Manuel Silva.

**DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)**

José Manuel Silva, PS.

Votei contra porque queria derrotar a proposta e porque como o PSD já tinha anunciado que ia fazer queixas do que se estava a passar, fica o problema resolvido.

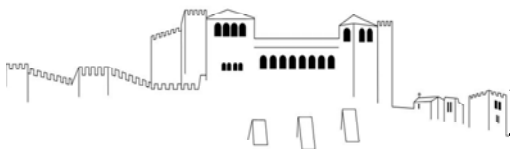
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho, para fazer um ponto de ordem.

O senhor deputado Manuel Antunes terá que esperar pois foi pedido À Mesa um ponto de ordem.





### **DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (INDEPENDENTE)**

Domingos Carvalho, independente.

Senhor Presidente, com o enorme apreço que sabe que tenho por si, chamei a atenção porque entrámos numa nova era – presumia eu – de que regimentalmente apenas estão previstos votos de vencido.

Não há votos de justificação de vitória, que eu tenha conhecimento, a não ser que tenha havido alguma alteração ao regulamento.

Honestamente, vindo do senhor deputado José Manuel Silva, surpreende-me.

Muito obrigado.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

De facto, só há votos de vencido para que as pessoas fiquem desresponsabilizadas da decisão tomada.

Mas, na verdade, a prática desta Assembleia durante este mandato foi a de aceitar todos os votos. Até já houve aqui declarações de *não voto*, de modo que procedo do mesmo modo.

Passamos ao ponto número nove.

### **9. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E A FREGUESIA DE BAROSA - Apreciação, discussão e votação.**

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara.

### **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)**

Consiste na doação de uma casa pré-fabricada, oferecida pela PT Comunicações.

Pretende-se delegar na Junta de Freguesia as necessárias obras e instalação da referida casa, para efeitos de habitação social. Assim como também a atribuição de um apoio no valor de seis mil euros, para esse fim.

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

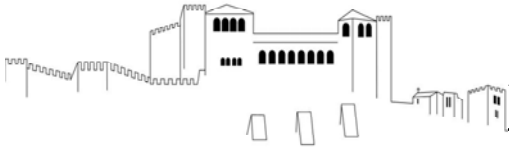
Alguém pretende intervir?

Senhor deputado Carlos Guerra, faça favor.

### **DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)**

Carlos Guerra, PCP.

Quero chamar a atenção sobre uma referência que vem no verbete, que não é correta.



Diz que a casa foi doada à Câmara Municipal de Leiria. Não está correto. A casa foi doada ao Município de Leiria.

Posto isto, quero dizer vamos votar contra pois encontramos-nos perante uma delegação de competência encapotada. Face aos considerandos que nos são apresentados, se a Câmara não possui pessoal em número suficiente (que é uma das justificações), nem com certas especialidades para efetuarem a montagem, muito menos capacidade terá a freguesia, a quem se aplicam as mesmas regras da contratação pública e que tem muito menos recursos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Muito obrigado senhor deputado.

Não vejo mais pedidos de inscrição.

Vamos passar à votação do ponto número nove: "PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E A FREGUESIA DE BAROSA"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do número 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou por maioria, com um voto contra e uma abstenção, aprovar o protocolo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Leiria e a Freguesia de Barosa.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Passamos ao último ponto da ordem de trabalhos.

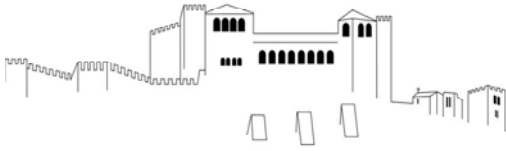
**10. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO – CONSELHO DA COMUNIDADE DOS ACES (AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE) – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -  
Apreciação e votação.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Aceitam-se propostas.

Como sabem, a votação é secreta.

Senhores deputados, foram entregues na Mesa duas listas:



- A lista A, apresentada pelo PSD. Propõe o senhor deputado Manuel José Carvalho.
  - A lista B, apresentada pelo PS. Propõe o senhor deputado Paulo Pedrosa Pedro.
- O que vamos fazer é a chamada pela ordem de eleição, votando em primeiro lugar a Mesa, respeitando esse princípio.

(Votação Nominal)

Senhoras e senhores deputados, o resultado da votação foi de dezanove votos na lista A, vinte e seis votos na lista B, quatro votos em branco e um voto nulo.

**A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria de votos favoráveis obtidos, eleger o senhor deputado Paulo Pedrosa Pedro como seu representante no ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, integrados na Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., conforme previsto nos artigos 18.º, 31.º, 32.º, 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

A Câmara solicita que sejam aprovados, em minuta - para efeitos imediatos - todos os pontos, com exceção dos pontos números e oito.

Tem sido nosso entendimento que a partir do momento em que isso consta do verbete, quando votamos fazemo-lo com todos os seus componentes, sendo que este é um deles.

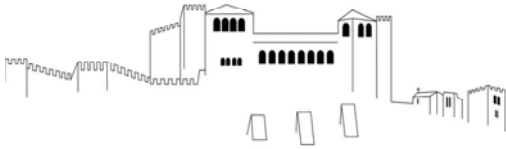
**A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, todos os pontos da ordem de trabalhos, com exceção dos pontos números um e oito, da ata em minuta, para efeitos imediatos.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOSÉ DA SILVA ALVES)**

Está encerrada a sessão.

Obrigado pela compreensão e pela paciência que tiveram.

Muito boa noite a todos e bom fim-de-semana.



---

## ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente ata, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, coordenadora técnica, transcrevi e subscrevo. -----

## APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de treze de setembro de 2013, deliberou

---

aprovar a ata. -----

### **O Presidente da Assembleia**

José da Silva Alves

### **A Coordenadora Técnica**

Manuela Vieira